



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS**  
**PROFESSOR MILTON SANTOS**  
**PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**EM CULTURA E SOCIEDADE**

**EDVALDO MENDES ARAÚJO**  
**(Zulu Araújo)**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA**  
**AFRO-LATINOS:**  
**O TRABALHO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES,**  
**2003/2010**

Salvador  
2019



**EDVALDO MENDES ARAÚJO**  
**(Zulu Araújo)**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA  
AFRO-LATINOS:  
O TRABALHO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
2003/2010**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Paulo César Miguez de Oliveira.

Salvador – Bahia  
2019



**Universidade Federal da Bahia**

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos



Ata da Reunião da Apresentação Oral da Dissertação de **EDVALDO MENDES ARAÚJO**

Intitulada: **“POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA AFRO LATINOS: O TRABALHO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES”**.

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de dois mil e 2020, no IHAC - *Instituto de Humanidades, Artes e Ciências* da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação n° 288 intitulada: **“POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA AFRO LATINOS: O TRABALHO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES”**. Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: **Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira** – Orientador - e pela examinadora externa: **Profa. Dra. Claudia Miranda** e interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: **Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim**. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o mestrando fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou a avaliadora externa **Profa. Dra. Claudia Miranda**. Após a examinadora externa, fez suas arguições o **Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim**, avaliador interno. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o mestrando fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **EDVALDO MENDES ARAÚJO** como \_\_\_\_\_. Nada mais havendo a tratar, eu, **Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira**– Orientador lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo mestrando. Salvador, 30 de janeiro de 2020.

Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Claudia Miranda \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim \_\_\_\_\_

**Mestrando EDVALDO MENDES ARAÚJO** \_\_\_\_\_



**Universidade Federal da Bahia**

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos



**PARECER DA BANCA EXAMINADORA**

**MESTRANDO:** EDVALDO MENDES ARAÚJO

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:**

"POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA PARA AFRO LATINOS: O TRABALHO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES".

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Cultura e Sociedade **LINHA DE PESQUISA:** Cultura e Desenvolvimento

**DATA DA DEFESA:** 30/01/2020

**HORA:** 14h

**LOCAL:**

**BANCA EXAMINADORA:**

**ASSINATURAS:**

1. **ORIENTADOR:** Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira \_\_\_\_\_

2. **EXAMINADORA EXTERNA:** Profa. Dra. Claudia Miranda \_\_\_\_\_

3. **EXAMINADOR INTERNO:** Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim \_\_\_\_\_

**RESULTADO:**

A BANCA EXAMINADORA, APÓS O EXAME DA DISSERTAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A), DECIDIU PELA:

- aprovação da Dissertação com distinção, por sua excepcional qualidade e extrema originalidade.
- aprovação da Dissertação.
- reprovação da Dissertação.
- reformulação da Dissertação, indicando o prazo de sessenta dias para apresentar a nova **versão**.

**CONSIDERAÇÕES:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

AUTENTICAÇÃO DO(A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**PREENCHER SOMENTE EM CASO DE REFORMULAÇÃO DO PROJETO DE DISSERTAÇÃO:**

O(a) Mestrando(a) apresentou a reformulação e o Projeto de Dissertação foi APROVADO pela Banca.

O(a) Mestrando(a) apresentou a reformulação e o Projeto de Dissertação foi REPROVADO pela

AUTENTICAÇÃO DO(A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente e de forma especial ao meu querido amigo e orientador professor Paulo Miguez, pela insistência com que durante mais de 10 anos me estimulou e cobrou este trabalho, além das orientações precisas e acolhedoras para que se pudesse chegar a bom termo. Valeu, Migas!

Agradeço, ainda, as pessoas aqui citadas pelo carinho e solidariedade que tiveram comigo para a conclusão dessa pesquisa.

Adriano Sampaio  
Albino Rubim  
Américo Córdula  
Camilla França  
Carlos Moura  
Cláudia Miranda  
Elísio Lopes Júnior  
Fanny Milena Quiñones  
Gilberto Gil  
João Jorge dos Santos Rodrigues  
Juca Ferreira  
Kabengele Munanga  
Kátia Martins  
Larissa Kharkevitch  
Lilian Figueroa  
Marcelo Gentil  
Maria Gil  
Regina Bonfim  
Renata Rocha  
Sérgio Mamberti  
Sionei Leão  
Zeo Antonelli





## RESUMO

O objetivo deste projeto de pesquisa é analisar as políticas públicas de cultura desenvolvidas para os afro-latinos por meio da Fundação Cultural Palmares, órgão do governo federal, vinculado ao Ministério da Cultura, no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010. Período em que a Fundação Cultural Palmares manteve intensas relações de intercâmbio com vários países latino-americanos. A pesquisa foi desenvolvida tomando como referência as ações formuladas e executadas pelo Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, através de suas principais ações que foram implementadas ou tiveram a participação da Fundação Cultural Palmares, e as analisará a partir dos documentos produzidos por seminários internacionais entre estudiosos, pesquisadores e ativistas culturais da América Latina, no campo afro-latino, encontros de ministros da Cultura dos países latino-americanos, relatórios de gestão, palestras, documentos e manifestos públicos. Analisará, também, depoimentos de autoridades do campo da cultura no Brasil, com o objetivo de identificar as possíveis conexões que essas políticas tiveram na valorização, preservação e difusão das manifestações culturais de origem negra em nosso país e na América Latina. Nesse sentido, analisaremos também os encontros que foram promovidos pela Secretaria Nacional da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura que tinham como objetivo a discussão ou reflexão da cultura e da diversidade cultural na América Latina.

**Palavras-chave:** Afrodescendente, afro-latino, América Latina, cultura negra, Fundação Cultural Palmares, movimento negro, políticas públicas de cultura, racismo.

## ABSTRACT

The purpose of this research project is to analyze the cultural policies developed for Afro-Latin Americans between 2003 and 2010 by the Palmares Cultural Foundation (Fundação Cultural Palmares), a Brazilian federal government agency linked to the Ministry of Culture. During the period studied, the Palmares Cultural Foundation maintained close exchange relations with several Latin American countries. This research will be conducted with reference to the measures devised and carried out by the Ministry of Culture/the Palmares Cultural Foundation, focusing on the main measures implemented, or those with the involvement of the Palmares Cultural Foundation, and will examine these measures by assessing papers and documentation drawn up in international seminars with Latin American scholars, researchers and cultural activists in the field of Afro-Latin American studies, meetings between Latin American ministers of Culture, management reports, conferences, public documents and declarations. The project will also examine statements by experts in the Brazilian cultural field, with the aim of identifying possible connections between these policies and the enhancement, preservation and dissemination of cultural expression by Afro-descendants in Brazil and elsewhere in Latin America. In this regard, we will also analyze meetings carried out by the Ministry of Culture's Department for National Identity and Cultural Diversity, which aimed to discuss and reflect on cultural diversity in Latin America.

**Keywords:** Afro-descendant, afro-latin american, Latin America, black culture, Palmares Cultural Foundation, black power movement, civil rights movement, cultural policies, racism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECID – Agência Espanhola Internacional para o Desenvolvimento  
CEAB – Centro de Estudos Afro-Brasileiros  
CIAD – Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora  
CNIRC – Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
D.O.U. – Diário Oficial da União  
DOCTV CPLP – Programa de Fomento à Produção e Televisão do Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
DPA – Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro  
DEP – Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FESMAN – Festival Mundial das Artes Negras  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola  
FNB – Frente Negra Brasileira  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus/MinC  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MinC – Ministério da Cultura  
MN – Movimento negro  
MNU – Movimento Negro Unificado  
NEAB – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros  
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos  
OIM – Organização Internacional para as Imigrações.  
ONG – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas  
PROCEM – Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura  
SEGIB – Secretaria Geral Ibero-Americana  
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFAL – Universidade Federal de Alagoas  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UPN – Universidade Pedagógica Nacional (Colômbia)



## SUMÁRIO

MEMÓRIA AFETIVA: A ARTE DE VIVER .....	15
INTRODUÇÃO .....	17
1. A CULTURA NEGRA NO BRASIL E SUAS INTERFACES LATINO- -AMERICANAS .....	22
2. A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES E SUA HISTÓRIA – 1988/2010.....	51
3. A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: O TRABALHO AFRO-LATINO....	92
3.1 Intercâmbios Afro-Latinos .....	102
3.2 Programa Intercâmbio Afro-Latino .....	109
3.3 Observatório Afro-Latino.....	116
3.4 II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente das Américas, ou II Encontro Afro-Latino e Caribenho .....	120
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	125
Referências Bibliográficas .....	132
Anexos I a VIII.....	137



## MEMÓRIA AFETIVA: ARTE DE VIVER

Minha presença afetiva e profissional no campo da cultura e o meu particular interesse em entender a função, o papel e a importância da cultura para os africanos e afrodescendentes sempre foi fonte de curiosidades e indagações. Essas indagações passaram para o terreno das preocupações quando fui dirigir a Fundação Cultural Palmares nas gestões dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira, no período de 2003 a 2010. Isso porque a Fundação Cultural Palmares, além de ser a primeira instituição constituída pelo Estado brasileiro com a função precípua de, por meio da cultura, promover a inclusão plena dos negros na sociedade brasileira, também tinha como missão formular e executar políticas públicas de cultura que promovessem, preservassem e divulgassem as manifestações culturais de origem negra no Brasil.

Ao me deparar com o tamanho e a importância dessa missão, instalaram-se na minha cabeça três grandes indagações:

- Primeira - Por que por meio da cultura e não da educação, da economia ou da justiça se deveria promover a articulação dos variados campos e das variadas dimensões da vida, para a inclusão plena do negro na sociedade brasileira?
- Segunda - Por que o movimento negro brasileiro e seus aliados definiram a cultura como espaço estratégico para a luta de combate ao racismo e a promoção da igualdade?
- Terceira - As políticas públicas de cultura estavam cumprindo com a missão de combater o racismo e de criar as condições mínimas para a promoção da igualdade e a inclusão dos negros/as no Brasil?

Com o desenrolar das atividades na Fundação Palmares e as oportunidades de contato com as mais diversas e distintas comunidades negras no Brasil e no exterior, particularmente na América Latina, passei a perceber que o grande elo que une os afrodescendentes ao redor do mundo, seja na luta ou no lúdico, é a cultura. Afinal, foi o que nos restou para que pudéssemos sobreviver com o mínimo de

dignidade diante dessa tragédia monumental e transatlântica chamada de escravidão.

Portanto, o que estou me propondo agora é entender a cultura enquanto política pública, com suas ações organizadas e coordenadas pelo Estado, analisá-la e avaliá-la no período em que estive à frente da instituição responsável por essa política no Brasil, e de como essa política pôde contribuir para que fosse reduzida a dívida impagável para com os afrodescendentes do Brasil, e em alguma medida na América Latina. Até porque, tenho a impressão de que, para os africanos e seus descendentes, isso está resolvido, cultura nada mais é do que a **Arte de Viver**.



## INTRODUÇÃO

Abordar as ações desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares no âmbito do Ministério da Cultura e voltadas para a América Latina, além de ser algo novo no cenário de pesquisas sobre este período da gestão cultural no Brasil, é algo importante e desafiador para que possamos dimensionar de forma correta os erros e acertos dessa experiência até certo ponto inédita, ocorrida no período de 2003 a 2010, na gestão dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério de Estado da Cultura do Brasil. Nessa gestão, exerci as funções de diretor de Estudos e Pesquisas e Divulgação da Cultura Afro-Brasileira e de presidente da Fundação Cultural Palmares, e assim pude contribuir para o aprimoramento das políticas culturais voltadas para os afro-brasileiros em geral, e para os afro-latinos em particular. É sabida a dificuldade que o Brasil e os brasileiros sempre tiveram e ainda têm em se identificar como latino-americano, se relacionar com os latino-americanos, e mais difícil ainda quando essas relações se situam no campo afro-latino. Em que pese a vizinhança geográfica e os traços identitários assemelhados por conta do processo de colonização realizado pelos ibéricos (Portugal e Espanha), dentre eles a escravidão negra e indígena que esteve presente em praticamente todos os países da América Latina, ainda assim estamos distantes desse olhar integrado no campo das políticas de cultura no geral, assim como para afro-latinos, no particular.

Por isso mesmo, no primeiro momento, busquei identificar a memória afetiva que me levou a este trabalho, colocando luz nas indagações mais fortes que presidiram minhas preocupações ao analisar as políticas culturais implementadas pela Fundação Cultural Palmares no campo afro-latino, visto que, em grande parte, isto deveu-se a minha vivência pessoal ocorrida em muitos momentos que serão objetos de análise neste trabalho. Mais que isso, ora como militante do movimento negro, ora como produtor cultural, ora enquanto gestor de cultura no campo da cultura negra, somados, esses momentos representam mais de quarenta anos de participação direta e efetiva em ações, projetos e programas que tiveram a comunidade negra como público alvo, tanto no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Portanto, é importante ressaltar que este trabalho, por mais que seja mediado pelos insumos teóricos, acadêmicos e científicos inerentes a uma pesquisa que se queira qualificada, ele estará inevitavelmente impregnado de uma carga pessoal intensa, haja vista essa singularidade que é ter sido um dos sujeitos tanto nas elaborações quanto nas execuções dessas políticas. Mas, ao mesmo tempo, tenho a impressão de que as experiências vividas ao longo da minha vida profissional e militante, junto à cultura negra, ao serem colocadas para análise e discussão pública, poderão contribuir para uma melhor compreensão das carências, dificuldades e necessidades que precisam ser superadas quando da formulação de políticas públicas de cultura para os afrodescendentes, tanto no Brasil quanto na América Latina.

Sendo o Brasil o país que mais tempo exercitou o sistema escravocrata nas Américas, necessário se fez abordar a importância da gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil (primeiro negro a alcançar essa condição no país) e o cenário político singular no qual essas políticas culturais foram experimentadas e implementadas, em particular aquelas voltadas para os afro-latinos. Também, as razões do uso das terminologias negro, afrodescendente, afro-brasileiro, afro-latino etc. se faz importante explicitar, por conta das conotações distintas que os referidos termos possuem no Brasil e nos demais países latino-americanos.

Outro elemento importante presente na introdução deste trabalho é a reflexão do ponto de vista social, racial ou cultural sobre a forte e presente estrutura hierarquizada da sociedade brasileira, fato que determina um cuidado redobrado para compreender as lacunas e ausências existentes nas políticas culturais universais e mais ainda naquelas voltadas para os afro-brasileiros e afro-  
-latinos. Para tanto, buscarei socorro nos textos de Boaventura de Souza Santos, “Sociologia das ausências”, do mesmo modo que irei buscar em Achille Mbembe, “A era do humanismo está terminando”, explicações para o jogo mortal que as sociedades ocidentais têm vivenciado nesse processo cultural contemporâneo, hierarquizado e excludente. Ainda no campo das políticas públicas de cultura, me alimentarei dos importantes estudos e pesquisas realizados por Isaura Botelho e Albino Rubim.

Também buscarei me ancorar nos documentos publicados pelo ministro Gilberto Gil, particularmente no tocante as suas definições sobre “folclore” e o

papel que essa terminologia cumpre no imaginário coletivo e conceitual do nosso povo e particularmente das nossas elites, para melhor entender o seu significado e sentido quando tratamos das culturas populares. Com Glissant, em *Introdução a uma poética da diversidade* (2005), buscarei ajuda para entender as razões pelas quais os africanos escravizados não tiveram qualquer possibilidade de conservar suas heranças *in totum* e que terminaram por produzir nesse processo aquilo que ele denomina de “crioulização”. Do mesmo modo, trabalharei com os estudos de Nestor García Canclini (1995) e Stuart Hall (2003; 2006), além de Silviano Santiago, *Uma literatura nos trópicos* (2000), que nos servirão de referências importantes e fundamentais no campo dos estudos culturais para a abordagem dessa complexa questão que também é chamada de “hibridismo cultural” ou “entre-lugar” na América Latina. Isso tudo para que este trabalho possa caminhar com a maior segurança possível, apesar dos desafios que ele impõe.

No capítulo 1 deste trabalho, abordarei os aspectos referentes à importância da centralidade da cultura no mundo contemporâneo e para tanto farei uso dos estudos desenvolvidos por Hommi Babba e Stuart Hall no sentido do entendimento das várias facetas que esse tema possui, evitando assim cair nas armadilhas que o mundo pós-colonial nos apresenta a cada momento, em particular na América Latina. Do mesmo modo, tratarei nesse capítulo sobre a complexidade e o cuidado que devemos ter ao abordarmos as questões relativas às culturas e identidades decorrentes da presença dos descendentes de africanos na América Latina. Nesse sentido, buscarei nos textos de Stuart Hall, Édouard Glissant, Albino Rubim, Nestor Canclini e em documentos oficiais publicados pelo então ministro da Cultura Gilberto Gil, as orientações e estudos que possam nos servir de guias para um melhor entendimento dos conceitos com os quais as políticas de cultura do Brasil, no período de 2003 a 2010, tiveram que dialogar e enfrentar, notadamente aquelas políticas que estabelecem relações de subalternidade entre as diversas manifestações culturais latino-americanas a depender das suas origens étnicas, raciais e/ou religiosas.

Fecharei esse capítulo com uma breve análise dos distintos significados e entendimentos que a expressão “Diáspora Negra” possui, tanto para os africanos quanto para os afrodescendentes, quando da formulação de políticas públicas de cultura e os riscos de reprodução dos interesses colonialistas que a visão “racialista”

pode carregar nas suas dimensões mais profundas. Para explicitar essas preocupações e os perigos contidos nas dimensões radicalizadas e puristas sobre a questão racial, seja no continente africano ou entre os afrodescendentes latino-americanos, trabalharei com os estudos e análises desenvolvidos por dois grandes pensadores africanos: Kwame Anthony Appiah e Kabengele Munanga, este último radicado no Brasil há mais de 30 anos.

No capítulo 2, me debruçarei sobre a história da Fundação Cultural Palmares, a mobilização realizada no ano do centenário da abolição da escravatura (1988) que resultou na sua criação enquanto espaço primordial para que o Estado brasileiro assumisse suas responsabilidades no combate ao racismo e na promoção da igualdade, tendo a cultura e as manifestações culturais de origem negra como ferramentas centrais. Apresentarei, com breves análises, o cenário político no qual a Fundação Cultural Palmares foi criada, ou seja, no bojo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 que nos legou a chamada “Constituição Cidadã”, que pôs fim aos 21 anos de ditadura militar que o Brasil vivenciou de 1964 a 1985, e a grande ebulição social que o país atravessava naquele momento com a emergência e mobilização de inúmeros grupos sociais subalternizados, dentre eles o movimento negro.

Ainda nesse capítulo, será apresentado o conjunto de ações, atividades e eventos que a Fundação Palmares de algum modo articulou, participou e/ou apoiou; e que foram referências para que a instituição compreendesse melhor a dimensão cultural do chamado problema afro-latino e posteriormente implementasse suas grandes ações nesse campo no período de 2007 a 2010. Para tanto, buscarei informações nos relatórios de gestão produzidos e publicados no período.

No capítulo 3, detalharei e analisarei as condições em que os projetos que constituíram as políticas públicas de cultura para os afro-latinos realizadas pela Fundação Palmares ocorreram. Ouviremos opiniões de vários dirigentes do período para melhor analisá-las, tanto do Ministério da Cultura (ex-ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, o então secretário nacional da Identidade e Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti, e o então secretário nacional de Políticas Culturais, Paulo César Miguez de Oliveira) quanto do Ministério das Relações Exteriores (o ex-diretor de Relações Internacionais, diplomata Marcelo Dantas); e do também à época diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira, Elísio Lopes

Júnior. Também a professora doutora Claudia Miranda, da universidade Unirio, coordenadora dos projetos de pesquisa e intercâmbio Colômbia-Brasil, e a professora Fanny Milena Quiñones Riascos da Universidad Pedagógica Nacional da Colômbia, que coordena a Rede de Maestros Afro-Colombiana, além de promover e fomentar experimentos afro-latinos e diálogos interculturais na produção de conhecimento, e que participou de vários desses eventos.

Para tanto, me debruçarei sobre os Seminários de Intercâmbios Afro-Latinos que foram realizados no Brasil (Salvador e Rio de Janeiro), no ano de 2007. Posteriormente abordarei a participação da Fundação Palmares no I Encontro Ibero-Americano sobre uma Agenda Afrodescendente nas Américas, na Reunião de Ministros da Cultura dos Países Latino-Americanos realizada em Cartagena das Índias (Colômbia), no ano de 2008. Do mesmo modo, me debruçarei sobre o II Encontro Afro-Latino e Caribenho, realizado na cidade de Salvador, em 2010, e que também contou com a presença dos ministros da Cultura da América Latina e do Caribe.

Ao final desse capítulo, me dedicarei a analisar a experiência inovadora que foi a criação do Observatório Afro-Latino, iniciativa das mais importantes no campo de intervenção da Fundação Cultural Palmares.

Por fim, farei as considerações finais com os apontamentos e observações que considero importantes, ocorridas a partir das ações desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares no campo afro-latino.

## 1. A CULTURA NEGRA NO BRASIL E SUAS INTERFACES LATINO-AMERICANAS

*Latinamente um povo negro a cantar*

*Bate em minha mente*

*Um povo em comum pensar*

**“Olodum”**

Cultura e centralidade da cultura nos espaços de conflito instalados no mundo pós-colonial, em que as tensões entre o dominante e o subalterno disputam palmo a palmo o espaço de ser protagonista nessa narrativa, ora a voz do subalterno se faz ouvir, mesmo estando impregnada de valores e conceitos do dominante, ora se apresenta enquanto mero simulacro, servindo de ferramenta para a consolidação do neocolonialismo. Portanto, transitar no terreno das políticas públicas de cultura para afrodescendentes na América Latina exige atenção especial de quem se debruça sobre essa temática, para que não reforcemos aquilo que pretendemos eliminar: a discriminação, a exclusão e o racismo ainda presentes nas políticas públicas de cultura da América Latina.

Quem também aborda essas questões no campo da cultura é Homi K. Bhabha, estudioso indiano e teórico crítico, professor e diretor do Centro de Humanidades Mahindra da Universidade de Harvard, nos seus trabalhos “Pós-modernismo e pós-colonialismo” e “Local da cultura”, onde ele situa as idiosincrasias presentes no movimento pós-modernista, apesar do mesmo ter sido popular e ter adquirido enorme credibilidade na história recente. Ele mostra que, ainda assim, embora o pós-modernismo possua, enquanto referência básica, um pressuposto “tacanho e antielitista”, que ele caracteriza como “populismo esperançoso e inocente”, esse movimento não conseguiu enfrentar de fato o conservadorismo inerente às políticas públicas de cultura no mundo pós-colonial. Pois, segundo Bhabha, o pós-modernismo em sua essência terminou por produzir e entronizar no altar das celebrações, com ajuda da mídia, um “estilo de vida destituído de valores”, convivendo quase que em harmonia com as chamadas culturas globalizadas e ao mesmo tempo com regimes políticos autoritários, a

exemplo de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Para não cairmos na armadilha que Homi Bhabha nos alerta é que buscamos dialogar com outro importante tema da pós-modernidade que é o da centralidade da cultura no mundo contemporâneo. E nada mais esclarecedor do que as observações realizadas por Stuart Hall, que atuando também no Reino Unido, fundou e liderou, juntamente com Richard Hoggart e Raymond Williams, a escola de pensamento intitulada Estudos Culturais Britânicos. Esses estudos abordaram questões das culturas e identidades, em particular no trabalho sobre a identidade cultural na pós-modernidade (HALL, 2006). Segundo Hall, “Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido”. E, por isso mesmo, a ação social produzida pelos seres humanos é significativa tanto para os que a praticam como para os que a observam, por conta dos inúmeros sistemas de significados que são utilizados pelos humanos para definir o que significam as coisas, além de codificar, organizar e regular a conduta humana em relação aos outros. Esses sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, nesse sentido, são práticas de significação. (HALL, 2006)

As observações realizadas por Hall são fundamentais para entendermos a complexidade com que se reveste hoje a presença da cultura em nossas vidas. Do mesmo modo que a mídia praticamente viabiliza e realiza os negócios de trocas econômicas no mundo, a produção de bens, o comércio de matérias-primas e o marketing de produtos e ideias conforme observa Hall, também vem ocorrendo o mesmo nos campos do conhecimento, da teoria e das nossas compreensões, ou seja,

a ascensão dos novos domínios, instituições e tecnologias associadas às indústrias culturais que transformaram as esferas tradicionais da economia, indústria, sociedade e da cultura em si; a cultura vista como uma força de mudança histórica global; a transformação cultural do cotidiano; a centralidade da cultura na formação das identidades pessoais e sociais. (HALL, 2006)

Esses são elementos que indicam claramente a existência de uma “revolução do pensamento humano em relação à noção de cultura” (HALL, 2011). E essa compreensão vale não apenas para as culturas hegemônicas do mundo ocidental,

mas também para as culturas denominadas de “híbridas”, como é o caso das produzidas pelos afrodescendentes na América Latina.

Dito isto, é importante que levemos em conta a centralidade da cultura nos tempos em que vivemos, considerando que é dessa contradição da cultura colonial e da forma como sobrevivemos a essas experiências de variados tipos de dependência – colonial, de classe e de cor – de que somos produtos, e podemos até mesmo por elas ser destruídos, mesmo que subjetivamente (HALL, 2006). E é nesse diapasão que Hall afirma que “vem ocorrendo uma revolução cultural no sentido substantivo, empírico e material da palavra”. Por isso mesmo, para que a análise das políticas públicas de cultura (no geral e no específico) ocorra de forma adequada, é mais que necessário atentarmos para a importância estratégica que a mesma alcançou em nossas vidas, seja enquanto indivíduo ou coletivo.

Recorrendo uma vez mais a Stuart Hall, podemos dizer que:

[...] a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação”. (HALL, 2006)

Para identificar corretamente a centralidade da cultura para os afrodescendentes na elaboração das suas políticas culturais, temos que perceber onde, como e quando essas políticas dialogam com os efeitos da chamada modernidade tardia. Ou talvez, onde, como e quando elas interferem em nossas vidas. Isso para que não sejamos arcaicos ou defasados, nem na percepção da realidade nem nos prognósticos. Daí, ser fundamental percebermos de que não estamos falando de culturas africanas, que se já não são puras em suas origens, muito menos as serão na diáspora, ainda mais sabendo-se que essa diáspora ocorreu com as peculiaridades que todos nós conhecemos que foi a escravidão, ou seja, majoritariamente sob condições de subordinação e resistência do que de afirmação. Portanto, trabalhar corretamente com os conceitos de cultura disponíveis assim como com as análises sobre sua centralidade nos dias atuais, é fundamental.

A cultura, enquanto centralidade, é um elemento que está presente em cada canto ou espaço das nossas vidas. Está em nossas casas, em nossos locais de trabalho, nos espaços de lazer e até mesmo em nossos recantos espirituais. É uma



ferramenta poderosa para que definamos nossos comportamentos, gostos e até mesmo o que ingerimos. Intermedia praticamente tudo. Embora nem tudo seja cultura, “[...] toda prática social depende e tem relação com o significado” da cultura e “[...] toda prática social tem uma dimensão cultural” (HALL, 2006). Ou seja, queiramos ou não, a cultura está em nossas vidas no todo e para sempre. Claro que uma questão com esse grau de complexidade possui dimensões variadas e suscita debates candentes, notadamente no campo da regulação e controle, que dialogam inevitavelmente com aqueles que pretendem fazer das políticas públicas de cultura instrumento para as transformações sociais ou ao menos para o combate a determinadas doenças sociais, como o racismo e as discriminações. Nesse aspecto, é de se indagar: qual o poder de influência que a política, a economia, o Estado ou o mercado possuem? A quem caberia ou cabe o controle sobre a cultura? Seriam as políticas legislativas o aspecto mais determinante ou o mercado e seus interesses econômicos? Enfim, essas são preocupações que estão no bojo das discussões sobre a centralidade da cultura. Aprofundá-las, questioná-las, dissecá-las será fundamental para navegarmos nessas águas profundas, mas nunca ignorá-las, sob pena de naufragarmos tanto na compreensão do que está ocorrendo à nossa volta quanto na formulação e elaboração de políticas ou ações para dar conta dessa complexidade cultural a qual estamos submetidos. Há perguntas que não querem calar, a exemplo de: (i) A quem caberia exercer o papel regulador? (ii) Qual o papel que a educação e as organizações religiosas teriam nesse processo? (iii) E o Estado, como deveria se comportar para mediar essas questões, numa sociedade que sabemos ser majoritariamente cristã?

Se acreditarmos que as políticas públicas de cultura devem ser preocupações prioritárias do Estado, tendo a cultura enquanto centralidade na pós-modernidade, e desejando formular políticas públicas de cultura que objetivem a valorização das culturas de origem africana e que elas cumpram a missão de contribuir para a promoção da igualdade e o combate ao racismo e à discriminação, teremos então que, obrigatoriamente, atentar às formulações e execuções dessas políticas, visto que elas serão e terão, queiramos ou não, mecanismos de regulação, governança e controle daqueles para quem elas forem destinadas, no caso aos afrodescendentes. E, nesse caso, tanto melhor, se tal processo tiver a participação ativa dos diretamente interessados.

Se há regulação, haverá controle, seja no campo do financiamento público ou privado, seja no campo moral ou religioso. E é fundamental contribuir nessa regulação, para que ela não se transforme em amarras contrárias aos interesses e direitos dos afrodescendentes na América Latina, em particular na regulação nos meios de comunicação, que são mecanismos estratégicos tanto para a difusão das manifestações artístico/culturais, como também para a difusão de ideias positivas ou negativas sobre determinados comportamentos, entendimentos ou posturas.

Por isso, é fundamental definirmos nosso campo de trabalho e o nosso lado, ou lados, visto que os intitulados neoliberais e conservadores de todos os matizes têm vendido a ideia de que retirar do Estado suas responsabilidades na definição de mecanismos de controle nos temas culturais e deixá-las exclusivamente ao sabor dos interesses das “forças do mercado” é o caminho para que se aumente o pluralismo e a diversidade cultural. É Stuart Hall que nos alerta quando diz que os mercados

Necessitam ser estruturados e policiados; apoiam-se em outras condições sociais e culturais (a confiança, os hábitos e convenções, a moral e considerações públicas mais amplas, a efetiva aplicação da lei, a inspeção e a responsabilização [accountability], o treinamento e a certificação do pessoal especializado, e assim por diante) que o próprio mercado não pode oferecer. Alguém tem de arcar com os "custos" sociais daqueles que falham no mercado (o mercado sempre cria tanto "vencedores" quanto "perdedores", com consequências sociais amplas e não apenas relacionadas ao mercado). Os mercados cairiam imediatamente na anarquia se não fossem regulados. (HALL, 2006)

Na verdade, o que é importante ressaltar é que, independentemente de quem exerça essa regulação e controle no campo da cultura, o que está em jogo não é a liberdade plena se este for o “mercado”, e “restrições” absolutas se for o Estado, mas que, em qualquer um dos casos, sempre ocorrerão restrições e liberdades de acordo com a correlação de forças existentes na sociedade. E, para tanto, Foucault nos socorre – “para quem a ideia de que a regulação estatal sempre e somente exerce controle e restrição e que sua alternativa é pura liberdade – é um grave equívoco”. (HALL, 2006)

Outro aspecto importante nesse contexto é que, se admitimos que a cultura possui centralidade em nossas vidas, estamos admitindo que ela nos governa; se ela nos governa, ela influencia nossas condutas, nossas ações e modos de agir e pensar,

tanto nas relações interpessoais, nas instituições, como na sociedade. E se tudo isso ocorre, nada mais correto que todos aqueles que se interessam pelos rumos da cultura e das suas vidas tomem conhecimento de que modo ocorre essa governança. Mais do que isso, se desejarmos, então, influenciar por meio da cultura os rumos de nossas vidas, teremos que necessariamente acessar os mecanismos dessa governança e sobre ela deter algum modo de influência ou controle. E é a isso que chamamos de políticas públicas de cultura, e no nosso caso, políticas públicas de cultura para os afrodescendentes, e de forma mais específica ainda, na América Latina.

Em verdade, o que está em jogo quando nos propomos a formular políticas públicas de cultura é a relação entre “cultura e poder”. Nestor Canclini, antropólogo argentino e estudioso do assunto, afirma em um dos seus textos “Por que legislar sobre indústrias culturais” (CANCLINE, 2001, p. 60-69), que “cultura gera trabalho e crescimento econômico” e que por isso mesmo é fundamental atualizar a legislação e/ou criar novas leis que deem conta dessas novas relações das formações nas esferas públicas e de cidadania. Ele afirma ser de interesse público legislar sobre as indústrias culturais, porque cultura não é mais uma relação “boemia ou ornamental, algo para o tempo livre ou final de semana, e sim nos dedicando a movimentos de grande escala na economia mundial”. As indústrias culturais, segundo ele, se transformaram em protagonistas dos imaginários sociais, além de possuírem um papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico. O problema é que as políticas culturais estão quase que paralisadas diante dessa nova realidade, e os governos desprovidos de dados, diagnósticos e informações sobre essa nova realidade. Por isso mesmo, as leis, enquanto mecanismos de regulação, talvez possam contribuir de forma mais efetiva para que os movimentos sociais transformem esses graves problemas de controle e manipulação da produção cultural e da concentração dos seus lucros nas indústrias culturais – notadamente das manifestações culturais populares, dentre elas as de origem negra –, em oportunidades viáveis para os seus interesses.

Também Hall, em seus trabalhos sobre globalização, tratou do assunto, como podemos ver:

[...] Os efeitos do processo de “globalização” – enfraquecendo a relativa autonomia dos estados nacionais na determinação das políticas culturais em seus próprios territórios soberanos e

umentando as pressões por políticas do tipo “céu aberto”, de internacionalização dos mercados culturais – têm tido um papel cada vez mais significativo, uma vez que está ocorrendo uma tendência, à qual não se tem dado muita importância, de retomada da monopolização pelas transnacionais globais. (HALL, 2006)

Não é à toa que os setores conservadores e neoliberais possuem um discurso vigoroso no sentido de retirar do Estado quaisquer responsabilidades na regulamentação dos assuntos culturais, mesmo que hoje elas sejam insuficientes e precárias, e abrir para as chamadas forças do mercado todo e qualquer processo de regulação. Nesse sentido, o Brasil tem dado um péssimo exemplo, por meio da execução da Lei de Financiamento da Cultura – Lei Rouanet –, onde os departamentos de marketing das empresas privadas são as que, em grande medida, selecionam e determinam onde os investimentos oriundos da isenção fiscal, que são em verdade recursos públicos, devem ser aplicados. Importante lembrar que, apesar desse discurso, os mercados “necessitam ser estruturados e policiados”, pois apoiam-se em condições sociais e culturais (a confiança, os hábitos e convenções, a moral e considerações públicas mais amplas), até porque as consequências das falhas produzidas pelo mercado são arcadas por toda a sociedade, a exemplo do reforço aos estereótipos racistas e excludentes que a mídia televisiva e publicitária difunde diariamente. Ou seja, se os mercados não forem devidamente regulados, os prejudicados serão os de sempre: os pretos, pobres e marginalizados.

Um dos binômios mais complexos para o entendimento nos dias atuais, no campo da cultura, é definir as culturas e identidades presentes na sociedade contemporânea. Embora não seja novidade, as implicações decorrentes dessa complexidade são tão contundentes, tão amplas e tão presentes no mundo atual, que necessitamos nos debruçar com vagar e paciência sobre os aspectos mais profundos dessa complexidade para que não cometamos equívocos e erros quando da elaboração e/ou execução de políticas públicas de cultura, particularmente aquelas voltadas para os afrodescendentes, e mais particularmente ainda, na América Latina, ambiente no qual este trabalho de pesquisa está sendo desenvolvido. O tema é tão delicado e causa tanta polêmica que não são poucos os autores (todos eles de grande importância no campo acadêmico) que se debruçaram sobre essa temática a fim de entendê-la ou decifrá-la.

Por isso mesmo, iniciarei a abordagem dessa temática, tendo como referência Stuart Hall, o sociólogo e teórico cultural jamaicano. Nesse sentido, a análise correta da afirmação de que as identidades modernas estão sendo deslocadas ou fragmentadas pode ser a chave para que identifiquemos as frestas, armadilhas e fissuras que o conceito de identidade cultural carrega na modernidade tardia que estamos vivendo.

Já no primeiro momento dos seus estudos, ele nos alerta para os três distintos enunciados que ele trabalhará sobre a identidade, indicando desde já sua “simpatia” pelo que ele chama de “descentramento” ou deslocamento das identidades modernas. Por conta disso, três enunciados são fundamentais para nossa melhor compreensão dos caminhos que levaram a sociedade a chegar a esse “descentramento” das identidades modernas.

No iluminismo, o indivíduo era o centro da existência humana, dotado de todas as qualidades e condições para enfrentar o mundo. Indivíduo este caracterizado como masculino, europeu e cristão, fruto de uma concepção individualista, machista e eurocêntrica. O sujeito sociológico reflete a complexidade do mundo moderno e do seu entorno, ou seja, “outras pessoas” que também o influenciavam na definição “[...] dos seus valores, sentidos e símbolos [...]” e, nesse contexto, a identidade é fruto da mediação entre o indivíduo e a sociedade, que pode ser modificada ao longo da sua existência, por conta das influências externas. Em verdade, é o alinhamento entre a objetividade e a subjetividade, articulado pelo mundo em que esse indivíduo vive. Já na pós-modernidade, o sujeito possui identidades absolutamente distintas, em momentos distintos, além de poderem ser absolutamente contraditórias. Isso porque podem ser deslocadas de posições a depender de onde o indivíduo estiver atuando. Nessa etapa ou nessa concepção, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, afirma Hall.

Essas indicações preliminares deixam claro que se quisermos produzir, formular ou implementar políticas públicas de cultura adequadas ao momento histórico em que estamos vivendo, devemos necessariamente considerar a multiplicidade de identidades, mobilidade de interesses e, sobretudo, a velocidade com que as mudanças têm ocorrido no seio da sociedade por conta do avanço tecnológico, que possibilita comunicações e interações quase que instantâneas entre

pessoas, experiências e locais os mais longínquos e diversos. No caso das populações afrodescendentes localizadas na América Latina, essas questões se apresentam com um “plus” de complexidade ainda maior no chamado campo das identidades culturais, visto que essas populações foram e continuam sendo submetidas a processos profundamente distintos e paradoxais, a depender da experiência colonial, mas sempre permeados pela discriminação, subalternidade e exclusão. Ou seja, não há como pensar, elaborar, refletir, implementar e avaliar políticas públicas de cultura para os afrodescendentes na América Latina sem levar em consideração o legado histórico escravista ao qual essas populações foram submetidas e as consequências advindas desse fato histórico, presentes com bastante ênfase na região.

Na América Latina, e em especial no Brasil, o período de 2003 a 2010 é considerado um dos mais profícuos no que diz respeito às liberdades democráticas. Ocorreram experiências e iniciativas no campo da gestão cultural que alteraram profundamente não apenas o entendimento tradicional com que o Estado brasileiro percebia a cultura e geria suas políticas como também traduziram de forma singular as demandas e expectativas que habitavam os recônditos do fazer cultural no país. Essas experiências foram tão exitosas que foram incorporadas por diversos países latino-americanos em suas políticas de cultura nacionais. Exemplo maior nesse sentido foi a criação do programa Pontos de Cultura, que posteriormente transformou-se em política de Estado, após ter sido aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, mais conhecida como a Lei da Cultura Viva. Alexandre Barbalho, refletindo sobre as políticas culturais em Nestor Canclini, em “Política Cultural: Conceito, trajetória e reflexões”, organizado por Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela (2019), indica as premissas que lastrearam esse momento político no MinC, e que as mesmas estavam baseadas numa agenda pautada pelos movimentos sociais que questionavam as concepções e os projetos hegemônicos vigentes no país,

[...] uma vez no governo, esse novo patamar se iniciou com a ampliação do conceito de cultura operado pelo MinC, que incorporou não apenas manifestações artísticas consagradas, mas toda criação simbólica do povo brasileiro. (CANCLINI, 2019)

E a gestão do ministro Gilberto Gil, que integra esse período, interpretou, viveu e experimentou como poucas gestões na história das políticas públicas de

cultura, a complexidade advinda do delicado tecido social do qual somos originários de forma aberta e ousada. Logo ao assumir o Ministério, em 2003, Gil afirmou em seu discurso de posse: “[...] ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra ‘folclore’. Os vínculos entre o conceito erudito de ‘folclore’ e a discriminação cultural são mais do que estreitos”. Acenando desde o primeiro momento para um diálogo respeitoso e horizontal para com todas as formas de manifestação cultural no Brasil e rompendo assim com a clássica e tradicional hierarquização no trato das manifestações culturais populares na relação com o poder público. Mais adiante, Gil complementou:

‘Folclore’ é tudo aquilo que – não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa – é produzido por gente inculta, por ‘primitivos contemporâneos’, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. (GIL, 2003)

Nesse caso, Gil dirigiu-se de forma elegante, porém firme, àqueles setores elitistas da cultura brasileira, que apesar de enaltecerem as manifestações culturais populares as trata como gênero de segunda classe e como tal não merecedoras da atenção do Estado. E, por fim, arrematou dizendo: “Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos”.

O professor Albino Rubim (UFBA), reconhecido como um dos mais respeitados estudiosos sobre políticas culturais no Brasil, afirmou de maneira clara a importância do governo do presidente Lula para as políticas públicas de cultura ao analisar o período objeto do estudo aqui indicado, 2003/2010:

No Brasil, a emergência recente das políticas culturais guarda uma sintonia fina com a chegada ao poder do presidente Lula em 2003. O novo governo, apesar de ainda não ter enfrentado devidamente o problema das leis de incentivo entronizadas no governo anterior como política cultural oficial, recolocou na agenda pública o tema das políticas culturais e da responsabilidade do estado nacional com relação ao desenvolvimento da cultura. Nos discursos pronunciados pelo então ministro Gilberto Gil durante o ano de 2003, dentre os assuntos mais recorrentes, cabe destacar a necessidade e a disposição de dar ao Estado um novo e ativo papel no campo cultural. Poeticamente, Gil chegou a dizer que “formular políticas culturais é fazer cultura. (RUBIM, 2009: p. 93-115)

É nesse cenário de ousadias e desafios que o Ministério da Cultura do Brasil, na gestão do ministro Gil, irá se debruçar, discutir com a sociedade e formular as políticas públicas de cultura necessárias a fazer valer as mudanças tão almejadas

pela sociedade brasileira no campo cultural. E, dentre essas políticas, estavam aquelas voltadas para a preservação, valorização e difusão das manifestações culturais de origem negra no Brasil, objetivando a plena integração da população negra na sociedade brasileira. Para tanto, havia um órgão responsável que era a Fundação Cultural Palmares, também fruto de uma longa luta das entidades e personalidades do movimento negro brasileiro e que foi efetivada no ano do centenário da abolição da escravatura no Brasil, 1988.

Esta breve descrição do cenário político institucional brasileiro no campo da cultura nos serve para afirmar que o “descentramento” das identidades culturais no Brasil nunca esteve tão evidente como nesse período, em que pese o permanente conflito com o chamado “poder disciplinar” da mesma sociedade que o filósofo e historiador francês Michel Foucault tão bem explicitou nos seus estudos sobre a sociedade moderna. Seguramente ele é o intelectual que melhor exprimiu e explicou essa condição de subalternidade tão presente nas sociedades modernas e em particular nas sociedades fruto do poder colonial, como é o caso do Brasil. Segundo Foucault, esse “poder” buscava ou exibia como preocupações primordiais a regulação e a vigilância das populações; e em segundo lugar, o controle do indivíduo e do corpo. E não foram poucas as vezes em que esse controle se fez presente, reagindo das mais variadas formas ao avanço das políticas públicas de cultura no Brasil.

Foi nessas condições que afloraram com intensidade jamais vista no Brasil os movimentos sociais, notadamente o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBT, todos ansiando e buscando por seus espaços e direitos. Era a confirmação prática e fática daquilo que os estudos realizados por Hall apontavam. O tão polêmico “descentramento” se fez presente de forma inequívoca. Nesse sentido, o movimento feminista foi exemplar, quando lutava a um só tempo por democracia, mas também apresentava suas reivindicações de forma contundente – descriminalização do aborto, não à cultura do estupro, salários iguais, cotas nas representações partidárias e críticas duras ao machismo inerente da sociedade brasileira, presente tanto no espectro político da esquerda quanto da direita, particularmente nas estruturas e organizações religiosas. O movimento negro, além das clássicas reivindicações de combate ao racismo, agregou a sua luta a exigência pelo reconhecimento das terras remanescentes de quilombos, além das cotas para o



ensino superior brasileiro e o combate à intolerância religiosa. E o movimento LGBT apresentou-se como aquele que possuía um grande poder de mobilização popular, levando às ruas milhões de pessoas nas chamadas “Paradas Gays”, onde a reivindicação principal era o respeito à liberdade sexual e o combate à homofobia. Em todos esses exemplos, a luta se dava em vários campos, em vários espaços e todas ao mesmo tempo. As culturas e as identidades nunca foram tão móveis, tão deslocadas e tão descentradas. Mas, foi nesse cenário rico, diverso, conflituado e desafiador que emergiram políticas públicas de cultura, as mais interessantes e inclusivas na gestão pública brasileira.

Mas, para entendermos esses conflitos, avanços e recuos é necessário entendermos que Brasil é esse que estamos lidando, e que identidade nacional é essa de que tanto se fala, que negro é esse com quem dialogamos e que política de cultura pública e democrática é essa que desejávamos implementar, não só no Brasil como também na América Latina, em especial quando essa política pública visava ampliar os acessos das populações indígenas e/ou afrodescendentes aos bens culturais. Nunca é demais lembrar que nas Américas, por conta da singularidade da sua colonização, assentada quase que exclusivamente no trabalho escravo, tanto dos nativos (indígenas) quanto dos importados (africanos), tanto a sociedade quanto a identidade nacional foi e continua sendo até os dias atuais absolutamente hierarquizada. Destacamos aqui a situação dos escravizados africanos não por considerar de menor importância a saga trágica dos nativos, mas exclusivamente por conta da temática que estamos nos debruçando, que é a política pública de cultura para os afro-latinos implementada pela Fundação Palmares. E nada melhor do que nos socorrer nos estudos realizados por Édouard Glissant, escritor, poeta, romancista, teatrólogo e ensaísta francês, nascido na Martinica.

Glissant, em suas históricas conferências denominadas “Introdução a uma poética da diversidade”, define e explicita de maneira magistral esse interregno que compõe o cenário cultural da América Latina e do Caribe. Para tanto, ele nomina o conceito de “crioulização” e discorre sobre a complexidade das identidades negras no mundo pós-colonial. Segundo Glissant, os africanos escravizados não tiveram qualquer possibilidade de conservar suas heranças *in totum*. O que ficou, segundo ele, foram fragmentos, e a partir da memória desses fragmentos, dos rastros desses fragmentos originários é que foram produzidas linguagens e manifestações

artísticas da mais alta qualidade e disponibilizadas para todos. Glissant afirma ainda que os fenômenos da “crioulização” são fenômenos importantes e que precisam ser compreendidos corretamente no campo da cultura porque permitem praticar uma nova abordagem da dimensão espiritual das humanidades.

Nesse campo dos estudos culturais, Nestor Canclini (antropólogo argentino contemporâneo) e Stuart Hall (sociólogo jamaicano) também se posicionaram na mesma direção ao abordarem essa questão pelo ângulo do “hibridismo cultural”, que se faz presente no mundo contemporâneo, em particular na América Latina. O antropólogo africano e professor da USP radicado no Brasil, Kabengele Munanga, na sua já antológica palestra intitulada “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” (2003), chama atenção para as peculiaridades da formação social e racial brasileira, afirmando que a aplicação das noções de raça e etnia no Brasil são equivocadas, pois por aqui o que existem são populações (negras, brancas, mestiças), todas elas sob a égide de uma elite branca no topo da pirâmide social.

Nesse sentido, todas as vezes que nos remetemos à análise das questões de cultura no Brasil, seja no campo conceitual, imaginário ou popular, a presença da cultura negra é incontornável, visível e palpável, até porque ela permeia de forma avassaladora os recônditos da vida cultural brasileira. Roberto DaMata, no seu livro *O que faz o Brasil, Brasil?*, publicado no ano de 1984, traça um painel interessante sobre as peculiaridades culturais brasileiras, em particular no capítulo intitulado “A ilusão das relações raciais”, e apresenta, embora com um viés conservador e limitado, uma análise bastante instigante sobre a hipocrisia que reina nas relações raciais brasileiras, com permanente prejuízo para os negros, claro. Até porque, no Brasil, conforme afirma Maria Aparecida Silva Bento em seu trabalho *Branqueamento e branquitude no Brasil*: “O branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais”. Ou seja, nessa perspectiva, não há problema racial no Brasil.

É exatamente essa “invisibilidade” do racismo brasileiro que permitiu e permite sua expansão e seu enraizamento em praticamente todos os campos da atividade humana em nossa sociedade, e de forma mais incisiva no campo da

cultura. No Brasil, o racismo foi naturalizado de tal forma que lutar contra ele pega mal, é um estorvo, o ativista antirracista no Brasil se transforma num desmancha prazeres. É um complexado que não entende que o Brasil não é os Estados Unidos e, portanto, esse assunto pode e deve ser evitado. Assim é o senso comum difundido, adotado e defendido por boa parte da sociedade brasileira, inclusive setores progressistas e de esquerda do espectro ideológico. E quando tratamos da “identidade nacional”, embora tenhamos conhecimento da enorme contribuição dada pelos descendentes de africanos à cultura e à formação histórica/social brasileira, as abordagens ficam mais complicadas ainda. A tendência é adotar a máxima do “todo mundo é igual a ninguém”: a capoeira é apropriada como brasileira e ponto final; do mesmo modo que o samba, a moqueca, o acarajé etc. Pouco importa que se afirme e comprove que há menos de 100 anos praticar a capoeira era considerado crime com punição estabelecida no Código Penal; exatamente por ser praticado por negros, o samba era considerado vadiagem; pelo mesmo motivo que o acarajé está sendo transformado em “bolinho de Cristo” pelos evangélicos neopentecostais, por conter uma porção demoníaca na sua associação nominal e simbólica com o continente africano.

Os exemplos aqui elencados anteriormente são o que podemos de chamar “racismo à brasileira”. Uma tecnologia racial engendrada por nossos colonizadores portugueses, desenvolvida pelos brasileiros e que tem tido uma enorme eficácia até os dias de hoje. Numa sociedade em que a igualdade entre as pessoas inexistente, nada melhor do que o preconceito velado para que a discriminação seja mais eficiente, em particular para as ditas “pessoas de cor” e tanto melhor se elas souberem qual é o seu lugar. Talvez aí esteja o cerne daquilo que passamos a denominar de “democracia racial brasileira”.

Mas, a verdade límpida e clara, é que o Brasil foi colonizado por portugueses brancos e aristocráticos, numa sociedade brutalmente hierarquizada, moldada num quadro rígido de valores discriminatórios que dificulta até mesmo a reflexão sobre sua formação histórica. Compreender essas artimanhas e desvios entranhados na sociedade brasileira é fundamental para identificar o alcance e a autenticidade das políticas públicas de cultura para a população negra no Brasil e os possíveis resultados derivados das mesmas na América Latina. Do contrário, podemos cair na armadilha de, ao invés de contribuir para o combate ao racismo, a promoção da igualdade e o respeito à diversidade, engrossamos o

caldo de cultura das desigualdades, exclusões e dos preconceitos para com as manifestações culturais de origem negra.

Por tudo isso é que consideramos fundamental que ampliemos e aprofundemos as investigações e pesquisas com a maior acuidade possível sobre o alcance que essas políticas públicas tiveram no período pesquisado (2003 a 2010), e que assim possamos retirar delas as lições e os exemplos positivos que poderão vir a ser replicados em situações análogas. Aliás, mais uma vez a definição do professor Albino Rubim sobre política cultural e a importância ao analisá-la criticamente, em dos seus textos intitulado “Política cultural, entre o possível e impossível”, define com clareza o escopo do trabalho que pretendemos realizar.

Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas. Investigar as formulações condensadas em planos, programas, projetos etc; as ações, pensadas e realizadas, e, inclusive, as conexões e contradições entre elas é vital para o conhecimento das políticas culturais (RUBIM, 2007).

*“Já não somos como na chegada ...”.*

Este verso lapidar do poeta/intelectual/cantante e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, em parceria com o poeta/compositor José Carlos Capinam, na sua magistral composição “Miserere Nobis”, do antológico disco *Tropicália*, que apresentou para a sociedade brasileira os novos tempos que se avizinhavam para além do nativismo conservador nos idos de 1968, é emblemático para o tema que abordaremos aqui, visto que continua, mais do que nunca, atual e desafiador.

O tema a que me refiro trata sobre as políticas públicas de cultura para afrodescendentes na América Latina, particularmente no Brasil, recortado a partir das iniciativas e ações adotadas pelo Brasil, no período de 2003 a 2010, nas duas gestões do então ministro da Cultura Gilberto Gil, sucedido por Juca Ferreira, por meio da Fundação Cultural Palmares, órgão daquele Ministério, que era e continua sendo responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas de cultura para os afrodescendentes no Brasil. Embora com orçamento diminuto e um pequeno quadro de abnegados servidores, a Fundação Cultural Palmares desempenhou, naquele período, um importante papel na execução de importantes

ações de políticas culturais voltadas para os afrodescendentes, tanto no Brasil quanto no exterior, por conta do empenho quase que militante do ministro Gilberto Gil, que fez uso do seu capital político e simbólico para abrir portas e caminhos aqui no Brasil como também em vários países latino-americanos, a exemplo da Colômbia, Equador, Uruguai, Cuba e Argentina, assim como no continente africano. E, claro, o cenário político favorável às demandas democráticas, visto que a maioria dos países latino-americanos, naquele período, eram governados por setores de esquerda ou centro-esquerda do espectro político ideológico desses respectivos países.

Se entendermos esse campo do conhecimento – Políticas Públicas – como aquele que busca “colocar o governo em ação” para o atendimento das demandas advindas da sociedade, será necessário tanto a identificação quanto a existência de governos democráticos que traduzam aspirações e vontades populares nas suas mais diversas dimensões ou manifestações, com o correto entendimento de que valores, tradições ou expressões dessas culturas contêm e/ou são derivadas no contexto latino-americano de demandas políticas por igualdade e cidadania, ainda mais se tais políticas forem destinadas às populações afrodescendentes.

Nesse sentido, é fundamental perceber que a escravidão ocorrida nas Américas não pode ser entendida exclusivamente como um mecanismo econômico ou uma variante dos modos de produção que possuem a exploração do homem pelo homem como eixo central que é o capitalismo. A escravidão, e em particular a escravidão negra nas Américas, revestiu-se de tal magnitude que alterou, interferiu e influenciou todos os campos da atividade humana, tanto neste território como no próprio território do colonizador. Não fosse pela dimensão que mobilizou, traficou e deslocou milhões de seres humanos entre os dois continentes (África e América – estima-se em quase sete milhões de homens, mulheres e crianças traficados), o seria pelo tempo. No caso brasileiro, por exemplo (o mais longo de todos), foram quase quatro séculos de escravidão (386 anos, para ser mais preciso). Daí, não ser possível pensar, refletir ou analisar a cultura, suas manifestações artísticas e culturais, bem como as políticas culturais que as norteiam no presente momento, sem que façamos um passeio pelos tortuosos caminhos da escravidão negra e suas marcas indeléveis deixadas pelo tempo.

Daí que, para analisarmos corretamente os resultados produzidos por essas políticas culturais, faz-se necessário recorrer, tanto a pesquisas *in loco* como junto aos dirigentes que as implementaram, bem como analisá-las à luz dos conhecimentos e saberes que foram desenvolvidos nessa região, em torno da temática, notadamente pela comunidade negra dos respectivos países objeto das pesquisas. Do mesmo modo, é fundamental pensar e discutir o papel que os intelectuais latino-americanos desempenham e desempenharam diante dessa realidade tão complexa, instigante e contraditória que é a presença dos afrodescendentes na América Latina. Nesse sentido, devemos nos debruçar com cuidado maior ainda sobre os países diretamente elencados para análise, pois eles possuem peculiaridades importantes a serem observadas, sendo eles o Brasil e a Colômbia, que possuem as duas maiores populações de afrodescendentes da América Latina (Brasil com 54% e Colômbia com 26%, segundo seus últimos censos). No primeiro, a colonização teve como protagonistas os portugueses, enquanto que no segundo os espanhóis. Portanto, para que possamos identificar e diagnosticar corretamente os objetivos, as contribuições, os possíveis equívocos cometidos quando da sua execução, assim como o possível legado que porventura essas políticas tenham deixado para o processo civilizatório na América Latina, particularmente no reconhecimento, consolidação e respeito à enorme diversidade cultural da região, notadamente no campo das manifestações culturais dos afrodescendentes, será preciso dialogar com as distintas e complexas realidades onde essas políticas foram implementadas.

Para tanto, recorrer e fazer uso das ferramentas desenvolvidas pelos estudiosos do tema, analisar detidamente esses estudos, refletir sobre os mesmos, analisá-los e pesquisar com afinco e profundidade as ações que foram desenvolvidas tanto por pesquisadores quanto por instituições da região é fundamental, pois a presença negra na América Latina é fruto de um dos mais complexos e bem engendrados processos de colonização, exploração e desumanização que um grupo humano já sofreu na face da Terra. Colonialismo, escravismo, discriminação, exclusão e violência em estado concentrado foram e ainda continuam sendo os elementos predominantes e muitas vezes determinantes nas relações sociais, políticas e culturais estabelecidas na América Latina para com

os afrodescendentes e os indígenas, e que por consequência deixou profundas marcas nos corpos, corações e mentes dessa imensa população.

O professor doutor (congolês/brasileiro) Kabengele Munanga (USP), um expoente desse campo de análise das razões e dos porquês do colonizador europeu ter elaborado com tamanha eficácia e refinamento as teses de hierarquização racial na qual aos descendentes de africanos foi reservado o espaço e o papel mais degradante da escala social, afirma:

As descobertas do século XV colocam em dúvida o conceito de humanidade até então conhecida nos limites da civilização ocidental. Quem são esses recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios etc.)? São bestas ou são seres humanos como “nós”, europeus?

E prossegue em sua análise:

[...] Eles recolocam em debate a questão de saber quem eram esses outros, recém-descobertos. E assim, lançam mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física. (MUNANGA, 2004)

Ou seja, no processo de conquista e colonização das Américas, os europeus buscaram não apenas a dominação econômica e geográfica da região, mas a classificação hierarquizada da humanidade, em particular daqueles que eram considerados os “diferentes”, para que assim pudessem, de forma racional e planejada, estabelecer as justificativas das suas conquistas e dos seus modos de dominação, exploração e opressão. O que Munanga afirma é que propositalmente a classificação hierarquizada da humanidade produziu uma teoria pseudocientífica que predominou no pensamento ocidental no início do século XX, na qual o seu conteúdo serviu em verdade para legitimar e justificar a dominação racial dos brancos sobre os demais grupos populacionais. A gravidade e a profundidade do uso dessas teorias foi de tal ordem que desembocou em nacionalismos como o vivenciado na Alemanha com o nazismo, que terminou por provocar, além de extermínios coletivos de grupos populacionais como os judeus e os ciganos, ainda por consequência, a Segunda Guerra Mundial que ceifou milhões de vidas.

Inicialmente, essa organização relacional com o outro, com o diferente, cumpriu uma função meramente classificatória, e é bom que se diga que *a priori* não haveria qualquer problema na mesma se posteriormente não houvesse sido agregado a essa classificação o valor hierárquico. Este valor colocou no topo da organização social da humanidade os europeus brancos. Nesse sentido, Munanga é preciso e didático ao apresentar as motivações ideológicas que levaram à produção do racismo<sup>1</sup> a partir do mundo ocidental. Segundo Munanga, eles;

[...] O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc., que, segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc., e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2004)

Essa estrutura social/política/cultural que ainda vige até os dias atuais, em que pese a resistência, a contestação e os avanços alcançados na desconstrução dessa ideia hierarquizante da sociedade do ponto de vista racial, por conta da ativa organização dos movimentos sociais negros, no caso da América Latina ela foi potencializada com o processo colonial e ainda continua produzindo resultados negativos até os dias atuais. A descoberta do chamado Novo Mundo pelos europeus funcionou como um verdadeiro parque de diversões para os experimentos mais cruéis e inusitados que a humanidade vivenciou nos últimos tempos. Articulou-se, a um só tempo, a conquista, a submissão dos povos nativos, a exploração predatória das suas riquezas e o sistema mais amplo, perverso e organizado da submissão humana aos interesses mercantis, que foi a escravidão negra nas Américas. Esse complexo e intrincado processo colonial que deslocou de maneira forçada milhões de seres humanos do continente africano para o continente americano, desorganizando sociedades inteiras, produzindo genocídios e uma das maiores diásporas do mundo moderno, gerou e ainda gera conseqüências profundas, tanto

---

<sup>1</sup> Racismo é a concepção de que a espécie humana se divide naturalmente em raças e que essas raças correspondem a categorias biológicas ostensivamente distintas.



num continente quanto no outro, notadamente no campo das relações sociais e culturais.

Para entendermos com clareza os impactos produzidos por essa visão de mundo e de negócios conduzida pelos europeus na América Latina, é importante atentarmos para algumas reflexões produzidas por importantes intelectuais latino-americanos. Exemplo nesse sentido é o trabalho produzido por Aníbal Quijano, sociólogo e ativista político peruano, que na sua obra *A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005) afirma que “A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”, e que as relações decorrentes dessa ideia geraram identidades historicamente novas, como índios, negros, mestiços, assim como redefiniu outras, e que isso, evidentemente, produziu fenômenos e processos absolutamente novos. Segundo Quijano, “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”. A interpretação de Quijano é que a raça terminou por se converter no critério fundamental para a distribuição da população em todo o mundo, assim como os lugares e papéis que as raças deveriam desempenhar nas estruturas de poder nessa nova sociedade.

Nesse sentido, Quijano indica que a América Latina terminou constituindo-se no primeiro espaço/tempo (experimento) de um novo padrão de poder com vocação mundial, e que dois processos basicamente contribuíram para tanto. O primeiro deles foi a distinção clara, por meio da ideia de raça entre os conquistadores e conquistados; e o segundo, o controle absoluto sobre o trabalho, a produção e os recursos desses povos, especialmente o trabalho escravo que moldou esse controle de forma brutal, com consequências as mais diversas e profundas que impactam nossa sociedade até os dias atuais. Esse novo formato de trabalho baseado na hierarquização racial estabeleceu lugares de poder e comando onde os europeus e seus descendentes “naturalmente” ocupavam e ainda ocupam os espaços privilegiados.

O Brasil é o exemplo mais contundente dessa hierarquização racial e dos danos que esse tipo de estrutura de organização social pode produzir a uma população. O fato do Brasil ter sido o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, após 386 anos de sua vigência, assim como a permanência da discriminação racial e a exclusão como mecanismos de controle social, fez com que

as marcas desse processo colonial fossem mais profundas e estruturantes, e que perpassassem praticamente todo o tecido social brasileiro com fortes reflexos em toda a América Latina.

Nesse sentido, a violência contra a população de origem negra, sua exclusão de praticamente todos os espaços de poder, assim como sua maciça presença nos escalões mais baixos da pirâmide social é mais do que visível na sociedade brasileira, é escandalosa. No entanto, muito pouco tem sido feito para que essa situação seja alterada na velocidade necessária ao tamanho do problema, isto por conta da naturalização que o racismo adquiriu em nossa sociedade, bem como seus processos discriminatórios pela qual a sociedade brasileira foi submetida pelos colonizadores de então e pela elite produzida a partir daí. Em que pese a forte mobilização dos movimentos sociais, notadamente o movimento negro que tem buscado por meio de denúncias, mobilizações e políticas compensatórias, como as cotas raciais no ensino superior, a introdução da história da África na grade curricular do ensino fundamental e a regularização das terras remanescentes de quilombos, com o objetivo de minimizar essas desigualdades, temos ainda fortes resistências em grande parte da população, em particular nas camadas médias e altas da sociedade brasileira, que consideram tais medidas desnecessárias para a superação das desigualdades raciais.

Portanto, o papel dos intelectuais latino-americanos em cenário tão complexo e desafiador como esse é de fundamental importância, não só para que entendamos melhor como funciona essa poderosa rede de interesses econômicos, sociais, políticos e culturais que foi engendrada na América Latina, e que favorece e beneficia os colonizadores de ontem e de hoje, mas também para forjar os mecanismos e alternativas para sua superação. Esse papel será tão ou mais importante quanto maior for a emergência das soluções que as desigualdades raciais e sociais exigirem. Identificar caminhos e propostas, em particular no campo da cultura, que nos apresentem saídas plausíveis e factíveis para o enfrentamento dessa realidade absolutamente assimétrica na ocupação de espaços de poder e na definição de políticas públicas de cultura, que ampliem e reconheçam a contribuição civilizatória dos negros na América Latina, é essencial.

Se já não somos os mesmos da chegada, como afirma Gilberto Gil em sua canção, também não podemos ser os novos subalternos que querem nos fazer crer.

Nesse sentido, temos boas contribuições para nos referenciar e apoiar. Desde Júlio Cortazar, escritor e ativista político argentino, que lá pelos idos da década de 1960 já questionava que papel deveria ter o intelectual latino-americano para que não se transformasse no exótico pensador da região admirado nos fechados circuitos intelectuais europeus, mas absolutamente inócuo para as transformações objetivas que a América Latina exigia, até Silviano Santiago, escritor, professor e ensaísta brasileiro, criador do conceito do “entre-lugar” ao qual nós latino-americanos estamos submetidos desde sempre, essa preocupação tem estado presente.

O desafio que tem se apresentado permanentemente para os intelectuais latino-americanos, em particular para os intelectuais afro-latinos, comprometidos com a transformação social que rompa definitivamente com os paradigmas das desigualdades raciais e sociais na região, tem sido de como subverter a ordem vigente, como alterar o *status quo* conservador colonial, apropriando-se dos conhecimentos e saberes fruto desse encontro de culturas sem colocar-se a serviço dos interesses da elite dominante latino-americana.

E aqui, temos que fazer um parêntese para, por meio de uma crítica construtiva, apresentar as enormes dificuldades que qualquer pesquisador que tenha interesse em abordar a questão de políticas públicas de cultura para os afrodescendentes na América Latina encontrará no tocante a estudos e pesquisas voltadas para a presença negra na América Latina. É impressionante como uma presença tão vigorosa, tão contributiva culturalmente, tenha sido tão pouco pesquisada no circuito acadêmico. Afinal, são mais de 130 milhões de afrodescendentes (esta é a estimativa populacional para a região - Banco Mundial, 2018) que tem contribuído para o processo civilizatório na região por meio do mais rico e plural conjunto de manifestações culturais já visto.

No caso brasileiro, país mais populoso e desenvolvido da América Latina e que possui o maior contingente populacional de afrodescendentes (103,5 milhões) fora do continente africano, representando mais de 54% de sua população, a situação chega à condição do descaso, ainda mais quando essa população foi vítima de dois crimes tipificados pela Organização das Nações Unidas como crimes de lesa-humanidade, que é o tráfico de seres humanos e a escravização, conforme consta na Declaração de Durban, fruto da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, no seu artigo 12:

Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os africanos e afrodescendentes, asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas conseqüências. (III CONFERÊNCIA..., 2001)

Esse fato tenebroso que deveria mobilizar a sociedade civil e o Estado brasileiro para sua mitigação e superação dos estragos produzidos ao longo da nossa história, e servir de alerta para o nosso futuro, a exemplo do que vem sendo feito internacionalmente com o povo judeu por conta de também ter sido vítima de outro crime de lesa-humanidade que foi o nazismo, no Brasil optou-se pelo silenciamento ensurdecido, quando não o apagamento puro e simples desse importante período histórico. Ainda bem que esse silenciamento vem sendo rompido paulatinamente, tanto no mundo acadêmico quanto na sociedade civil, por meio de estudos e pesquisas, embora insuficientes, para gerar soluções adequadas para tema tão relevante que é o racismo e suas discriminações derivadas. Durante os oito anos que estive à frente da Fundação Cultural Palmares, única instituição do aparelho de Estado com a missão de promover a inclusão plena do negro na sociedade brasileira, por meio da cultura, enfrentei essas dificuldades, bem como a incompreensão por parte de vários setores governamentais da importância de produzirmos dados, estudos e informações sobre a presença negra na sociedade brasileira. Com certeza essa dificuldade é a prova mais cabal do quão eficaz e eficiente foi o processo colonial na América Latina, particularmente no Brasil, ao produzir esse verdadeiro apagamento histórico de um dos períodos mais emblemáticos da presença europeia nas Américas.

Retomando a temática no campo mais amplo, ou seja, dos estudos sobre os conhecimentos e saberes gerados pelas populações nativas ou afrodescendentes na América Latina para o encaminhamento de alternativas à situação atual, é importante refletir sobre os trabalhos que um grupo de intelectuais vem produzindo nos últimos tempos e que tem dado uma enorme contribuição para a compreensão e

o apontamento de saídas por meio dos seus estudos e pesquisas. Estamos nos referindo a Ramón Grosfoguel, sociólogo porto-riquenho, que faz parte do Grupo de Estudos Modernidade e Colonialidade da Universidade de Berkeley, na Califórnia, que em seu trabalho “Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo”, aponta para questões que, segundo ele, continuam presentes no processo colonial na América Latina até o momento atual. Ele indica, por exemplo, que todo processo extrativista na América Latina tem envolvido a violação de direitos e violência contra os seres humanos das comunidades afetadas, em particular as comunidades indígenas e afrodescendentes, e indica a premência da superação desse modo de exploração/predação que a América Latina é vitimada há séculos.

No mesmo caminho, Catherine Walsh, no Equador, no seu trabalho *Gritos, grietas y siembras de vida – Entretejeres de lo pedagógico y lo decolonial* (WALSH, 2013), discorre sobre as dificuldades e estratégias alternativas que as populações nativas latino-americanas têm se valido para enfrentar, mesmo no espaço de governos democráticos ou de centro-esquerda, o peso dos interesses coloniais na região. Ela afirma de maneira dramática a existência de um sistema de guerra/morte que subsiste em toda a região e que continua ativo:

El sistema de guerra-muerte actual se enraíza en el proyecto – que a la vez es una lógica – civilizatorio-occidental-patriarcal-moderno/colonial y en su corazón de capital. Este proyecto-lógica es constitutivo del sistema guerra-muerte (en su presente y su larga duración), así, pretende moldear y permear todos los modos y las posibilidades de vivir, estar, ser, saber, sentir, pensar y actuar. (WALSH, 2013)

Do mesmo modo, Walsh afirma de forma categórica que o feminicídio, tão presente nas sociedades latino-americanas, tem sido na verdade uma ferramenta desse modelo patriarcal/colonial/ocidental, e que sua preferencialidade tem sido por mulheres, jovens, pobres, indígenas e afrodescendentes, apresentando assim sua face mais cruel e o caráter social e racial dessas mortes. Mas, nem por isso ela perde a esperança. Segundo ela, a esperança está nas pequenas vitórias, nos pequenos espaços conquistados, nos pequenos avanços, visto que as grandes utopias construídas pelo discurso esquerdista na América Latina foram, em certa medida, frustradas, seja pelos equívocos cometidos pelos governos de centro-

-esquerda, seja pela brutal reação orquestrada pelos setores conservadores da região aliados aos interesses e corporações transnacionais.

Mi apuesta hoy en día está en y por las esperanzas pequeñas, es decir, en y por esos modos-muy-otros de pensar, saber, estar, ser, sentir, hacer y vivir que sí son posibles y, además, existen a pesar del sistema, desafiándole, transgrediéndole, haciéndole fissurar. (WALSH, 2013)

Nessa mesma direção aponta o antropólogo, pintor e pesquisador colombiano Adolfo Alban Achinte, também oriundo do curso de Estudos Culturais Latino-Americanos da Universidade Andina Simón Bolívar, do Equador, onde obteve o doutorado. Ele também aponta em seu texto “Conocimiento y lugar: más allá dela razón hay um mundo de colores”, que faz parte da coletânea intitulada *Texiendo textos y saberes: cinco hilos para pensar los estudios culturales, la colonialidad y la interculturalidad*, a necessidade de rompermos com a dicotomia entre o conhecimento e o saber que foi propositalmente estabelecida pelo poder colonial, ao não reconhecer enquanto produtoras de conhecimento as comunidades negras e indígenas, relegando-as à condição de produtoras de folclore ou da cultura tradicional. Segundo Achinte, há uma polarização artificial criada pelo mundo ocidental entre conhecimento e saber, onde o primeiro possui a chancela da cientificidade e o segundo é visto apenas como algo exótico das comunidades consideradas bárbaras ou incivilizadas. Para ele, essa é uma forma de assegurar uma repartição geográfica e política dos saberes, onde só é validado aquilo que possui a chancela das matrizes coloniais.

Romper essas barreiras e estabelecer novas epistemologias no trato das questões de interesse das populações nativas ou afrodescendentes latino-americanas é o caminho a ser trilhado, segundo Achinte. Nessa perspectiva, ele indica que é fundamental buscar alternativas tanto epistemológicas quanto práticas para o enfrentamento das mazelas, das desigualdades, das exclusões e das armadilhas produzidas pelo poder colonial, que continuam aprisionando os latino-americanos não apenas economicamente, mas também culturalmente. Para ele, essa epistemologia “fronteriza” poderia se constituir num pensamento crítico na América Latina e assim poderia expressar para além de uma crítica ao eurocentrismo, representar também os interesses dos povos subalternizados e discriminados.

Outro elemento que Achinte ressaltava em suas análises é que o pensamento crítico na América Latina tem tido como conteúdo preponderante as contribuições das comunidades indígenas e afrodescendentes em suas lutas cotidianas, e que por isso mesmo necessita ser observado com maior atenção tanto por seus pensadores quanto por seus dirigentes políticos.

Para finalizar essas reflexões em torno do tema apresentado inicialmente – políticas públicas de cultura para os afrodescendentes da América Latina –, seria importante tecer algumas considerações sobre o que compreendemos, nos dias de hoje, como cultura negra ou cultura de origem africana nas Américas, particularmente na América Latina. Ou seja, para que possamos analisar ou criticar de forma correta as políticas públicas de cultura para afrodescendentes na América Latina, que foram desenvolvidas no período de 2003 a 2010, é fundamental que as analisemos a partir das suas especificidades locais, seus processos de hibridização, suas trocas, fusões, ressignificações e mudanças. Nesse sentido, ficou claro que tanto as dificuldades quanto os desafios que se apresentam nessa caminhada funcionam muito mais como estímulo para o seu enfrentamento do que recuo. E, nesse aspecto, a importância que os intelectuais e suas produções possuem para nos ajudar na compreensão dessa realidade tão complexa é de extrema valia.

Não podemos perder de vista que toda e qualquer cultura é dinâmica e conseqüentemente é passível de transformações, e que elas ocorram tanto de maneira conflituada quanto dialogada. Portanto, apesar que o caminho a ser percorrido nessa empreitada seja tortuoso e desafiador, com certeza os resultados do que dele for extraído serão extremamente importantes para o processo de democratização das relações tanto raciais quanto culturais na América Latina.

Enfim, é a cultura cumprindo seu papel de elemento estratégico no desenvolvimento das sociedades e dos seres humanos.

Outra dimensão fundamental para a completude do entendimento sobre para quem e para quem deve servir uma política pública de cultura para afrodescendentes é o que chamamos de Diáspora Negra. Em sendo assim, inevitavelmente teremos que nos remeter às nossas origens, ao menos as geográficas e territoriais que é a África. Não a África mítica que habita a cabeça e os corações de milhões de deserdados daquele continente por conta do longo e penoso processo histórico em que se constituiu o tráfico negreiro, mas a África onde coexistem diversas

civilizações que ora são complementares, ora se sobrepõem, ou ora conflitam-se abertamente. A África heterogênea em suas realidades políticas, culturais e religiosas. Ou o continente que exemplifica de forma contundente sua heterogeneidade por meio de milhares de línguas, ora faladas ora escritas, que continuam vivas expressando sua riquíssima diversidade cultural.

Se na sua origem essas culturas são tão diversas, como apreendê-las ou imaginá-las unas para a formulação de políticas públicas do outro lado do oceano? Portanto, não seria a diáspora, mesmo que forçada, o elemento unificador dessa diversidade, mesmo sendo verdade que a escravidão pôs essas culturas sob o mesmo tacão, também é verdade que as formas de resistência, negação ou hibridação desses povos e culturas seguiram o curso natural das civilizações, ou seja, foram muitas e diversas. Nesse sentido, Kwame Anthony Appiah, filósofo e escritor anglo-ganês, especializado em estudos culturais e literários, nos dá boas pistas, em particular no seu célebre livro intitulado *Na Casa do Meu Pai* (APPIAH, 1997), onde, ancorado em seus profundos conhecimentos sobre filosofia, ele percorre e discorre sobre os variados conceitos de tradição, modernidade, pós-modernidade, pré-colonialismo, colonialismo e pós-colonialismo, lastreados nos estudos de filósofos, sociólogos e antropólogos como Michel Foucault, Du Bois, Aimé Césaire, James Baldwin e Chinua Achebe, apresentando, discutindo e fundamentando os equívocos decorrentes dessa visão ora preconceituosa, ora mítica, ora racista que o Ocidente elaborou e construiu para e sobre os africanos, e os danos que essa visão tem produzido tanto para os africanos quanto para os seus descendentes pelo mundo afora.

Essa visão equivocada, que terminou por ser absorvida e internalizada por boa parte da intelectualidade africana, assim como pelos afrodescendentes e suas lideranças, tem sido a grande responsável pelos entraves que tanto os africanos quanto os afrodescendentes têm encontrado para superar o atraso, o subdesenvolvimento e a subalternidade nas relações com o mundo ocidental e entre os próprios, notadamente no campo da cultura. Libertar-se dessas amarras não é fácil, ainda mais entre os afrodescendentes cuja experiência de ausência de liberdades no seu sentido mais profundo dificulta sobremaneira a formulação de novos pactos políticos e culturais, onde o respeito às tradições esteja lado a lado



com os novos mecanismos das relações políticas e sociais e onde a democracia seja um elemento fundamental.

E, ao abordar a temática da democracia, Appiah (1997) tece uma das críticas mais duras, profundas e vigorosas sobre os conceitos que foram elaborados no mundo ocidental sobre a África e seus descendentes, assim como aos antídotos que foram formulados para combatê-los, tanto pelos africanos quanto pelos afrodescendentes.

Ou seja, segundo Appiah (1997), o racismo de um lado e o pan-africanismo no campo da diáspora, como mecanismo para sua superação do outro, são em verdade faces de uma mesma moeda que é a racialização das relações humanas. Mais que isso, Appiah nos convida a refletir sobre a profunda subalternidade existente na elite política e intelectual africana aos paradigmas estabelecidos pelo colonialismo, sendo um deles esse racismo (intrínseco e extrínseco) que tantos danos tem trazido para a humanidade e em particular para os africanos e seus descendentes. Por fim, outro aspecto importantíssimo de sua análise é a costura que ele faz entre o local e o global, sem com isso estabelecer indicadores de subalternidade ou superioridade aos fatos analisados.

Ao fazer essas considerações, Appiah nos remete, intencionalmente, a refletir sobre as questões que afligem os afrodescendentes no mundo ocidental, em particular o racismo e as discriminações, e de como enfrentá-las e superá-las, sem abrir mão dos ganhos e agregações de valores importantes do mundo ocidental.

Nesse aspecto, outro africano radicado no Brasil, Kabengele Munanga, congolês, antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, profundo conhecedor das nuances e das construções teóricas do racismo, nos ajuda a compreender melhor essas dificuldades e encontrar saídas para as mesmas. Pois sendo o racismo algo estruturante na sociedade latino-americana, compreender suas múltiplas dimensões é fundamental para uma boa formulação de políticas públicas de cultura para os afrodescendentes da região. Por isso mesmo, compreender o racismo enquanto uma construção cultural dos tempos atuais e não mais na sua visão clássica de noção raça é fundamental, segundo Munanga:

Enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável

que a raça (falar politicamente correto). Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX. (MUNANGA, 2004)

Nesse sentido, segundo Munanga (2004), tanto o conceito de raça quanto o de etnia têm sido ideologicamente manipulados, causando uma enorme confusão, particularmente entre os jovens pesquisadores, mas, causando um dano maior ainda à sociedade, na medida em que seu uso nesse formato esconde as armadilhas do racismo. Para que fiquem mais claras suas observações, vamos usar aqui a realidade cultural brasileira. É fácil compreendermos que não existe uma única cultura negra, pois os afro-baianos, afro-mineiros, afro-cariocas ou afro-maranhenses produzem manifestações absolutamente distintas nos campos da religiosidade, da culinária, das artes plásticas, da dança, apesar de todos serem afrodescendentes.

Portanto, compreender o racismo em suas múltiplas facetas e não se deixar seduzir pelo caminho fácil do seu enfrentamento, aceitando o outro lado da moeda como suficiente, é mais do que importante, é essencial para que possamos não apenas desconstruir o racismo, mas também combater os racistas.

## **2. A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES E SUA HISTÓRIA – 1988/2010**

A Fundação Cultural Palmares é uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil. Foi criada no dia 22 de agosto de 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, por meio da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, na gestão do presidente da República José Sarney, no bojo do processo de redemocratização do país, momento em que foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte – a nova Constituição brasileira, a chamada Constituição Cidadã. Este momento singular da história do Brasil possibilitou que inúmeros movimentos sociais, assim como direitos individuais e coletivos que estavam represados na sociedade brasileira há décadas por conta da vigência da ditadura militar pelo qual o país passou ao longo de 21 anos, emergissem de forma vigorosa e dentre eles o Movimento Negro Brasileiro.

Compreender a dinâmica que presidia o movimento negro brasileiro naquele período e os impactos que causaram no seu interior a proposta de criação de uma instituição na estrutura do Estado brasileiro para tratar das questões de ordem cultural e racial da comunidade negra é fundamental para que possamos analisar as condições objetivas que possibilitaram a criação da Fundação Cultural Palmares naquele momento. Por isso mesmo, uma breve análise e algumas considerações sobre as polêmicas e conflitos que a proposta de criação da Fundação Cultural Palmares causou no seio do MVB até a sua aprovação em 22 de agosto de 1988 são mais do que necessárias; é uma condição incontornável. O Movimento Negro Brasileiro sempre foi composto de várias tendências, visões e facções distintas entre si e às vezes antagônicas no apontamento das soluções para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial no Brasil. Esse fenômeno não é novo nem exclusivo desse movimento, pois está presente em inúmeros outros movimentos sociais organizados, como o das mulheres, o dos sem-terra, o ambientalista etc. Embora haja quase que uma lenda de que o movimento negro, pelo fato de ser formado por negros, seria ou deveria ser, uno e indivisível. As razões dessas divisões não serão aqui aprofundadas por não ser o objeto desta

pesquisa, mas possuem fatores e origens distintas que transitam entre as opções ideológicas, religiosas, culturais, regionais e históricas.

Nesse sentido, vale a pena revisitar a conceituação de movimento negro que o professor, historiador e escritor Joel Rufino dos Santos (ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, 1994-1996) exprimia em seus textos e com a qual me identifico plenamente e a qual Fernanda Barros dos Santos, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), registra no seu artigo na revista *Tempo & Argumento: Movimento Negro* é:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 2018, p. 114-182)

Portanto, sempre que utilizarmos as expressões “Movimento Negro Brasileiro” ou “Movimento Negro” neste trabalho, estaremos levando em conta essa multiplicidade de entidades e ações que a conceituação expressa por Joel Rufino abrange.

O ano de 1988, no Brasil, foi especial, não apenas por conta da aprovação da nova carta constitucional por parte da Assembleia Nacional Constituinte, que restaurou a democracia plena no Brasil assim como um conjunto de direitos que haviam sido suprimidos durante o período autoritário, a exemplo da liberdade de expressão, a eleição direta em todos os níveis, o reconhecimento das terras remanescentes de quilombos e a inscrição no texto constitucional do racismo enquanto crime. Também em 1988, celebrou-se o Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, fato histórico dos mais relevantes na sociedade brasileira e que provocou uma profunda discussão, em particular nos campos acadêmicos, políticos e da militância antirracista brasileira. Por conta do centenário, em 1988, ocorreram centenas de seminários, encontros, passeatas, debates, manifestações,

lançamento de livros e publicações as mais diversas por todos os cantos do país, em torno de como o fato histórico deveria ser analisado, interpretado, enfrentado e superado. Afloraram teses e abordagens as mais diversas, desde aquelas que negavam pura e simplesmente a Lei Áurea como marco formal do término da escravidão no país, àquelas que consideravam importante o ato formal da libertação dos escravizados, mas que também criticavam as insuficientes ou quase inexistentes medidas adotadas pelo Estado brasileiro para a mitigação dos danos causados pela escravidão e promovendo a inclusão plena dos negros na sociedade brasileira. Até aquelas que representavam a narrativa oficial do Estado brasileiro, que pregavam e defendiam a existência de uma democracia racial no país e que por isto mesmo esse era um assunto superado; que se porventura existissem sequelas, o próprio tempo se encarregaria de fazer as correções necessárias, sendo, portanto, inócua e inoportuna a discussão, pois introduziria o ódio racial no seio da sociedade brasileira, a exemplo do que ocorria na sociedade norte-americana, causando assim transtornos indesejáveis para o Brasil.

Apesar das divergências e dos embates ocorridos ao longo do ano de 1988, praticamente todos os segmentos do movimento negro brasileiro participaram ativamente dessa discussão. Mas parte dele, ao se deparar com a proposta de criação de uma instituição no aparelho do Estado brasileiro para tratar dessa questão de forma mais sistemática, a entendeu no primeiro momento como uma manobra do governo de então (José Sarney, 1985/1990) para conter e manipular o movimento negro que estava em pleno processo de ascensão na luta de combate ao racismo. Aliado a essa preocupação que era legítima e plausível, visto que o Estado brasileiro sempre negou a existência do racismo no Brasil, uma parcela do movimento negro, particularmente aquelas instituições e lideranças mais ideologizadas e ligadas à esquerda, sempre viu o movimento cultural com desconfiança e até mesmo com preconceito. A cultura e as entidades culturais de origem negra eram vistas por esses segmentos como se fossem a versão alienada, no campo da negritude, daquilo que a esquerda clássica no Brasil (partidos comunistas) intitulava pejorativamente de “ópio do povo”, que era a religião. Assim, a cultura e as entidades culturais da comunidade negra também eram vistas em certa medida como mecanismos alienantes da luta política.

Diante dessa polêmica e com o objetivo de dirimir as dúvidas e esclarecer que reais motivações levaram a esses embates, resolvi entrevistar um conjunto de personalidades e lideranças do movimento negro brasileiro que tiveram, à época, influência direta na consolidação da proposta de criação de uma instituição de caráter cultural como primeira representação política institucional da comunidade negra no Estado brasileiro, pós-abolição da escravatura.

Entrevistado pelo autor, o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, que foi membro do Conselho Consultivo do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, afirmou o seguinte:

A criação da Fundação Palmares foi uma resposta aos anseios dos povos negros e negro-mestiços quanto ao reconhecimento da importância da sua história, sua obra e sua cultura na formação do Brasil. Estavam ali presentes os conceitos de resgate e de legado. A sua missão seria o trabalho permanente para a afirmação desse reconhecimento. A visada era o fortalecimento do elo necessário passado/presente/futuro na constituição da nação negra como parte essencial da nação brasileira. (GIL, 2019)

O militante do movimento negro e professor de História, Marcelo Gentil, que foi presidente-substituto da Palmares na gestão do professor Joel Rufino e atual vice-presidente do Grupo Cultural Olodum, e que à época participou de inúmeras reuniões e mobilizações em torno dessa proposta, ao ser indagado pelo autor desta dissertação, por meio de entrevista, sobre o cenário político que constituiu a criação da Fundação Palmares, afirmou:

Acredito que uma das primeiras sementes plantadas (já que foram várias) foi um grande congresso afro-brasileiro realizado em Uberaba-MG, com a participação de centenas de importantes lideranças negras. Ali se discutiu a sucessão presidencial e também a formulação de políticas públicas específicas para a população negra brasileira e, inclusive, a criação de órgãos públicos nas três esferas (municipal, estadual e federal) da administração pública para formular e implementar tais políticas. Esse evento, de certa forma, contribuiu para a criação de uma rede de articulação entre militantes e entidades negras, de norte a sul do país. Isso em uma época em que não se falava em redes sociais, internet não existia e as ligações interurbanas eram extremamente caras. Principalmente para ligações em horários comerciais. (GENTIL, 2019)

E continuou:

Outra semente importante foi a criação nos anos 1980 do Memorial Zumbi em Alagoas, tendo como um dos seus idealizadores Zezito Araújo, professor da UFAL. Entre outras coisas, o projeto que contava

com a participação do poder público, reivindicava o tombamento da Serra da Barriga como patrimônio histórico.

Dito tudo isso, é importante ressaltar o papel jogado por duas grandes figuras: Carlos Moura, responsável por coordenar o processo que resultou na proposta de estatuto para a Fundação Palmares e o ministro da Cultura, Celso Furtado, que teve grandes embates com a Casa Civil que era contra a criação de um órgão com esse perfil, sem dúvida pelo que hoje chamamos de racismo institucional. Foram todas essas sementes e esse conjunto de esforços individuais e coletivos que fez nascer em agosto de 1988 a Fundação Cultural Palmares/MinC, exatamente com a missão de cumprir o que está contido em sua primeira pergunta. (GENTIL, 2019)

Já Carlos Moura, um dos personagens centrais dessa articulação, assim se pronunciou sobre a produção dos conteúdos que levaram à criação da Fundação Palmares àquela época:

Produziram-se conteúdos destinados ao resgate dos valores: culturais, políticos, econômicos, religiosos, além de outros, trazidos ao Brasil por africanos e africanas escravizados, todos formadores da sociedade brasileira. Nasciam, assim, os conceitos que deram origem aos principais fundamentos da Fundação Cultural Palmares. (MOURA, 2019)

Para João Jorge Rodrigues, presidente do Grupo Cultural Olodum e um dos membros, à época, da Comissão Executiva do Centenário da Abolição da Escravatura, também em entrevista ao autor, afirmou que a postura de negação da cultura enquanto elemento condutor da luta antirracista representava uma visão preconceituosa para com os grupos e entidades que faziam da cultura sua ferramenta principal de luta:

[...] a crítica à cultura, era uma crítica que não procedia. Um gaúcho, Oliveira Silveira, mostrou isso. Ele, um poeta, um homem da Cultura, foi quem propôs o Dia Nacional da Consciência Negra. O Olodum e o Ilê participaram de várias ações, nos anos 80 e anos 90, significativas para a comunidade negra. O GTI é um exemplo. [...] A abertura de embaixadas no continente africano, o apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica às ações do movimento negro [...]. (RODRIGUES, 2019)

Ainda, segundo João Jorge,

[...] há um certo setor da militância, dez, quinze, vinte por cento, que parece que torce para que nada funcione, torce para que nada dê certo, sob pena de tirar esse patrimônio do lugar de fala de alguns. Nós temos problemas, nós resolveremos os problemas

com a dinâmica que a sociedade brasileira permite.  
(RODRIGUES, 2019)

A junção do preconceito à cultura de parte da militância negra com a desconfiança política ao governo brasileiro de então terminou por determinar as condições para a negação pura e simples da criação da Fundação Cultural Palmares por uma parcela do movimento negro. Esse debate percorreu o Brasil inteiro e esteve presente de forma mais aprofundada em Brasília, por conta da Assembleia Nacional Constituinte que estava em pleno funcionamento. Nesse sentido, o governo federal, liderado pelo presidente Sarney, deu um passo adiante na abordagem dessa questão ao criar, por meio do Decreto nº 94.326, de 13 de maio de 1987, o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura (**Anexo I**, p. 137), cuja coordenação ficou a cargo do Ministério da Cultura, à época dirigido pelo ministro Celso Furtado, e que posteriormente veio a ter forte influência tanto na decisão de criação quanto nos primeiros passos da Fundação Cultural Palmares.

A prova maior da influência positiva que o Conselho Consultivo do Programa do Centenário da Abolição da Escravatura teve para a aprovação da Fundação Palmares, enquanto instituição do Estado brasileiro foi a sua composição. Constituído por dezenas de membros da sociedade civil, em sua grande maioria representantes respeitados do movimento negro brasileiro, conforme Portaria nº 314, de 14 de julho de 1987, publicada pelo ministro da Cultura Celso Furtado. As lideranças do movimento negro, personalidades e religiosos/as como Ana Célia da Silva do MNU, Adão Ventura, poeta e escritor, o embaixador Alberto da Costa e Silva, Barbosa Lima Sobrinho (presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI), Carlos Alves Moura, da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, reverendo Santana, do Conselho Mundial de Igrejas, João Jorge dos Santos Rodrigues (presidente do Olodum), deputado federal Abdias Nascimento, deputada federal Benedita da Silva (PT), deputado federal Paulo Paim (PT), Lélia Gonzales, ativista feminina, Edmilson Valentim (PCdoB), deputado federal Carlos Alberto Caó (PDT), Clóvis Moura (antropólogo), Cândido Mendes (escritor), Mestre Didi (sacerdote), Décio Freitas (historiador), Gilberto Gil (cantor), José Carlos Capinam (poeta), Joel Rufino dos Santos (historiador), Marcos Terena (indígena), Martinho da Vila (cantor), Mãe Stella de Azevedo (sacerdotisa), Milton Gonçalves (ator), Zezé Mota (atriz), dentre outros, contribuíram decisivamente para consolidar a ideia de que era importante construir e deixar um legado institucional do Centenário da



Abolição da Escravatura e assim dar a consistência social necessária para a responsabilização do Estado brasileiro do seu papel fundamental, por meio de políticas públicas a serem adotadas no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial.

E, nessa caminhada, o Ministério da Cultura ganhou protagonismo e ficou com a responsabilidade de constituir uma coordenação executiva, encarregada de centralizar as questões e propostas pertinentes ao Centenário da Abolição; e Carlos Moura, um militante experimentado e habilidoso, foi seu coordenador executivo. Sob sua coordenação e orientação foram realizadas dezenas de reuniões nos mais diversos estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Alagoas, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul etc.) para que fosse elaborada uma agenda de eventos e discussões para o Centenário da Abolição. Houve um grande destaque para o estado de Alagoas, por conta de lá estar situado o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, e de já haver, desde o ano de 1981, uma campanha liderada pelas principais entidades do movimento negro brasileiro no sentido de fazer Zumbi dos Palmares herói nacional, criar o Memorial Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga onde está localizado o território remanescente do Quilombo dos Palmares, assim como deslocar para o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra e data da morte de Zumbi –, as celebrações da luta contra a escravidão no Brasil.

Inicialmente a Bahia esteve representada institucionalmente nessa comissão pelo secretário de Cultura do Estado da Bahia, José Carlos Capinam. Posteriormente, fui indicado para substituir o secretário na referida comissão, e como eu era o diretor do Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (DIAR) no governo de Waldir Pires (1987/1989), o órgão que eu dirigia passou a ser o responsável por coordenar praticamente todas as atividades relativas ao Centenário da Abolição na Bahia do ponto de vista institucional, além de acompanhar de perto as atividades no plano nacional.

No âmbito do governo do Estado, o ponto alto das atividades foi o seminário nacional intitulado Brasil, Crises e Soluções, realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1987, no Museu de Arte da Bahia, em Salvador. Esse seminário contou com a parceria da Fundação Gregório de Mattos – Prefeitura Municipal do

Salvador – e de entidades do movimento negro baiano, a exemplo do Grupo Cultural Olodum. Contou com a presença de renomados intelectuais e ativistas do movimento e da cultura negra brasileira de então, a exemplo do ativista Abdias do Nascimento, do cantor Gilberto Gil, da atriz Jacira Silva, do ator Antônio Pitanga, do cineasta Paulo Gil Soares.

A habilidade política de Carlos Moura, aliado ao forte apoio que ele tinha do presidente Sarney juntamente com sua militância na Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, o credenciou a liderar esse processo que culminou com o êxito da criação da FCP, tendo sido ele inclusive o seu primeiro presidente. Ou seja, enquanto o movimento negro discutia a pertinência ou não da criação da FCP, o governo Sarney, percebendo que havia lastro na sociedade, particularmente das entidades culturais do movimento negro e aliados no Parlamento, foi tomando iniciativas que em certa medida atendiam aos reclamos do movimento negro, mas que além de moderar os rumos das reivindicações do movimento negro, também funcionou como os primeiros passos do Estado brasileiro no sentido de assumir minimamente suas responsabilidades com a promoção da igualdade racial no Brasil. Isso fica evidente no pronunciamento feito pelo então presidente Sarney quando da abertura das celebrações do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, realizada no dia 21 de março de 1987, data em que é celebrada pelas Nações Unidas “o Dia Internacional Pela Eliminação da Discriminação Racial”:

Não cabe ao Estado brasileiro conduzir as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura como se detivesse ele a chave de interpretação da nossa história. Determinei ao ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado, que as comissões criadas para esse propósito funcionassem tão somente como órgãos de apoio às próprias iniciativas da sociedade, à militância dos movimentos negros e aos projetos por eles mesmos propostos em todo o território nacional, em simpósios, debates, seminários, conferências, publicações e outras manifestações. Quando necessário, esse apoio será também material. E por isso estou abrindo um crédito especial para as comemorações. (SARNEY, Biblioteca da Presidência da República, 1987, p. 123)

O presidente Sarney em seu discurso deixa claro que “não cabe ao Estado brasileiro conduzir as comemorações”, mas apresenta sua pauta para o Centenário da Abolição, pauta esta que havia sido elaborada, em parte, pelo Conselho Consultivo do Centenário da Abolição e que foi coordenada politicamente pelo ministro Celso Furtado. Mas, executivamente, a pauta era coordenada por um

militante do movimento negro, à época também dirigente do CEAB (Centro de Estudos Afro-Brasileiros, sediado em Brasília) que era Carlos Moura, bastante respeitado, e que também tinha adotado como pauta prioritária a criação da Fundação Cultural Palmares, justificando esse intento a partir das próprias demandas do movimento negro.

Segundo o reverendo Santana, que também fez parte da Comissão do Centenário da Abolição, a estratégia da Presidência da República era clara e precisa, conforme o relato abaixo:

Esta linha de raciocínio traçada pelo ex-presidente José Sarney escamoteia o histórico e a heterogeneidade dos movimentos negros brasileiros. Ou seja, desde meados do século XV até o século XIX, a historiografia alude à existência da resistência negra. De acordo com Petrônio Domingues (2006), a primeira etapa foi de 1889-1937, a segunda de 1945-1964 e a terceira fase de 1978-2000. À vista disso, se identificou a existência de associações, a imprensa negra e Frentes Negras em diferentes estados e atuações. Já nos anos 1940, podemos citar: o Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor. (SILVA, 2003)

Adiante, entre os anos de 1940 e 1950, os Congressos do Negro foram realizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesses congressos, as discussões giravam em torno da denúncia quanto à discriminação racial no Brasil e a necessidade de políticas públicas que vislumbrassem a cidadania da população negra. (GOMES, 2012)

No comparativo, na década de 1970, ocorre a ascensão do Movimento Negro Unificado, União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO), Coletivo das Mulheres Negras e das ongs negras. Em decorrência desse fato, na esfera política, em meados de 1980, nascem as demandas por políticos negros no Parlamento, a exemplo de Abdias Nascimento, Benedita da Silva e Carlos Alberto de Oliveira. É nesse momento que Abdias Nascimento, através de projeto ordinário, discurso e projeto de iniciativa interna aprofunda o debate acerca da questão racial no Parlamento brasileiro e traz à tona o tema da reparação, indenização e afirmação da identidade negra no Brasil. (SANTANA, 2015)

Mas, por outro lado, essa estratégia preenchia um espaço vazio no qual o Estado brasileiro sempre esteve ausente, oferecendo uma alternativa de trabalho, mesmo que pequena, dentro do aparelho do Estado brasileiro, no combate ao racismo e na via da promoção da igualdade racial por meio da cultura. E a

sequência do discurso do presidente Sarney aponta nesse caminho, quando se vale de reivindicações mais do que legítimas apresentadas pelo movimento negro brasileiro ao longo do tempo, conforme citação abaixo:

Há muito a comunidade negra do Brasil reivindica a criação de um espaço institucional que sirva de apoio à emergência das lideranças negras e à redescoberta da verdadeira consciência do Brasil. A Fundação Palmares, que estamos criando, resgatará esta consciência.

Ano passado, quando discutíamos com o senhor ministro da Cultura de que maneira devíamos comemorar o Centenário da Abolição, lembrei-lhe de que devíamos marcar a data com o órgão que servisse permanentemente de apoio para a ascensão social da raça negra no Brasil. E sugeri e acordamos a criação de uma fundação que se chamará de Fundação Palmares, que irá apoiar as inteligências, as lideranças e as consciências que se formarem na raça negra no Brasil para que, dentro de poucos anos, nós tenhamos formado no país um contingente da raça negra que possa atuar em todos os setores do Brasil.

Na linha dessa determinação, acabei de assinar o decreto que declara monumento nacional a Serra da Barriga, em União dos Palmares, em Alagoas. Ali se deram as lutas lideradas por Zumbi, marco da conquista da liberdade dos negros escravos.

O Quilombo dos Palmares resistiu durante quase todo o século XVII ao assédio das forças coloniais. Ganga Zumba, Zumbi e tantos outros heróis da liberdade são expressões da determinação de um povo que preferiu enfrentar a morte e a tortura a aceitar a desonra do cativo. (SARNEY, Biblioteca da Presidência da República, 1987, p. 126)

Não à toa, as diretrizes iniciais da FCP se adequaram às reivindicações dos movimentos sociais negros, conforme dito textualmente pelo presidente Sarney: “Estamos tomando as providências concretas para a desapropriação das terras onde iremos erigir um marco ao Quilombo dos Palmares, reivindicação antiga dos movimentos negros do Brasil”. Portanto, a proposta do presidente Sarney, ao acenar com a possibilidade de desapropriação das terras remanescentes do Quilombo dos Palmares, e de lá criar um “marco referencial” em contraposição à data oficial do Estado brasileiro que era o 13 de Maio, além de atender a um pleito unânime dos variados movimentos da comunidade negra, neutralizava em grande parte as reações contrárias à criação da Fundação Cultural Palmares, pois dialogava diretamente com as demandas do movimento negro, além de indicar que a instituição que iria gerir e administrar futuramente o referido marco histórico seria a Fundação Palmares.

Com esse discurso e as alianças construídas no seio do movimento negro brasileiro estava consolidada a criação da Fundação Cultural Palmares, e coube ao Parlamento sua aprovação no dia 20 de abril de 1988, por meio do Projeto de Lei nº 549/1988, enviado pelo Executivo. Um detalhe importante desse processo é que apesar das inúmeras resistências que havia no Parlamento, o projeto foi aprovado praticamente por unanimidade, tendo como único voto contrário o do representante do Partido dos Trabalhadores (PT), que por meio do seu líder de então, deputado federal Eduardo Jorge, justificou o seu voto contrário por estar seguindo a orientação do Conselho do Negro, órgão interno do partido. Faziam parte daquela mesa diretora: Arnaldo Faria de Sá, (PTB), Carlos Alberto Caó dos Santos (PDT), Eduardo Jorge (PT), Aldo Arantes (PC do B), Augusto Carvalho (PCB), Siqueira Campos (PDC), Inocêncio de Oliveira (PDS), Genebaldo Correia (PMDB), Gerson Peres (PDS) e César Maia (PDT).

Desse modo, e com os relatos aqui registrados, fica evidenciado que a FCP não foi fruto apenas do ato de vontade política do governo ou de seu presidente de então, mas também da ampla e intensa mobilização do movimento negro brasileiro e de seus aliados no campo da cultura e no campo parlamentar, que influenciaram inclusive em suas diretrizes iniciais. Representavam parte da pauta política da militância negra, que era a cobrança junto às autoridades brasileiras da necessária assunção por parte do Estado brasileiro das suas responsabilidades inerentes às dramáticas consequências advindas do longo período escravocrata vivido pelo país, assim como sua parcela de contribuição para a superação das discriminações e exclusões decorrentes desse crime de lesa-humanidade do qual a população de origem africana no Brasil foi e continua sendo a grande vítima.

Para além disso, o movimento negro brasileiro cobrava também medidas efetivas que levassem não apenas à promoção da igualdade e à preservação e valorização da cultura e manifestações culturais de origem negra no Brasil, em que pese a cultura ser entendida como o grande legado civilizatório da população afrodescendente para a nação, para ser assim claramente percebido e identificado por praticamente todos os setores da sociedade brasileira. O movimento negro afirmava que isso era necessário, mas não o suficiente. Era visível que sem o enfrentamento de questões que estavam no plano educacional, no mercado de trabalho, na mercantilização do corpo da mulher negra, na violência racial e na

pobreza endêmica da qual a maioria da população negra padecia e ainda padece, dificilmente teríamos avanços significativos para a melhoria das condições de vida dos negros no Brasil.

Apesar dessa compreensão política permear as ideias de quase todas as lideranças do movimento negro, a pauta cultural terminou por se impor, sem, no entanto, anular as reivindicações mais gerais. Até porque, esta era uma pauta que tinha um acúmulo sólido de variados segmentos do movimento negro e era mais agregadora, tanto entre os não negros como entre a comunidade negra menos politizada. A forte presença dos setores culturais através clubes de negros, maracatus, congadas, escolas de samba, blocos afros e grupos culturais das mais diversas matrizes afro-brasileiras ajudou a consolidar a ideia da FCP. Aqui, vale a pena abrir um parêntese e lembrar a força e o papel que os blocos afros baianos, à época um modelo novo de organização da comunidade negra, tiveram em todo esse processo. Criados a partir do carnaval da Bahia, os blocos afros baianos aliavam, a um só tempo, o discurso afirmativo de combate ao racismo com o discurso cultural de afirmação da cultura negra enquanto ferramenta fundamental para a construção de uma nova autoestima para a comunidade negra.

Os versos contidos na primeira música cantada pelo Ilê Aiyê ao ir às ruas da cidade do Salvador, durante o carnaval de 1974, deixam claro essa nova dimensão política/racial:

*Branco, se você soubesse o valor que o preto tem/Tu tomava um banho de piche, branco, e ficava preto também/E não te ensino a minha malandragem/Nem tão pouco minha filosofia, porque/Quem dá luz a cego é bengala branca e Santa Luzia.*

Do mesmo modo que o bloco afro Olodum, outra grande referência surgida cinco anos mais tarde, em 1979, e que pautava suas ações não apenas no campo cultural mas também no campo da política institucional, estabelecendo vínculos e articulações com partidos e organizações da esquerda baiana, com um discurso claro de oposição ao governo autoritário que vigia no país, também adotava. Nos versos da música “Protesto Olodum”, esse compromisso estava claramente explicitado, e esse novo modo de fazer política no movimento negro, consolidado:

*Declara à nação, Pelourinho contra a prostituição/Faz protesto, manifestação/E lá vou eu/Aids se expandiu/E o terror já domina o Brasil/Faz denúncia Olodum, Pelourinho/E lá vou eu.*

Após a aprovação da criação da FCP pelo Congresso Nacional, toda a gama de interesses e reivindicações que não havia sido contemplada quando da formulação inicial da FCP terminou por ser direcionada para a instituição, que ao ser criada tinha objetivos bastante abrangentes, mas voltados para a área cultural, como o de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (Artigo 1º do seu estatuto). É bem verdade que a Fundação Palmares tentou ser uma espécie de “abre-alas” do grande desfile de reivindicações que a comunidade negra tinha acumulado ao longo dos últimos 100 anos após a abolição da escravidão, e teria conseguido responder a contento esse desafio não fossem os entraves, resistências e quase nenhum recurso financeiro que se apresentaram quando da materialização da decisão política de criação da instituição. E essa foi uma nova etapa da luta do movimento negro que teve que contar com muita determinação e habilidade no seu enfrentamento e superação.

Em 12 de julho de 1989, o presidente nomeado da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura, publicou portaria tornando público “os critérios básicos para operacionalizar o processo de implantação do quadro de pessoal da FCP”. O processo seletivo previa o aproveitamento de servidores federais efetivos e de servidores que estavam prestando serviço ao Programa Nacional Centenário da Abolição de Escravidão. Os candidatos a integrar o quadro funcional da Palmares seriam escolhidos por comissão avaliadora, que obedeceria como referência primeira critérios como formação “latu sensu”, experiência profissional e necessidades específicas da Fundação.

Ou seja, quase um ano após sua criação pelo Congresso Nacional, a FCP só existia cartorialmente e não possuía qualquer estrutura administrativa ou física para o seu funcionamento. Mas as tentativas de impedir o funcionamento da Fundação Palmares não cessavam por aí, e o processo seletivo, para composição do quadro de funcionários do órgão, foi barrado pelo Ministério da Administração, que entendia que a investidura para os cargos só poderia ocorrer mediante concurso público, posto que assim determinava a Constituição Federal, então aprovada em 1988. Para Moura, “buscava-se uma filigrana administrativa para impedir o funcionamento da instituição afro-brasileira” (MOURA, 2008). Dessa forma, a FCP começou os seus trabalhos com quadro de servidores absolutamente reduzido, em espaço físico

precário e contando apenas com os integrantes do PROCEN (Programa do Centenário da Abolição).

E, mais uma vez, Carlos Moura e sua equipe tiveram que buscar aliança e apoio de setores do movimento negro e daqueles aliados políticos que trabalhavam no campo da cultura negra, assim como no Parlamento, para não só resistir tanto à inanição orçamentária/administrativa de que a FCP padecia quanto ao boicote político que havia recrudescido no Congresso Nacional.

Com o objetivo de traçar em grandes linhas a trajetória percorrida pela FCP até o período de 2003/2010, objeto do estudo que me propus, e que a consolidaram como a grande referência no Brasil e no exterior de trabalho em prol da promoção da cultura negra e do combate ao racismo, farei um breve relato das principais ações desenvolvidas pela Fundação Palmares ao longo desse tempo, para que assim nos situemos melhor sobre as condições e entraves impostos pelo racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira quando nos referimos a qualquer trabalho que vise a erradicação do racismo em nosso país. Para tanto, excluí, propositalmente, dessa breve análise, os projetos e ações que serão objetivos de análise posterior mais detalhada, que são os trabalhos afro-latinos.

Em 1990, no governo do presidente Fernando Collor de Melo, primeiro presidente da República eleito diretamente após o período ditatorial, foi indicado para a presidência da FCP o poeta e escritor negro mineiro Adão Ventura, que a presidiu até o ano de 1994. Logo no início do governo, em sua sanha ultraliberal, o governo federal propôs, pura e simplesmente, a extinção da Fundação Palmares, conforme nos relata Carlos Moura, um dos articuladores de então, para que tal fato não se consumasse:

Em março de 1990, a nova administração propõe a extinção sumária da Fundação Cultural Palmares. Foi preciso encetar uma campanha na Câmara dos Deputados para evitar o pior. Corria-se o risco de se perder uma instituição legitimada por segmentos discriminados. Uma instituição destinada, entre outros pressupostos, a resgatar e consolidar o patrimônio histórico afro-brasileiro; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades negras no Brasil; impulsionar e apoiar lideranças comunitárias negras; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades remanescentes dos quilombos. (MOURA, 2008, p. 14)

Apesar de sua extinção ter sido sustada, esse foi o período mais crítico de funcionamento da FCP ao longo de sua história, visto que seu orçamento foi



praticamente inexistente, suas estruturas eram as mínimas possíveis, aliada a pouca experiência administrativa que o presidente de então possuía e a explícita má vontade política por parte do governo federal para com suas demandas, fato este que levou a Fundação a uma quase paralisia. Nesse mesmo período, por outro lado, no campo social, o movimento negro brasileiro ampliava sua articulação política, mobilizava milhares de pessoas e exigia mais espaços e políticas públicas que atendessem as demandas da população negra nos mais variados campos da atividade humana, tais como trabalho, educação, juventude, mulheres negras, terras etc. E, claro, por mais que os dirigentes da Fundação Palmares tentassem responder a essas demandas, não havia a menor condição administrativa nem vontade política por parte dos governantes em atendê-las. Essas demandas reprimidas desaguaram na Marcha em Brasília, quando da passagem dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, que levou milhares de lideranças e entidades do movimento negro ao Palácio do Planalto, no Distrito Federal. As principais lideranças desse movimento foram recebidas pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em novembro de 1995. Essa mobilização demonstrou força política e conquistou avanços significativos na agenda política brasileira, dentre elas a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas públicas para a valorização da população negra no país. Esse grupo que ficou sob a coordenação do Ministério da Justiça foi composto inicialmente por 18 membros, sendo oito deles oriundos do movimento negro brasileiro, e teve um papel importante no redesenho das ações do governo federal nas questões raciais do país.

Do mesmo modo que ocorreu quando da criação da FCP, parcela do movimento negro que havia participado das mobilizações para a Marcha em Brasília teve divergências em relação às propostas de encaminhamento e se ausentaram de participar do grupo interministerial proposto pelo governo federal.

No início do ano, porém, em 20 de março de 1995, véspera do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, data celebrada pela Organização das Nações Unidas - ONU, por conta do massacre promovido pelo governo do *apartheid* da África do Sul ocorrido na cidade Shaperville, quando 69 jovens foram assassinados e centenas ficaram feridos, o governo FHC cria a comissão nacional para as comemorações dos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares, cuja presidência era da Fundação Cultural Palmares, conforme Decreto

de 20 de novembro de 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, reproduzido no **Anexo II**, p. 138.

Nesse sentido, tanto José Sarney quanto Fernando Henrique Cardoso traduzem o espírito que tem norteado até os dias atuais a ausência de firmeza por parte do Estado brasileiro no enfrentamento dessa questão crucial para o desenvolvimento da sociedade brasileira de forma igualitária, que são as sequelas oriundas do período escravocrata. Kabengele Munanga, antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, traduz essa impressão com precisão:

Neste eixo, assim como José Sarney, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso escondeu a peculiaridade do racismo no Brasil, ou seja, o racismo à brasileira. Este residiria na negação da existência do racismo relativo a pretos e pardos, bem como refutaria qualquer argumento concernente à assimetria social entre brancos e não brancos. Assim como, a raiz histórica da colonização encontraria narrativa voltada à confluência biológica, em meio a experiências cotidianas amistosas entre raças distintas. O que, para ambos os estadistas, não teria se configurado em contextos alhures. (MUNANGA, 1999)

Cabe explicitar aqui que a data 20 de Novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares), enquanto Dia Nacional da Consciência Negra, foi introduzida na agenda política do movimento negro brasileiro a partir da iniciativa do Grupo Palmares (1971), sediado em Porto Alegre, com o objetivo de se contrapor ao marco oficial da República que era 13 de Maio – Dia da Abolição da Escravatura, que tinha na Princesa Isabel sua referência maior. A ideia dessas lideranças era trazer a rememoração dos líderes e personalidades negras da história brasileira e, com isso, a conscientização da população, em particular a comunidade negra, para a construção de novas narrativas sobre a história dos negros no Brasil. Noutros termos, o Grupo Palmares reivindicava o conhecimento do passado dos povos africanos e dos afro-brasileiros para promover uma integração na sociedade brasileira de forma consciente, garantindo assim uma leitura distinta sobre a luta contra a escravidão no Brasil, diferentemente do modo passivo e alienante contido na proposta das celebrações do 13 de Maio e de suas representações.

Quem liderou esse processo, dentro e fora do Grupo Palmares, foi o pesquisador, historiador e poeta Oliveira Silveira, nascido em Rosário do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, em 1941. Ele era formado em Letras pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em língua francesa, e um ativo militante das causas negras,

Retomando a trajetória da FCP, o ano de 1995 foi singular na sua atuação. As celebrações do tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares deram um novo fôlego para sua consolidação, além de terem sido recheadas de conquistas tanto no plano simbólico quanto concreto para a Fundação Palmares. Exemplo nesse sentido é a inclusão de Zumbi dos Palmares no “Livro dos Heróis da Pátria”, por meio da Lei nº 9.315, de 20 de novembro de 1996, conforme **Anexo III** na p. 139, que era uma reivindicação unânime do movimento negro brasileiro.

Também naquele ano, a Fundação Palmares realizou o maior evento celebratório do país em reverência a Zumbi dos Palmares, intitulado: Zumbi – O Mestre da Liberdade. O evento foi realizado no estado de Alagoas, nas cidades de Maceió e União dos Palmares, e teve caráter internacional, colocando a Fundação Palmares como referência nacional e internacional nas ações de promoção, difusão e preservação da cultura negra no país. Foram cinco dias de atividades (15 a 20 de novembro de 1995) com vasta programação cultural, mesas de debates e seminários dos quais participaram mais de 50 mil pessoas. O evento contou com a participação do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no dia 19 de novembro, acompanhado da maior celebridade negra do mundo, o jogador de futebol Pelé, então ministro extraordinário dos Esportes, de dezenas de embaixadores de países africanos, do governador do estado de Alagoas, Divaldo Suruagy, e outras dezenas de artistas, intelectuais e grupos culturais nacionais e internacionais.

Estive presente nessas celebrações enquanto coordenador geral das atividades, em articulação com a representação do movimento negro local, que era o professor Zezito Araújo, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, pois a empresa Cidade Livre Produções Artísticas, na qual eu era sócio-gerente, foi escolhida pelo Ministério da Cultura para executar a programação elaborada pela Fundação Cultural Palmares por meio da Diretoria de Estudos e Pesquisas, então dirigida por Marcelo Gentil da Cruz, que também havia sido dirigente do Grupo Cultural Olodum, da Bahia. Pude observar de perto o impacto positivo que as celebrações produziram, tanto culturalmente quanto economicamente, nas cidades onde os eventos ocorreram, visto que o estado de Alagoas passava por uma crise política e econômica muito acentuada, fato que veio a gerar, meses depois, uma

intervenção do governo federal. O aporte de recursos foi da ordem de R\$ 570 mil reais (equivalente a R\$ 2,28 milhões de reais nos dias de hoje), ou seja, o maior volume de recursos já aplicado pela Fundação Palmares numa atividade relativa à cultura negra no país, até aquele momento. (arquivo pessoal)

O evento durou cinco dias (15 a 20 de novembro de 1995), contou com a participação de praticamente todas as lideranças do movimento negro do estado de Alagoas, de dezenas de grupos culturais alagoanos, tendo ocorrido ações e atividades nos mais diversos espaços públicos e privados do estado, a exemplo da Universidade Federal de Alagoas, do aeroporto de Maceió, nas praças e orla marítima da cidade de Maceió e em União dos Palmares (município onde se localiza a Serra da Barriga e o Quilombo dos Palmares). Participaram dessa celebração 56 grupos culturais do Brasil e do exterior, dentre eles: Edson Gomes, Balé Folclórico da Bahia, Margareth Menezes, Olodum e Ilê Aiyê da Bahia, Sandra de Sá, Leci Brandão e Cidade Negra do Rio de Janeiro, Banda Guetto do Maranhão; os grupos internacionais Las Calendas do Uruguai, KilandoKilo de Angola; dezenas de grupos locais de música, dança, capoeira, maracatu etc. Além disso, tivemos exposições de máscaras africanas, lançamentos de livros e a solenidade que alterou o nome oficial do aeroporto de Maceió, que passou a se chamar Zumbi dos Palmares. (arquivo pessoal)

No dia 19 de novembro, com a presença do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do governador do estado de Alagoas Divaldo Suruagy, do ministro dos Esportes Edson Arantes do Nascimento (Pelé), do prefeito de Maceió Ronaldo Lessa e do prefeito de União dos Palmares José Praxedes foi realizada a solenidade em homenagem aos quilombolas mortos ao longo da existência do Quilombo dos Palmares e o lançamento do selo comemorativo dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. (arquivo pessoal)

Logo após as celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, Joel Rufino dos Santos renuncia à Presidência da Fundação Palmares e é indicada para substituí-lo Dulce Maria Pereira (primeira mulher a presidir a Palmares), que à época era a segunda suplente no Senado do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Conforme consta na dissertação de mestrado de Fabiana Guimarães Xavier, Dulce realizou três importantes eventos em sua gestão: o Seminário Internacional Rota dos Escravos, em parceria com a Unesco e o

Ministério das Relações Exteriores, as pré-conferências preparatórias à III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas e a I Conferência de Mulheres da Comunidade de Países da Língua Portuguesa, sobre gênero, cultura, acesso ao poder, participação política e desenvolvimento. (XAVIER, 2018, p. 40)

No ano 2000, já no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, Dulce Pereira deixa a FCP após ser indicada para a Secretaria Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sediada em Lisboa, e Carlos Alves Moura retorna à Fundação Palmares. Nesse período, Moura lidera a ação internacional mais importante coordenada pela Fundação até então: a participação do Brasil na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, na África do Sul, em 2001. Essa participação consistiu na presença de 154 representantes oficiais e de mais de 500 militantes da sociedade civil. Foi a maior delegação estrangeira presente na Conferência de Durban, perdendo apenas em número para a delegação da África do Sul que sediava o evento. Para o Brasil, essa conferência foi marcante no sentido de redefinir os rumos e as propostas do movimento negro brasileiro, assim como redefiniu a forma como o governo brasileiro vinha tratando a questão racial até aquele momento. Para a Palmares, foi a estreia no plano internacional, representando com dignidade as aspirações e reivindicações da comunidade negra brasileira.

Para chegar até a Conferência Mundial, a FCP participou, organizou e apoiou dezenas de reuniões, pré-conferências e encontros regionais em estados como: Sergipe, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Alagoas e realizou a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, na cidade do Rio de Janeiro, conforme registrado nos anais da III Conferência, publicados pela FCP (BRASÍLIA, 2002). Além disso, produziu dois documentos que serviram de referência para os delegados brasileiros em Durban/África do Sul: Reflexões e Propostas para uma Agenda Nacional Antidiscriminatória e de Promoção da Igualdade e o Plano de Ação da Fundação Cultural Palmares.

Pela primeira vez em sua história, o Estado brasileiro admitiu formalmente a existência do racismo no país e assinou juntamente com mais 152 países a Declaração de Durban, na qual estava explicitado o compromisso com as ações

afirmativas e medidas reparatórias para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial no país, além de apoiar a definição de que a escravidão e tráfico transatlântico de afrodescendentes eram crimes de lesa-humanidade. E a Fundação Cultural Palmares não só liderou esse processo institucionalmente como também se posicionou como legítima representante da comunidade negra no campo internacional. É dessa participação brasileira comandada pela Fundação Palmares que surgem as primeiras propostas de implementação de cotas raciais nos espaços governamentais.

Em 2003, assume a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e juntamente com ele assume o Ministério da Cultura Gilberto Gil; e na Fundação Palmares, o professor Ubiratã Castro de Araújo. Também em 2003, é criada pelo presidente Lula a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Medida Provisória nº 111/ 2003, aprovada pela Câmara dos Deputados por meio da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, com *status* de ministério, conforme **Anexo IV**, p. 140.

A criação da SEPPIR foi uma vitória importante do movimento negro brasileiro, embora também tenham ocorrido inúmeras divergências dentro do próprio governo sobre a pertinência de sua criação, sua abrangência de atuação, bem como o seu caráter não executivo e sim articulador, o que terminou por prevalecer. Daí o modo de atuação da secretaria deveria se dar em parceria com outros ministérios, governos estaduais e municipais etc. Segundo Matilde Ribeiro, primeira ministra a ocupar o cargo, a criação da SEPPIR começou a ser definida durante a campanha de Lula da Silva à Presidência da República em 2002, conforme registrado em seu depoimento para a tese de doutorado de Airton Fernandes Araújo: “Novas elites de poder: os negros na alta burocracia brasileira (2003-2010)”, aprovada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. (ARAÚJO, 2015, p. 111)

É. Foi um momento muito importante. A construção desta Secretaria se deu por um caminho bastante participativo. E a primeira fase na verdade desse trabalho, foi ter participado da coordenação do programa do governo durante todo o ano de 2002, quando o presidente Lula era candidato, pleiteante a ser presidente, e eu fiz parte da coordenação de programa de governo por indicação do PT, mais precisamente da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, e nesse um ano fizemos seis

seminários, um em cada região do país, e um nacional, reunindo as lideranças dessas regiões. Esses seminários tiveram por objetivo atualizar naquele momento quais eram as demandas, as formulações do movimento social ali representado mais diretamente pelas pessoas que tinham militância mista entre PT e organizações da sociedade civil, diversas instituições do movimento negro. Esse material coletado nesses vários seminários foi sistematizado no documento do Programa Brasil Sem Racismo que foi um dos documentos que compôs o programa geral de governo do presidente Lula. Esse documento foi lançado na Bahia/Salvador, se eu não me engano em 9 de agosto daquele ano de 2002.

Embora tenha sido uma conquista política inegável por parte do movimento negro, a criação da SEPPIR terminou por provocar no bojo das discussões para sua instalação uma forte polêmica quanto ao papel e o local onde a Fundação Palmares deveria estar alocada nesse novo desenho institucional. Como várias das suas ações possuíam interface direta com a Palmares, a exemplo do apoio à cultura, o combate à intolerância religiosa e a garantia de terras aos remanescentes dos quilombos, várias das lideranças que compunham o grupo de trabalho para a criação da SEPPIR, e que anteriormente haviam se manifestado contrários à criação da Fundação Palmares, propuseram que a Palmares fosse deslocada do Ministério da Cultura para ficar sob a direção da nova Secretaria Especial. Tal proposta provocou forte reação do ministro da Cultura Gilberto Gil, assim como de vários setores culturais do movimento negro, e acabou por ser deixada de lado.

No período de 2003 a 2007, gestão do presidente Ubiratã Castro, participei da gestão da Palmares como diretor na Diretoria de Estudos, Pesquisas e Divulgação da Cultura Afro-Brasileira. As principais ações da FCP foram voltadas para a implementação das pautas e propostas que haviam sido discutidas e apresentadas pelo movimento negro brasileiro, tanto ao longo das pré-conferências de Durban intituladas Brasil sem Racismo, como foram registradas em documento público pelas entidades negras e enviadas ao então candidato Lula. Assim, a Fundação Palmares liderou os debates para a implantação das cotas raciais no ensino superior brasileiro com o seminário O Negro na Universidade – O Direito à Inclusão, coordenado pela Diretoria de Estudos e Pesquisas, e realizado nos estados de maior presença negra ou de maior resistência às ações afirmativas, a exemplo do Rio de Janeiro (primeiro estado a adotar as cotas para negros no ensino superior, Lei estadual nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000), Bahia, Pernambuco, Alagoas,

Paraná, Pará, São Paulo e Minas Gerais. Desses seminários participaram figuras importantes do cenário jurídico, educativo e da militância negra, a exemplo de: professora Flávia Piovesan, do Instituto Pró-Bônus, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula do Tribunal Superior do Trabalho, a Dra. Dora Lima Bertúlio, procuradora da República, a professora doutora Zélia Amador (Universidade Federal do Pará), o professor doutor Naomar Almeida, reitor da Universidade Federal da Bahia, professor doutor Kabengele Munanga (Universidade de São Paulo), professor doutor Walter Roberto Silvério (Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR), dentre outros. Esses seminários foram impulsionadores da mobilização pró-cotas raciais, visto que havia à época forte polêmica interna no governo federal sobre a propriedade ou não da adoção dessa política pública, onde ministros de Estado se posicionavam abertamente contrários ou favoráveis. Entre os contrários, estava o então ministro da Educação Cristovam Buarque e entre os favoráveis o ministro da Cultura Gilberto Gil.

Outra ação importante da FCP no período foi o conjunto de publicações voltadas para a orientação de professores e educadores no âmbito da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que afirmava no seu primeiro capítulo:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

E isso foi realizado por meio de convênio com a Universidade Federal da Bahia, conforme consta na dissertação de mestrado de Fabiana Xavier (XAVIER, 2018),

que resultou na publicação dos livros “História Afro-Brasileira”, “Literatura Afro-Brasileira” e “Cultura Afro-Brasileira”, dos vídeos didáticos “A História do Negro no Brasil” e “Cultura Negra no Brasil”, além da criação da Rádio Palmares que produziu 32 programas de rádio, gravados em 2.000 cds, e que visava promover a divulgação da cultura afro-brasileira, utilizando o rádio como veículo promotor de novos conceitos e conhecimentos sobre a contribuição deixada pelos afrodescendentes na formação cultural do Brasil. (PALMARES, 2004)



Também nesse período, a FCP se consolidou enquanto representante das demandas quilombolas e defensora da aplicação do artigo 68, das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dizia:

Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Por conta da sua atuação na titulação das terras remanescentes de quilombos e os questionamentos judiciais decorrentes de sua atuação realizados por fazendeiros e latifundiários brasileiros, o governo federal, após longa discussão com 16 ministérios, criou um Comitê Gestor, formado por representantes: a) da Justiça, b) da Educação, c) do Trabalho e Emprego, d) da Saúde, e) do Planejamento, Orçamento e Gestão, f) das Comunicações, g) da Defesa, h) da Integração Nacional, i) da Cultura, j) do Meio Ambiente, k) do Desenvolvimento Agrário, l) da Assistência Social; m) do Esporte, n) da Previdência Social, o) do Turismo p) das Cidades, e editou o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, com o objetivo de regulamentar os procedimentos e trabalhar de forma coesa e articulada as demandas oriundas do movimento quilombola:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. [...] § 4º, de que: A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Ou seja, a certificação das terras remanescentes de quilombos passava a ter na FCP o seu principal órgão de interlocução para sua definição, tanto junto ao governo federal quanto junto à sociedade civil, e isto fortaleceu o papel da Fundação Palmares tanto institucionalmente quanto socialmente com os movimentos quilombolas. Complementando suas ações nesse campo, a Fundação Palmares estabeleceu convênio com o programa Fome Zero do Ministério da Assistência Social e incluiu 150 comunidades remanescentes de quilombos como beneficiárias das cestas básicas de alimentação, atingindo quase 2.000 famílias quilombolas.

Ainda nessa caminhada de fortalecimento institucional, a FCP estabeleceu convênio com o Ministério do Trabalho, logo após a realização do seminário “O Negro no Mercado de Trabalho: Projeto Especial de Qualificação Social e Profissional da População Afro-Brasileira”, realizado nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão e Bahia, em parceria com o Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho, para participar do programa Primeiro Emprego, atendendo assim a uma demanda antiga do movimento negro brasileiro de criar oportunidades de trabalho para a juventude negra.

Outra grande ação da FCP durante a gestão 2003/2006 foi a parceria estabelecida com a Secretaria Nacional de Diversidade Cultural para a realização do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, no ano de 2005. Recém-criada, essa secretaria possuía muitas interfaces com o trabalho desenvolvido pela FCP, visto que, em muitas regiões do país, cultura negra e cultura popular são entendidas como uma coisa só. E havia entre os dirigentes dos dois órgãos a preocupação de não haver sobreposição nem conflito nas ações que viessem a ser desenvolvidas pelas duas instituições em prejuízo do objetivo maior que era o de propiciar a valorização, a preservação e a sustentabilidades dessas manifestações culturais. Para evitar possíveis atritos, os dois órgãos decidiram trabalhar de forma articulada e conjunta nas ações que fossem desenvolvidas pela secretaria e que tivessem interface com a FCP. Daí que, por meio da Diretoria de Estudos e Pesquisas, da qual eu era o dirigente, a FCP participou de todas as etapas da construção desse seminário: elaboração, articulação e execução.

O seminário surgiu do diálogo estabelecido pela Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural com o Fórum Permanente de Culturas Populares de São Paulo e com o Fórum das Culturas Populares, Indígenas e do Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro. Inicialmente a Palmares participou das 14 oficinas realizadas nos estados do Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, sempre em parceria com as secretarias estaduais e municipais de cultura. Isso produziu um conteúdo programático rico e denso, além de permitir que a Fundação acessasse um conjunto de manifestações culturais de origem negra que não se reconheciam enquanto tal devido ao forte processo de discriminação existente nas regiões onde as mesmas existiam, a exemplo do que ocorre com as

congadas no Centro-Oeste, com o maracatu em Pernambuco e o reisado em Minas Gerais.

Nesse sentido, José Jorge de Carvalho, professor doutor da Universidade de Brasília e consultor do seminário, escreveu:

O desejo de construir o possível se dá dentro da pigmentocracia constitutiva, ou seja, dentro das possibilidades impostas pelas diferenças de cores e raças. Alguns autores têm enfatizado o congraçamento, a cordialidade e a integração, dizendo que somos mestiços, mas prefiro ressaltar que essa aceitação nunca existiu, de fato, ela ainda está para ser construída. Basta lembrar que em muitas cidades brasileiras, o próprio cristianismo deixou de pôr em prática o ponto de vista cristão de tratar o próximo como a si mesmo. Em Goiânia e Pernambuco, por exemplo, existem as igrejas do Rosário dos Brancos, a dos Pardos e a dos Pretos”. [...] Ainda hoje, toda essa base é racista por excelência e, na medida em que as culturas populares estão associadas a isso, não pode ter havido eliminação da discriminação [...]. (SEMINÁRIO, 2005, p. 35)

Esta afirmação do professor José Jorge de Carvalho é a confirmação daquilo que afirma o professor Ubiratã Castro de Araújo - ex-presidente da FCP, também no seu texto de apresentação do Painel 5: O Estado e as Culturas Populares, publicado nos anais do referido seminário:

[...] O governo do presidente Lula e do ministro Gilberto Gil tem feito um grande esforço para tirar a Fundação Cultural Palmares do “gueto”. A Palmares sempre foi uma casa pobre, que ficava com toda e qualquer ação voltada para a população negra, mesmo com orçamento pequeno e demanda grande. Tudo que dizia respeito à cultura afro-brasileira era mandado para lá. A primeira grande mudança, portanto, foi a orientação de um trabalho transversal, de forma que, atualmente, nem tudo o que diz respeito a negros vai para a Palmares, já que não poderíamos financiar e apoiar todas as coisas relativas à matriz africana. [...] Este processo torna-se essencial, se pensarmos que a cultura negra é uma matriz constitutiva da cultura popular brasileira, para a qual deveria haver todo um ministério. [...] (SEMINÁRIO, 2005, p. 131)

Como afirmei anteriormente, a participação da FCP nesse seminário como coorganizadora era muito mais que uma parceria episódica para a realização de um evento cultural qualquer. Era a consecução de uma política de transversalidade na sua atuação que atendia tanto a dimensão econômica, por meio do compartilhamento de recursos, quanto a dimensão cultural, na medida em que muitas das manifestações ditas populares ou pejorativamente nominadas de “folclóricas” eram assim chamadas por conta do processo histórico de

discriminação e racismo, pois em verdade eram e são de origem negra. Conforme apontou a Carta das Culturas Populares ao final do seminário, dizendo que “*o reconhecimento da diversidade, das especificidades e do valor artístico e cultural das manifestações populares pelas instituições públicas e privadas é parte fundamental do processo de inclusão cultural e econômica e do desenvolvimento humano*”. (SEMINÁRIO, 2005). Aliás, essas definições estavam em pleno acordo, conforme dito pelo professor Ubiratã Castro, com as políticas culturais que a FCP e o Ministério da Cultura estavam desenvolvendo e potencializava suas ações da FCP, ainda mais que os recursos orçamentários e financeiros da mesma eram insuficientes para a dimensão do trabalho que necessitava ser realizado.

O seminário contou com a participação de aproximadamente 1.200 representantes de 25 estados brasileiros. Realizou cinco painéis temáticos, com a participação de 30 palestrantes, a seguir: (i) Cultura e a invenção popular do Brasil; (ii) Formas de preservação dos saberes e modos de fazer: a voz das culturas populares; (iii) Culturas populares e as novas gerações urbanas; (iv) Cultura, circuito de difusão e mercado, educação para a diversidade; (v) O Estado e as culturas populares; além de apresentações culturais ao longo de todo o evento.

Ainda em 2005, na cidade do Salvador, no Museu de Arte Moderna da Bahia - MAM e na Sala Walter da Silveira, a FCP realizou outra grande ação de caráter internacional: a Mostra Pan-Africana de Arte Contemporânea, sob a curadoria de Solange Farkas. Esse evento contou com a participação dos artistas Zita Nunes, dos Estados Unidos, João Carlos Rodrigues, cineasta brasileiro, Antônio Olé, de Angola, Eustáquio Neves, fotógrafo brasileiro, Maria Magdalena Campos-Pons, de Cuba, Mário Cravo Neto, do Brasil, além de uma exposição intitulada Encontros da Fotografia Africana: Exposição Nacional do Senegal. O objetivo dessa mostra era apresentar para a sociedade brasileira a produção artística contemporânea de artistas negros e africanos consagrados e que dialogavam com a inovação e criatividade do mundo contemporâneo. (MOSTRA..., 2005)

Mas a grande ação da FCP na gestão do professor Ubiratã Castro foi a participação na II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD, realizada na cidade de Salvador, no período de 12 a 14 de julho de 2006, cujo tema era “A Diáspora e o Renascimento Africano” e teve como seu presidente o então ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil. Os preparativos para a II CIAD foram

coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores e envolveram negociações com a comissão da União Africana – UA, contatos com intelectuais africanos e dos países da diáspora, articulação de apoio junto a organizações internacionais, constituição de um grupo de trabalho intergovernamental, reunião preparatória de um comitê científico internacional e um sem número de reuniões e consultas a intelectuais e entidades nacionais dedicadas a temas africanos e afro-brasileiros. O evento contou ainda com o apoio do governo do Estado da Bahia, da Prefeitura Municipal de Salvador, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e da Força Aérea Brasileira (FAB). Importante destacar o apoio, presença e participação dos organismos internacionais do Sistema ONU, Comissão da União Africana, UNESCO, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização Internacional da Francofonia.

A FCP teve papel de destaque nessa conferência pois representando o Ministério da Cultura, por designação do ministro da Cultura Gilberto Gil, ela coordenou juntamente com o Ministério das Relações Exteriores a organização de todo o evento, cuidando especialmente de todas as atividades culturais, que foram denominadas de CIAD Cultural, além de, nos dias 15 e 16 de julho, ter realizado, no auditório da reitoria da UFBA e no auditório da UNEB, o Fórum Social da II CIAD, evento paralelo à CIAD, que reuniu representantes do movimento negro e intelectuais brasileiros e estrangeiros para debates sobre questões como o problema penitenciário no Brasil, a situação da mulher e a necessidade de um contato mais estreito entre as comunidades negras latino-americanas e caribenhas.

Estiveram presentes na II CIAD 260 palestrantes, vindos de 53 países, tendo um público médio de 800 pessoas por sessão plenária e aproximadamente 2.000 pessoas nas sessões temáticas e nos eventos culturais, em torno de 30 mil pessoas por dia. Dentre as autoridades presentes estavam: o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, os chefes de Estado de Botsuana, Cabo Verde, Gana, Guiné Equatorial, Senegal, Jamaica, Tanzânia, o presidente da Comissão da União Africana, além de delegações de Angola, Argélia, Etiópia e Marrocos.

Dentre os artistas e intelectuais que estiveram presentes na II CIAD, destacaram-se: Wangari Maathai (queniana, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz em 2004, por seu trabalho em defesa do meio ambiente no continente africano), Stevie Wonder (cantor e ativista do movimento negro e dos direitos sociais nos

Estados Unidos), Alpha Oumar Konaré (ex-presidente do Mali, 1992/2002 e então presidente da Comissão da Unidade Africana), Iba Der Thian (escritor, historiador e político senegalês), além de ex-ministro da Educação Abdias do Nascimento (poeta, escritor, artista plástico, político e ativista do movimento negro brasileiro), Stella de Azevedo (Mãe Stella de Oxóssi, yalorixá do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, escritora e membro da Academia de Letras da Bahia), Max Beauvoir (hougan do vodu no Haiti), além de grupos musicais como a Banda Olodum, o Ilê Aiyê, o Balé Nacional do Senegal, o Grupo de Dança de Angola e artistas como Margareth Menezes, Luiz Melodia, Luciana Melo, Chico César, Angélique Kidjo (Benin), Lazzo Matumbi, Clyde Morgan (bailarino e ativista negro norte-americano).

No prefácio da revista *A Grande Refazenda: África e Diáspora – Pós-II CIAD*, publicada pela Fundação Cultural Palmares em 2007 (GIL, 2007), registrando os principais momentos do evento, Gilberto Gil disse o seguinte:

Para continuar resistindo, os africanos submetidos ao cativeiro e seus descendentes tiveram que refazer tudo, refazer linguagens, refazer parentescos, refazer religiões, refazer encontros e celebrações, refazer solidariedades, refazer cultura. Esta foi a verdadeira Refazenda.

Para responder a este grande desafio da contemporaneidade, todos os filhos de África são chamados. Do lado ocidental do Atlântico, atenderam o chamado os descendentes de africanos, constituintes de diversos países americanos e caribenhos. Marcados todos pela história colonial da escravidão e pela sobrevivência posterior em sistemas de subalternização social e econômica, fizeram emergir as lutas pela reparação das perdas do passado e pela criação de mecanismos de igualdade que promovam o acesso pleno a cidadania e ao bem-estar.

E finalizou o texto dizendo:

Na Bahia, africanos e afrodescendentes de todo o mundo estão em casa, abrigados e afagados pelos seus parentes e, neste ambiente de intimidade fraterna, puderam expor e debater em família as possibilidades de intercâmbio e cooperação entre os países do continente africano e os brasileiros e americanos que compartilham esta mesma herança cultural.

Também o professor Paulo César Miguez de Oliveira, ex-secretário nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, afirmou em texto que aquele era um momento propício para o acolhimento das relações entre o Brasil e os países africanos, visto que havia história, afeto e emoção suficientes para garantir a

argamassa cultural tão necessária para a construção de uma ponte ligando os dois lados do Atlântico. E afirmou, indagando:

Que outro país, que não o Brasil, pode lançar mão de tão significativo repertório cultural comum para participar da luta dos africanos pelo desenvolvimento de suas sociedades? Que outra nação do mundo pode se oferecer com tanta propriedade como o Brasil para acolher os esforços de construção de redes que conectem a diáspora africana com a África? (FCP, 2007)

Do mesmo modo o diplomata Marcelo Octávio Dantas, chefe da Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais do Itamaraty e um dos coordenadores executivos da II CIAD, afirmou em seu texto (FCP, 2007) que a reunião de chefes de Estado, intelectuais, militantes e representantes dos variados segmentos africanos e afrodescendentes para pensar coletivamente sobre o futuro de tantas nações e os seus povos – povos estes distintos, singulares e com diversidades as mais complexas, na busca de um caminhar comum –, não poderia se uma obra para ser concluída em apenas alguns dias de reunião na II CIAD e apontava ali a necessidade de que essa construção tivesse continuidade nos trabalhos junto à Comissão da União Africana, como um desdobramento da Carta de Salvador (**Anexo V**, p. 141) onde intelectuais recomendam ações para o Brasil, África e diáspora.

A participação na CIAD, na condição de coordenação, colocou a FCP num outro patamar de reconhecimento internacional e respeitabilidade política. Os dirigentes da FCP, professor Ubiratã Castro como presidente e eu como diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas, ao participarem de todas as etapas da elaboração da conferência, não só nos tornou conhecidos e reconhecidos pelos interlocutores nacionais e internacionais – a exemplo dos diplomatas que trabalhavam no Departamento Cultural e na Subsecretaria Geral de África e Oriente Médio do Itamaraty, além dos representantes da União Africana e dos embaixadores dos países africanos sediados no Brasil –, como também agregou à Fundação Palmares uma experiência jamais experimentada nos governos anteriores, que era a de dialogar e negociar sem amarras as demandas e propostas da intelectualidade negra brasileira e suas organizações com os organismos internacionais, em particular com a União Africana.

Era a instituição cultural representativa da comunidade negra e do Estado brasileiro apresentando-se nas suas dimensões tanto simbólica, econômica e cidadã em defesa de novos paradigmas nas relações entre o Brasil e o continente africano. Estávamos a um só tempo alinhados com a diretriz geral do Ministério da Cultura, mas explicitando as demandas específicas da comunidade negra brasileira nas relações com o continente africano e sua diáspora. Para tanto, não só foram apresentadas e aprovadas propostas de trabalho como também as questões pertinentes ao fomento e intercâmbio entre as manifestações culturais de origem negra brasileira e a África. Tivemos voz ativa em todas as decisões que foram implementadas ao longo do evento, como o apoio à manifestação dos estudantes brasileiros na defesa do sistema de cotas raciais para o ensino superior no Brasil.

Em 2007, assumi a Presidência da Fundação Cultural Palmares, estabelecendo como uma das prioridades da gestão a questão da juventude negra:

Um dos grandes desafios postos hoje à sociedade brasileira é encontrar caminhos que estimulem a plena participação da juventude no processo de desenvolvimento do país e o reconhecimento dos mesmos enquanto cidadãos. No caso particular da juventude negra, este é um tema crucial. Habitando, em sua grande maioria, as periferias das grandes cidades, ela está sujeita a toda sorte de violência: física, emocional, social, racial etc., além da exclusão dos direitos mais elementares como o de ir e vir. Elaborar e implementar uma política pública que amplie o acesso dos jovens afro-brasileiros aos bens culturais, que valorize e estimule sua organização através das atividades culturais e que seja um forte mecanismo de articulação com área educacional, concretizando assim o sonho da inclusão desta juventude na sociedade brasileira, deverá ser uma importante tarefa a ser também desenvolvida pela Palmares. Considerando que já existem inúmeras experiências em andamento e com relativo sucesso, como o movimento Hip Hop, os Pontos de Cultura, Blocos Afros etc., caberá à Palmares incentivar e apoiar essas experiências, articulando-as com as demais ações do MinC nesta área, bem como com as ações da Secretaria Nacional da Juventude do Governo Federal. (Discurso de posse, acervo pessoal)

E ao longo da minha gestão busquei transformar em realidade aquilo que havia proposto no meu discurso de posse. A primeira ação de grande porte desenvolvida foi a inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, concretizando assim um sonho de mais de 25 anos do movimento negro brasileiro. Com aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup>, contendo vários equipamentos tais como: restaurante, área de exposições, trilhas históricas, contribuindo assim para a



consolidação do turismo étnico na região, além da geração de emprego e renda para uma comunidade extremamente carente e em particular a juventude negra no estado de Alagoas. Era a Palmares cumprindo com o seu papel de promover a inclusão do negro na sociedade brasileira através da cultura. O investimento foi da ordem R\$ 1,8 milhão de reais e teve como objetivo a realização de ações que foram desde a realização de oficinas para capacitação de quilombolas e afrodescendentes, passando pela visita guiada para os estudantes das redes estaduais e municipais de ensino, e terminando com a realização de shows artísticos visando atrair para o parque um público qualificado e expressivo, possibilitando o ganho dos pequenos comerciantes locais, a maioria absoluta deles afrodescendentes. Para que houvesse o controle social e transparência, criamos um Comitê Gestor para o parque, formado por representantes da Universidade Federal de Alagoas, do governo do Estado de Alagoas, da Prefeitura Municipal de União dos Palmares (onde está localizado o parque) e por dois representantes do movimento quilombola e do movimento negro daquele estado, propiciando assim a participação efetiva tanto dos entes federativos quanto da sociedade civil na gestão do maior bem público da comunidade negra brasileira. (FCP, 2007, p. 4)

No campo internacional, apresentamos junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, o portfólio de projetos da CPLP, contendo o perfil de 23 projetos para capacitação, gestão e desenvolvimento na área da cultura negra, perfis esses elaborados em parceria com a Fundação Escola de Administração da UFBA e com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas no Brasil – PNUD, que foi entregue no VI Encontro de Ministros da Cultura da CPLP, realizado em Cabo Verde, no período de 5 a 7 de novembro de 2007. (FCP, 2007, p. 5)

No ano de 2008, a FCP completou 20 anos de existência e os celebrou concretizando algumas demandas históricas que o movimento negro desde sua fundação vinha exigindo: condições adequadas para o funcionamento da sua sede, ampliação dos recursos humanos para o bom desenvolvimento de suas atividades, capacitação da comunidade negra, em particular da juventude negra, para a realização de atividades junto à sociedade e a dotação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares das condições mínimas necessárias para visita e estudos sobre a história do Quilombo dos Palmares.

Os 20 anos da FCP tiveram como marco a inauguração da sua nova sede, situada num espaço amplo (4.500 m<sup>2</sup>), no Setor Bancário Sul, dotada de novas condições de trabalho, de conforto e salubridade, além de novo mobiliário, novos equipamentos e espaços adequados para a instalação da biblioteca e um auditório. Uma aspiração antiga não apenas dos seus funcionários como também de toda a comunidade afro-brasileira, principalmente aqueles(as) que tiveram a oportunidade de testemunhar as condições físicas e humanas com as quais a FCP desempenhava sua missão. Este esforço, que contou com o apoio pleno do Ministério da Cultura e do ministro de Estado da Cultura Juca Ferreira, evidenciou, a um só tempo, o cumprimento de um dos compromissos assumidos por esta gestão, assim como a solidariedade e a parceria do MinC para com os anseios e necessidades da cultura afro-brasileira.

Ainda neste campo, elaboramos e propusemos ao MinC uma nova estrutura administrativa para que a FCP se tornasse mais ágil, com maior capilaridade e pudesse atender as demandas do nosso público alvo com rapidez e eficiência, bem como cumprir com seu papel fiscalizador nas ações desenvolvidas a partir dos recursos públicos disponibilizados pela instituição. Esta proposta foi aprovada tanto no Ministério da Cultura quanto no Congresso Nacional (Lei nº 11.906/D.O.U. 20/1/2009).

A consolidação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares como espaço simbólico da cultura afro-brasileira foi outro grande marco. Lá realizamos, ao longo do ano de 2008, inúmeras ações e atividades. Capacitamos 275 jovens afro-brasileiros (quilombolas e urbanos) em turismo étnico, culinária afro-brasileira, artesanato em cerâmica, estética negra, dentre outras. Com o objetivo de atrair visitantes, divulgar a cultura afro e melhor informar a população sobre a importância do Quilombo dos Palmares na história do Brasil, promovemos shows com artistas de renome nacional, como Margareth Menezes, Sandra de Sá, Luiz Melodia, Afro Reggae, Jorge Aragão, Banda Olodum etc., atraindo um público de mais de 15 mil pessoas, que foram despertadas a melhor conhecer o parque e a sua história. Investimos substanciais recursos na ampliação da estrutura de manutenção com a contratação de mais 14 funcionários para vigilância e limpeza, além de prepararmos as condições para a implantação do turismo étnico na área, projeto que já está sendo articulado entre as diversas esferas de governo: federal, estadual e municipal. (FCP, 2008, p. 5-6).

Outro elemento importante a ser ressaltado desse período é a consolidação das relações com o Ministério das Relações Exteriores, por meio do Departamento de Cultura e da Subsecretaria Geral de África e do Oriente Médio do Itamaraty, conforme consta do Relatório de Gestão:

Dentre todos os ministérios que trabalhamos, ao longo de 2008, vale a pena chamar a atenção para a parceria intensa que a FCP tem mantido com o Ministério das Relações Exteriores, Departamentos de Cultura e da África, dirigidos respectivamente

pela ministra Eliane Zugahib e o embaixador Fernando Simas. Tivemos nesses dois órgãos acompanhamento, orientações e parceria extremamente positivas em todas as ações que realizamos internacionalmente, o que possibilitou a consolidação e expansão do trabalho da FCP na área internacional. (FCP, 2008, p. 9).

No ano de 2009, duas grandes ações foram realizadas pela Fundação Palmares no âmbito internacional e que merecem destaque. A primeira delas foi a exposição: Bahia/Benin está vivo ainda lá – Ancestralidade e Contemporaneidade, sob a curadoria do artista plástico Emanuel Araújo, numa parceria com a Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira – Amafro, que era a gestora do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, localizado na cidade do Salvador. A segunda foi a Semana Cultural do Benin na Bahia que contou com a presença de sessenta artistas beninenses, a maioria deles descendentes de retornados para o continente africano, pós-abolição da escravatura, e também chamados de águdás, no Benin.

A exposição contou com a participação de dezenas de artistas consagrados e contemporâneos do Benin e abriu a Semana Cultural do Benin na Bahia, um sonho acalentado por dezenas de artistas e autoridades do Benin, país que nutriu a cidade do Salvador, durante muitos anos, com seus filhos e sua cultura, por conta tráfico negreiro. A abertura da exposição contou com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do governador do Estado da Bahia Jacques Wagner, do ministro da Cultura Juca Ferreira, do embaixador do Benin no Brasil Izidore Monsi, dentre dezenas de autoridades, intelectuais, artistas e personalidades da comunidade negra brasileira e do continente africano.

No catálogo da exposição, o embaixador Izidore Monsi assim se pronunciou:

Uma tão bela exposição fortalece o Benin e o Brasil na determinação que ambos têm de caminhar de braços dados e de sonhar juntos por um mundo melhor, um mundo de paz, de justiça, de prosperidade, extraindo da riqueza cultural que os irmana, a alavanca e a energia necessárias ao estabelecimento de um compromisso comum. (SEMANA..., 2007)

Essas duas ações lideradas pela FCP como parte das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra do ano de 2009 cumpriram, a um só tempo, a missão de fazer da cultura não apenas o elemento lúdico que irmana o continente africano com o Brasil, mas também como um instrumento de promoção da inclusão plena do negro na sociedade brasileira, valorizando, preservando e difundindo suas manifestações culturais. Ao mesmo tempo promovendo a troca de experiências e a

aproximação política para a consecução do objetivo maior de todo afrodescendente que é o da igualdade racial. Juca Ferreira, então ministro da Cultura, afirmou em seu texto na abertura do catálogo da exposição algo que chancela a ação da Palmares no âmbito das diretrizes maiores do Ministério da Cultura:

Do antigo Daomé, milhares de africanos foram trazidos para o Brasil na condição de escravos que, apesar das adversidades do cativo, tornaram-se protagonistas do nascimento e crescimento da civilização brasileira, a diversidade cultural mais bem-sucedida do planeta. Saber quem somos exigirá sempre a permanente disponibilidade de voltarmos a essa matriz, para reconhecermos a fonte de nossa grandeza e de nossa forma especial de ser. (SEMANA..., 2007)

Ou seja, a FCP, por meio desta ação, articulava-se com o Ministério das Relações Exteriores, via Departamento Cultural, com as embaixadas africanas sediadas em Brasília, com o Ministério da Cultura por meio da Diretoria de Relações Internacionais e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, com os segmentos artísticos do Brasil e com um dos países africanos que foram seminais na formação da nação brasileira, que era o Benin. Além disso, estabelecia parceria com o governo do Estado da Bahia, estado com a maior população negra do país, e com a Presidência da República do Brasil, que se fez presente com o próprio presidente Lula, chancelando assim de forma plena a condução que a Fundação Palmares estava dando para o cumprimento da sua missão.

Também no ano de 2009, a FCP logrou êxito numa batalha que durava anos e que atrofiava sobremaneira a execução de suas ações: a reestruturação administrativa da instituição. Publicada pelo Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, foram aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Cultural Palmares (PALMARES, 2009), após mais de dois anos de negociações junto ao Ministério do Planejamento e ao Congresso Nacional. A nova estrutura administrativa da FCP possibilitou a melhoria na prestação de serviços sob a responsabilidade da instituição, além de dar caráter finalístico às ações desenvolvidas pelo Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), órgão responsável pela preservação da memória, tanto das ações da FCP como das manifestações culturais de origem negra no país. Outro aspecto importante dessa reforma administrativa foi a implantação das representações regionais da FCP, que apesar de estar indicada no seu estatuto desde sua criação não haviam sido criadas

por impossibilidade de caráter legal, por conta da inexistência dos cargos em comissão. Fabiana Xavier, em seu trabalho de dissertação, assim registrou esse avanço:

Atualmente a Fundação Palmares tem representações nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. Criadas com o intuito de atender as demandas específicas da população negra de cada localidade e com a função de descentralizar e capilarizar as políticas desenvolvidas pela Fundação por todo o território nacional, as 50 regionais ampliam a interface com entidades públicas e privadas situadas nos estados onde se encontram e também nas localidades de entorno. Além de serem postos de apoio e suporte institucional para o gabinete da FCP e para as suas demais unidades finalísticas. (PALMARES, 2009)

Implantada em 2001, a regional da Bahia foi a primeira representação a ser criada, representando também o estado de Sergipe. No ano de 2003, a Palmares cria sua representação no estado do Rio de Janeiro, que também concentra as demandas do estado do Espírito Santo. Em Alagoas, a FCP está representada desde 2010 e também é responsável pela manutenção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga. Ainda na região Nordeste, o órgão tem implantada, desde 2011, sua representação no Maranhão, estado com o segundo maior contingente negro no país. A representação de São Paulo dá início às suas atividades no ano de 2012 e tem como objetivo atuar junto às instituições públicas e privadas com foco na promoção da igualdade racial, entidades dos movimentos negros, comunidades de remanescentes de quilombos e representantes das religiões de matriz africana.

[...] As regionais atuam como passo inicial na negociação entre os projetos locais e as políticas desenvolvidas pela Fundação, bem como acompanham os projetos desenvolvidos pelo órgão *in loco*, fazendo visitas às comunidades remanescentes. As representações não possuem autonomia orçamentária e financeira, ou seja, não são unidades gestoras e executoras no SIAFI, assim, o atendimento às demandas depende de solicitação e autorização da Diretoria da Fundação. (PALMARES, 2011)

No ano de 2010, último ano de análise para o trabalho que está sendo desenvolvido nesta pesquisa, a FCP teve como destaque, mais uma vez, ações de caráter internacional, embora com grande impacto no âmbito nacional. Refiro-me em primeiro lugar ao III Festival Mundial das Artes Negras – Fesman, realizado em Dakar e Saint Louis, no Senegal, no período de 10 a 31 de dezembro de 2010, e que teve o Brasil como país homenageado e cujo tema foi o “Renascimento Africano”. A Fundação Palmares foi indicada por meio de decreto presidencial (**Anexo VI**, p. 143) como coordenadora do comissariado brasileiro e esteve presente no festival

coordenando as atividades brasileiras, contando com o apoio dos representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Cultura e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR.

O Brasil levou ao Fesman uma das maiores delegações formadas por artistas e intelectuais dos mais diversos estados brasileiros, perfazendo um total de 465 membros. Sendo que dentre eles estava a Seleção Brasileira de Futebol Sub-17 e Sub-25, intelectuais tais como Maurício Pestana, João Jorge Rodrigues e Januário Garcia que participaram do Fórum dos Intelectuais coordenado pelo presidente do Senegal, Abdoulay Wade. Dentre os artistas e grupos brasileiros presentes, tivemos: Chico César, Margareth Menezes, Rita Benedito, Sandra de Sá, Lazzo, Banda Olodum, Banda Ilê Aiyê, a Escola de Samba do Império Serrano, dentre outros.

Outra ação importante realizada pela FCP, no ano de 2010, foi a coordenação dos trabalhos referentes às comemorações pelos 550 anos do descobrimento de Cabo Verde e 35 anos de sua independência da colonização portuguesa, além do registro enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade da “Cidade Velha”, localizada na Ilha de Santiago, capital daquele país. Cabo Verde é um país que possui uma especial relação com o Brasil, visto que seu povo exerceu papel relevante na formação da sociedade brasileira, particularmente no campo musical, além de ser membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Essas celebrações ocorreram no período de 2 a 4/6/2010, na cidade de Praia. Na ocasião, foi assinado um acordo de cooperação na área cultural entre os dois países e foi entregue formalmente o diploma que reconhecia a Cidade Velha da Ribeira Grande Santiago como Patrimônio Cultural Mundial. A Fundação Palmares coordenou as atividades culturais que contaram com a participação de Daniela Mercury, Jota Veloso, Tito Paris e Targino Gondim para abrilhantar as comemorações. (FCP, 2010)

Como resultado do Acordo de Cooperação Técnica na área cultural, foi realizado em Cabo Verde o Curso de Especialização Lato Sensu em Cinema e Audiovisual. Este curso, o primeiro de pós-graduação em cinema no país, foi coordenado pelos cineastas Leão Lopes, caboverdiano, e Joel Zito Araújo, brasileiro, e o Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura de Cabo Verde (Instituto MEIA). A realização desse curso foi possível por meio de convênio entre a FCP e a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, com apoio do

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura de Cabo Verde. A importância da criação desse curso foi bastante relevante, visto que foi a primeira vez que a FCP foi protagonista na relação do governo brasileiro com os membros da CPLP na área cultural.

Ainda no ano de 2010, a FCP realizou duas outras importantes ações em homenagem às mulheres negras brasileiras. A primeira foi a criação do Troféu Palmares, que teve na sua primeira edição eleitas três mulheres vencedoras, numa votação aberta via internet que contou com a participação de milhares de pessoas: Chica Xavier, do Rio de Janeiro, no campo cultural, Mãe Neide de Alagoas, no campo religioso e Alaíde do Feijão, da Bahia, no campo social. A segunda ação foi o projeto Mães D'Água, gravado ao vivo no Teatro Nacional de Brasília, com a participação das cantoras negras brasileiras: Alaíde Costa, Daúde, Luciana Mello, Margareth Menezes, Mart'ália, Paula Lima e Rosa Maria, acompanhadas pela Orquestra Sinfônica de Brasília.

Em que pesem os esforços e o relativo sucesso da FCP nas suas diferentes gestões para a consolidação da sua atuação no aparelho do Estado brasileiro, assim como junto à sociedade brasileira, há algo que fica visível ao longo desse período: a precariedade quase que absoluta com que as gestões tiveram que lidar para o desenvolvimento de suas ações. Precariedade de recursos humanos, de estrutura física e principalmente de recursos orçamentários e financeiros. Dentre as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, a Palmares sempre foi aquela com o menor orçamento e com as piores condições de trabalho.

Mesmo no período mais produtivo e de maior boa vontade política, no campo da cultura, que inegavelmente foi o período da gestão do presidente Lula, tendo Gilberto Gil e Juca Ferreira como ministros da Cultura, ainda assim os avanços não foram tão expressivos quanto necessários. No campo orçamentário, por exemplo, não houve praticamente nenhuma mudança nos percentuais de aporte de recursos formais para o orçamento da Fundação entre 2003/2010. O que se conseguiu, por meio do artifício legal de transferências voluntárias de recursos entre os entes federativos, foi fazer com que os demais órgãos federais, a exemplo do Ministério das Relações Exteriores, do Trabalho, da Cultura, dos Esportes, ou da Educação, transferissem recursos para Fundação Palmares, por meio de projetos que eram também do seu interesse.

Diante dessas evidências acerca da sensação de incompletude que a Fundação Palmares aparenta possuir desde a sua gênese, por conta dos questionamentos políticos e conceituais advindos de parcela do movimento negro, busquei ouvir alguns ativistas, acadêmicos e produtores culturais que de alguma forma se relacionaram com a FCP nos últimos anos para saber qual a visão que os mesmos possuíam sobre a trajetória da FCP, e assim poder extrair conclusões menos contaminadas pelo ativismo racial.

A professora doutora Cláudia Miranda, da Unirio, ativista do movimento negro carioca, quando perguntada se a Fundação Palmares vem cumprindo sua missão de preservar, promover e difundir as manifestações culturais de origem negra no Brasil, respondeu:

Com a missão de combater o racismo, promover a igualdade racial, preservar a cultura negra e valorizar as manifestações nas diversas áreas das artes, instituiu representações em sete estados. Isso mostra algumas pistas de uma história de êxito e de luta realizada na contracorrente. Alcançou lançar-se pela orientação de lideranças reconhecidas nacionalmente. Esse é um dado central na minha forma de situar essa questão, sobre as condições de preservação, promoção e difusão das manifestações culturais. As etapas de atuação que localizo como sendo as mais decisivas foram vividas com dificuldades diversas como, por exemplo, a dificuldade de financiamento. Creio ser essa a mais violenta de todas. Ao mesmo tempo, a falta de reconhecimento da sua importância como instância do Ministério da Cultura, e a negação da sua agenda, não paralisou as equipes gestoras que por ela passaram deixando suas marcas e capitais. Foi importante o contato mais de perto, para ter clareza de que cada um que atuou como presidente, fez esforços de grande envergadura. (MIRANDA, 2019)

Indagado sobre o mesmo tema, o ator e ex-secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura na gestão do ministro Gilberto Gil, militante histórico das causas culturais e dos direitos humanos, Sérgio Mamberti afirmou o seguinte:

A Fundação Cultural Palmares é uma conquista do movimento negro de longa data, foi fundada no ano da Constituinte e permitiu que finalmente a Cultura Afro-brasileira pudesse ter um “locus” institucional no âmbito federal. Dessa maneira os debates, seminários, a difusão e memória da cultura afro-brasileira passaram a ter políticas que ampliaram o conhecimento dessa produção riquíssima que historicamente sofreu um apagamento na educação, bem como não tinha participação e reconhecimento nas políticas culturais. A Palmares tem um importante papel em revelar para a sociedade a importância e a



contribuição dos povos africanos na cultura brasileira.  
(MAMBERTI, 2020)

Do mesmo modo, Juca Ferreira, ex-ministro da Cultura no período de 2008/2011 e também um reconhecido ativista antirracista e defensor dos direitos humanos no Brasil, também se pronunciou positivamente ao papel desempenhado pela FCP ao longo de sua história recente, quando inquirido sobre a mesma questão:

A criação do Ministério da Cultura e da Fundação Palmares foram partes importantes da redemocratização do país. A criação da Palmares veio atender uma demanda democrática importante de movimentos políticos e sociais de enfrentamento do racismo, do preconceito, da discriminação e da desigualdade entre brancos e negros.

Como toda instituição pública, a Fundação Cultural Palmares tem refletido as variações políticas no âmbito do governo federal. Mas desde que foi criada, a FCP vem contribuindo para dar visibilidade à importância para a nação brasileira dos africanos que para aqui vieram escravizados e dos seus descendentes. Essa contribuição foi e tem sido decisiva para a formação da nação brasileira e para a consolidação das nossas principais características culturais e civilizatórias.

A função da FCP tem sido ressaltar, sublinhar e articular setores sociais para que esta contribuição tenha visibilidade, seja preservada, promovida e difundida. O saldo da Fundação Palmares é fartamente positivo no cumprimento da sua missão institucional.  
(FERREIRA, 2019)

Elísio Lopes também afirmou:

Eu fui diretor do DEP – Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira, e a estratégia primordial do período que estive lá foi destacar a cultura negra como elemento estratégico de governo, qualificando suas realizações institucionais.

O objetivo era que, onde a Palmares aparecesse e estivesse, ou o que ela fizesse, fosse feito com qualidade, com visão estratégica e com o devido reconhecimento à relevância da cultura negra no Brasil. Em todo momento trabalhei em cima disso, para que a gente estivesse bem na fotografia; que a gente aparecesse bem em todos os contextos onde a cultura brasileira fosse representada. Que a cultura negra não fosse receptivo de nada e que fosse a atração no palco principal; que fosse reconhecida como DNA e identidade primordial do Brasil.

E complementou:

No período da minha gestão, reconheço a importância da Fundação Cultural Palmares pela força da sua representatividade. Acho que a gente ampliou bastante o elo de identificação entre o artista negro e a sua representação no governo. A gente conseguiu colocar a Fundação em momentos estratégicos do governo, como a Copa do Mundo, onde a gente levou uma delegação de artistas para África do Sul para representar o Brasil; a gente conseguiu estar à frente do evento mundial de Patrimônio Imaterial como responsáveis e realizando isso; estivemos com representação bastante forte na Conferência Nacional de Cultura, na Conferência de Cultura Afro-Brasileira. Enfim, realizamos editais nacionais, atuamos também na formação de jovens negros, misturando cultura e educação.

Também fizemos projetos como Parabólica Palmares, que era um trabalho de formação e oficinas de produção cultural e projetos nos lugares onde ainda não se tinha esse desenvolvimento de ferramentas para alcançar os editais e a estrutura de poder. Enfim, eu acho que a gente fortaleceu muito a identificação do artista negro com seu órgão de representação no governo, a Fundação Cultural Palmares.

Mesmo levando em consideração o trabalho desenvolvido por Fabiana Xavier em sua dissertação de mestrado, Políticas Públicas para a Cultura Negra/Fundação Cultural Palmares, expresso na Tabela 1 abaixo, onde ela deixa clara a inexistência de relação entre o aumento do orçamento do MinC e o correspondente aumento do orçamento da FCP no período 2003 a 2010, sendo que em alguns casos acontece exatamente o contrário, como nos anos de 2005, 2009 e 2010, quando o MinC teve incremento substancial em seu orçamento enquanto a FCP teve o seu orçamento reduzido.

O que podemos inferir, nesta breve descrição das principais ações da FCP ao longo de sua trajetória de 22 anos (entre sua fundação em 1988 e o ano de 2010) é que a grande dificuldade para que a FCP cumpra com êxito sua missão de inclusão plena do negro na sociedade brasileira por meio da cultura não está subordinada a nenhuma incapacidade administrativa dos seus gestores ou incompreensão política do papel que a FCP deveria desempenhar no aparelho do Estado brasileiro; ou mesmo advinda de equívocos na sua estruturação conceitual. Mas, está sim na resistência que tanto os governos quanto a sociedade brasileira ainda possuem para a adoção de medidas de enfrentamento das consequências do longo tempo de escravização da qual a maioria da população brasileira foi vítima. É o racismo estrutural que permanece arraigado no seio da sociedade e que exigirá esforços redobrados para sua superação.

**Tabela 1** – Quadro comparativo da previsão orçamentária do MinC e da FCP (2003-2010).

<b>Ano</b>	<b>MinC (R\$)</b>	<b>FCP (R\$)</b>	<b>%</b>
2003	924.508.189,95	32.542.946,91	3,520%
2004	1.011.033.694,76	45.449.236,56	4,495%
2005	1.280.931.122,30	34.795.540,01	2,716%
2006	1.368.102.967,64	27.444.235,41	2,006%
2007	1.289.356.356,33	42.983.946,55	3,333%
2008	2.053.126.270,57	61.493.335,26	2,995%
2009	2.283.276.235,57	34.192.921,59	1,497%
2010	3.589.805.649,82	35.777.511,47	0,996%

Fonte: XAVIER, 2018.

Por isso mesmo, considero que o papel desempenhado pela FCP, no período ora pesquisado, foi de grande importância não só para a consolidação da luta do movimento negro brasileiro no seu sentido mais amplo de combate ao racismo e da promoção da igualdade racial no país, como também para o reconhecimento da importância das manifestações culturais de origem negra no Brasil na formação da sociedade brasileira, como um todo, e na ampliação da autoestima da população negra, no particular.

### **3. A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: O TRABALHO AFRO-LATINO**

O professor e ensaísta mineiro Silviano Santiago no seu texto/manifesto intitulado “O entre-lugar do discurso latino americano” (SANTIAGO, 2000, p. 9-26) nos dá a dimensão da complexidade que é tratar da questão cultural na América Latina. Por meio de abordagens e metáforas imprescindíveis para a compreensão do lugar no qual nos encontramos quando formulamos políticas culturais na América Latina, ele desvenda um dos paradoxos que os brasileiros vivem no seu cotidiano, que é o de não se ver, entender ou se compreender enquanto latino-americano. E se isso se aplica para o brasileiro em geral, no caso particular dos afro-brasileiros esse paradoxo fica mais acentuado, visto que o grande esforço ainda produzido por intelectuais, militantes e ativistas do movimento negro brasileiro nesse campo é o de se reencontrar com a mãe África e redescobrir suas origens, apagadas que foram de forma sistemática da memória da maioria dos seus descendentes.

Em um dos trechos do seu texto, ele nos apresenta, por meio de uma metáfora que está no livro de Montaigne, no capítulo XXXI dos Ensaaios, que mesmo diante do enorme desequilíbrio existente entre duas nações, no caso as gregas e romanas, ou que existam profundas diferenças no campo econômico e social entre as mesmas, no campo de batalha, os exércitos dessas duas nações podiam se apresentar em condições de equilíbrio, posto que esse desequilíbrio era fruto de um pseudoentendimento de superioridade de uma das partes, entendimento este que era anterior ao conflito, no caso dos gregos, que consideravam os romanos como bárbaros e conseqüentemente inferiores. A partir desta metáfora, ele avança para o entendimento de como se deu a prevalência do homem branco europeu no chamado Novo Mundo.

Para Santiago, isto “se deve menos às razões de caráter cultural do que ao uso arbitrário da violência e imposição brutal de uma ideologia, como atestaria a recorrência das palavras ‘escravo’ e ‘animal’ nos escritos dos portugueses e espanhóis” ao longo do período da colonização ibérica na América. Ele vai adiante e descreve a forma impiedosa com que a vitória do homem branco europeu foi construída na América Latina:

Esse renascimento colonialista – produto reprimido de uma outra renascença – à medida que avança, apropria o espaço sociocultural do Novo Mundo e o inscreve, pela conversão, no contexto da civilização ocidental... E a América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas em sua origem, apagada completamente pelos conquistadores. (SANTIAGO, 2000)

Silviano nos indica que a maior contribuição que a América Latina poderia prestar à cultura ocidental não é ser o seu simulacro, mas sim destruir sistematicamente os conceitos de unidade e pureza que o homem branco tem tentado nos impor como algo a ser perseguido. Seria, em verdade, nos inscrevermos no mapa da civilização ocidental por meio de um movimento de desvio “ativo e destruidor” da norma. Sintetizando que para os latino-americanos “falar, escrever, significa: falar contra escrever contra”.

Nesse sentido, a América Latina deveria recusar o papel de busca permanente das chamadas fontes e influências fortemente incrustadas nas universidades, que no seu entender, reduz a criação dos artistas latino-americanos à condição de obra parasita, que se alimentaria de outra obra, sem nunca acrescentar-lhe algo próprio. Em sua análise crítica, Silviano chama atenção para este “entre-lugar” que é a América Latina, em que o escritor latino-americano vive a um só tempo entre o amor e o respeito pelo que já foi escrito e a necessidade de elaborar um novo texto que não só afronte o primeiro, mas que muitas vezes o negue. Essa percepção de Santiago sobre a presença europeia na América Latina se aplica como uma luva, ao analisarmos as políticas públicas de cultura para os afrodescendentes dessa região. Até porque, ao longo da presença dos afrodescendentes no continente latino-americano, praticamente todas as suas culturas foram quase sempre reprimidas ou ignoradas, tendo sido tratadas, tanto pelo Estado quanto pelas elites europeias, como algo de segunda categoria, não cidadã, não civilizada. Ora essa cultura foi inserida pela via do estigma enquanto “folclore” (aqui entendido como algo popular e de baixa qualidade cultural), ora como exóticas e daí massificadas para o deleite dos ditos “cultos e civilizados” homens da alta-cultura.

Se isso for verdade, teremos que admitir que as políticas públicas de cultura para os afro-latinos são de um lado políticas que buscam a preservação, valorização e difusão das manifestações culturais de origem africana na América Latina, mas que no seu bojo estão a um só tempo incorporados: tanto os interesses das

metrópoles coloniais de aprisionar e apresentar dessas manifestações apenas aquilo que lhes seja esteticamente apreciável e culturalmente digerível, como se fosse uma benesse do dominante democrata e compreensível, quanto o interesse do subalterno, que se apresenta por meio das políticas no “entre-lugar” do retorno às origens e/ou da busca da essência, que só pode ser manifestada enquanto simulacro, visto que não há a mais remota possibilidade de ser origem.

Nesse conflito, em que as tensões entre o dominante e o subalterno disputam palmo a palmo o espaço de ser protagonista na narrativa, ora a voz do subalterno se faz ouvir – e é isto que pretendo registrar nesta pesquisa, mesmo estando impregnada de valores e conceitos do dominante –, ora se apresenta enquanto mero simulacro, servindo de ferramenta para a consolidação do neocolonialismo. Portanto, transitar no terreno das políticas públicas de cultura para afro-latinos necessita atenção especial para que não reforcemos aquilo que pretendemos eliminar: a discriminação e o racismo ainda presentes nas políticas públicas de cultura da América Latina.

Portanto, se quisermos produzir, formular ou implementar políticas públicas de cultura adequadas ao momento histórico que estamos vivendo, devemos necessariamente considerar a multiplicidade de identidades, a mobilidade de interesses e sobretudo a velocidade com que as mudanças ocorrem no seio da sociedade que estamos vivendo. No caso das populações afro-latinas, essas questões se apresentam com um “plus” de complexidade ainda maior no chamado campo das identidades culturais, visto que essas populações foram e continuam sendo submetidas a processos profundamente distintos e paradoxais, a depender da experiência colonial, mas sempre permeados pela subalternidade, discriminação e exclusão. Ou seja, não há como pensar, elaborar, refletir, executar e avaliar políticas públicas de cultura para os afro-latinos sem levar em consideração o legado histórico escravista no qual essas populações foram submetidas e as consequências advindas deste fato histórico, que ainda se fazem presentes com bastante ênfase na referida região.

Também Bourdier nos chama a atenção de que, sem definirmos corretamente o objeto do nosso estudo dificilmente chegaremos a um bom resultado. Para Bourdier, “A pesquisa científica organiza-se em termos de objetos construídos que não tem nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua”, ou

seja, “Não são as relações reais entre as coisas que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre problemas”. Bourdier deixa claro que não há possibilidade de se ter uma boa investigação se não definirmos corretamente qual é o nosso objeto de pesquisa e o que queremos com ele. Ele promove uma verdadeira demolição nas teses desenvolvidas sobre o empirismo e a chamada neutralidade da pesquisa e/ou dos pesquisados. Até porque, “Não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma iniciativa, já que só dá resposta quando é questionado”. Deixando claro sua aversão a teses que valorizam excessivamente, mas sem a devida análise crítica, a realidade a ser investigada. Diz mais, que a sociologia seria menos fragilizada e teria mais credibilidade se não desse tanto ouvidos às tentações do empirismo, assim como se lembrasse de que “os fatos não falam”.

Sendo assim, buscamos definir o escopo deste trabalho na análise das políticas que foram desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares, no período de 2003 a 2010, por meio de seminários, encontros, palestras, intercâmbios e oficinas, dentro do programa Cultura Afro-Brasileira: Promoção e Intercâmbios de Eventos Culturais Afro-Brasileiros. O objetivo da ação era: “Promover e difundir a cultura afro-brasileira por meio da promoção e do apoio a eventos e pessoas, visando o intercâmbio cultural no país e no exterior, visando resgatar e ampliar a participação da população afro-brasileira no mercado, divulgar suas criações e trocar informações.” (PALMARES, 2004). Levantando assim a hipótese de que essas políticas contribuíram para a difusão e valorização das manifestações culturais de origem negra na América Latina e que apesar das resistências e dificuldades encontradas nas diversas instâncias governamentais do campo da cultura e dos equívocos cometidos durante suas execuções, o resultado obtido foi positivo. Pela primeira vez a FCP foi protagonista de ações que buscavam, além da redução das desigualdades raciais, do combate ao racismo e à discriminação, bem como a promoção da igualdade por meio do respeito à diversidade cultural, também buscavam a valorização, a preservação e a difusão das manifestações culturais de origem negra na América Latina.

No campo específico de nossa análise, incluímos o I e II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura da América Latina para uma Agenda Afrodescendente nas Américas, visto que esses encontros produziram dois

documentos importantes, aprovados por unanimidade por todos os ministros da Cultura e representantes dos países presentes para nortear ações conjuntas e articuladas entre os países latino-americanos na preservação, valorização e difusão das manifestações culturais de origem negra da região, assim como por parte dos organismos multilaterais presentes nos referidos encontros, a exemplo da Unesco, Organização dos Estados Ibero-americanos e a Secretaria Geral Ibero-Americana e a Associação Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento. O primeiro encontro foi realizado em Cartagena das Índias, na Colômbia (16 a 18 de outubro de 2008), e o segundo na cidade de Salvador, Bahia (24 a 26 de maio de 2010).

Também será objeto de análise a criação do I Observatório Afro-Latino (2008), o I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos realizados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, de 2 a 8 de agosto de 2007, além dos eventos que foram derivados dos protocolos firmados pela Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura e Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como exposições, palestras, oficinas e publicações sobre a temática afro-latina.

Em suma, o que buscaremos identificar é qual foi o papel da Fundação Cultural Palmares, no que diz respeito à efetividade das políticas culturais desenvolvidas no período de 2003 a 2010, em interface com países latino-americanos, e se essas políticas culturais contribuíram para a alteração do quadro de distanciamento existente entre o Brasil e a América Latina no campo da cultura afro-latina.

Na busca de respostas para as indagações acima, entrevistamos aproximadamente uma dezena de pessoas, dentre elas professores, intelectuais, autoridades, militantes, diplomatas etc. A professora Fanny Millena Quiñones, da Colômbia, foi uma delas, e que no período em análise dirigia a Rede de Maestros Afro-Colombiana e participou de vários dos eventos realizados tanto pela Palmares quanto pelo governo colombiano, ora como idealizadora, ora como coordenadora, ora como palestrante.

Ao responder a pergunta sobre: Qual o papel que a Fundação Cultural Palmares havia desempenhado nas ações de intercâmbio cultural entre os afro-latinos, a partir das ações do MinC na América Latina e na Colômbia, em particular, ela respondeu:



Con la Fundación Palmares inician diálogos afrocolatinos, los cuales sin la presencia de Zulu Araújo se quedaron paralizados. Hubo apoyo cultural y permitió su acercamiento con Colombia, que antes no se habían dado. (QUIÑONES, 2019)

Instada a revelar suas impressões ou observações sobre o trabalho desenvolvido pela FCP no campo afro-latino, ela assim se pronunciou:

Bueno, hubo un acercamiento interesante, y apoyo sobre todo al ministerio de cultura de Colombia en lo que respecta a la asesorias para pensar la cultura mucho integral. En relacion a las organizaciones sociales aunque el tiempo fue corto la Fundacion Cultural Palmares fortalecio grupos culturales de Colombia y sirvio para su visibilización y fortalecimiento. es importante continuar creando esos espacios de intercambio interdisciplinario que logre el analisis de problemáticas conjuntas, la difusion y la investigacion de problemáticas latino-americanas comunes que existen. En su momento la Fundacion Cultural Palmares sirvio para crear y promover espacios de referencias culturales para afrodescendientes de las americas fomentando la aceptación y el respeto a la diversidad entre las personas, en pos de una sociedad integradora en convivencia etnocultural afro. (QUIÑONES, 2019)

Também busquei a opinião de uma das consultoras dos trabalhos realizados pela FCP no campo afro-latino e que à época realizava várias atividades conjuntas com a Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia, assim como com a Rede de Maestros Afro-Colombiana, a professora Cláudia Miranda, lotada na Unirio, quando indagada sobre o papel que a Fundação Cultural Palmares havia desempenhado nas ações de intercâmbio cultural entre os afro-latinos, a partir das ações do MinC na América Latina, também nos deu a seguinte resposta:

Seu papel foi, sobretudo, de inaugurar um lugar inexplorado, em termos de políticas culturais. Entendo que esse modo de pensar a dimensão cultural não existia. A cooperação cultural é também cooperação política. O grande feito da FCP, nessa agenda, foi de mostrar as lacunas existentes e alcançar reconectar duas grandes agendas culturais e políticas (Colômbia e Brasil). Grupos culturais saíram do Brasil e participaram de projetos de grande expressão, na Colômbia. No Brasil, aconteceu o mesmo desfecho onde grupos da Colômbia participaram de propostas de intercâmbio com os grupos brasileiros. Notadamente, esse foi um evento que mostrou a Colômbia para estudantes, livres pensadoras(es), ativistas e profissionais interessadas(os) em conhecer a experiência da Diáspora Africana em perspectiva comparada. Por exemplo, a tese de doutorado intitulada “Políticas raciais comparadas: movimentos negros e Estado no Brasil e na Colômbia (1996-2006)”, de Marcio André Oliveira dos Santos (hoje, professor do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

Brasileira - UNILAB (São Francisco do Conde), é fruto desse momento de encontro do pesquisador com a temática do I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-latinos: diagnóstico e perspectivas para a comunidade negra na América Latina (edição do RJ). À época, o jovem pesquisador resolvia sua questão de pesquisa e, em conversa, declarou que esse contato mudaria os rumos de seu estudo de doutoramento. Lembro-me, ainda, que na Bahia, outras vozes da militância, estudantes universitárias(os) na mesma condição se impressionaram com tal possibilidade de estabelecer vínculos com os segmentos da luta afro-colombiana. Para mim, esses são alguns dos resultados do papel que a FCP desempenhou e que, na Colômbia, também gerou novas expectativas com o Brasil e uma forte influência. Na atualidade, já podemos mapear pesquisas acadêmicas emergentes que tratam de analisar fenômenos tais como as políticas educacionais, o pensamento intelectual negro, as agendas de luta do movimento social e as aproximações entre Colômbia e Brasil. (MIRANDA, 2019)

Ouvi também o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, que em verdade cumpriu o papel de artífice dessa incursão cultural pelos países latino-americanos, a partir das diretrizes adotadas pelo Ministério da Cultura e pela própria reestruturação administrativa promovida por ele, ao criar dois organismos dentro do MinC que estimularam sobremaneira o trabalho na América Latina: a Diretoria de Relações Internacionais, vinculada diretamente à Secretaria Executiva do MinC, e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, que foi dirigida pelo ator e diretor de teatro Sérgio Mamberti. Perguntado sobre o papel que a FCP havia tido nas ações culturais do MinC na América Latina, Gil assim se pronunciou:

Animados, justamente, por esta nova noção de diversidade e interdependência de políticas culturais entre as nações é que cresceu o interesse pela cooperação entre as instituições culturais de países latino-americanos e africanos. Várias iniciativas de intercâmbio entre ministérios da Cultura do Brasil, Colômbia, Peru, Equador, México, Paraguai no âmbito sul-americano e suas pautas ameríndias. Ou entre Brasil, Angola, Moçambique, África do Sul, Senegal, Nigéria, EUA, Canadá e países centro-americanos, no âmbito de suas pautas afro-americanas. Tais iniciativas despertaram os governos e os seus povos nacionais para um novo ciclo, um novo eixo de políticas culturais entre si. De novo, a avaliação futura desses novos arranjos interculturais vai depender de como venham a se configurar as novas hegemonias políticas no mundo. Se teremos mais democracias avançadas ou não. (GIL, 2019)

Outro depoimento importante para a compreensão do papel que a FCP teve no campo afro-latino, no referido período, está registrado na fala do professor Paulo Miguez, que por aproximadamente dois anos e meio fez parte da equipe do ministro

Gilberto Gil, exercendo a função de secretário nacional de Políticas Públicas do MinC e que realizou trabalhos importantes para o fortalecimento das relações culturais do Brasil com o continente sul-americano. Indagado sobre o trabalho realizado pela Palmares no campo afro-latino, disse:

Absolutamente fundamental e inédito.

Acho que foi de uma ousadia extremamente positiva e que merece ser celebrado o fato de Fundação Palmares ter avançado no território afro-latino nas perspectivas da construção de ações envolvendo as comunidades negras de países vizinhos. É bom lembrar que ao longo da sua história, o Brasil como um todo avançou de costas para os países da América Latina toda (da América do Sul como um todo).

Então, veja o desafio que estava colocado, porque significava romper duas barreiras: primeiro, a própria relação do Brasil com a América Latina – que num certo sentido a construção do Mercosul começou a fazer isso um pouco mais numa perspectiva mais geral. Mas o desafio da Palmares ainda era maior porque era ultrapassar essa distância, esse desconhecimento da vida latino-americana, e nesse conjunto mais amplo, recortar para a situação dos afro-latinos. Eu acho que foi extremamente importante. (MIGUEZ, 2019)

Das respostas que obtivemos ao longo das entrevistas que foram realizadas para este trabalho, em que pesem algumas ponderações realizadas por Elísio Lopes Júnior, que também se pronunciou sobre a perspectiva de trabalho adotada pela FCP no período em que foi diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira da FCP e responsável pela coordenação e execução de vários desses projetos:

Acho que esse despertar para o atentar para os negros da América Latina foi uma estratégia muito inteligente, porque são as populações que estão próximas fisicamente, e que na verdade estão muito distantes nos seus elos de referências. Então, unir essas diásporas, essa população afro-latina em torno de estratégias e objetivos sinérgicos, acho que é uma grande ação. Infelizmente, não levada a cabo, porque a gestão acabou e não foi possível dar continuidade a essa parceria. Não percebi isso refletindo no mercado, mas acho que é um potencial muito forte, que esses artistas se identifiquem e passem a produzir e a gerar não só cultura, mas também dinheiro, lucratividade a partir de suas trocas. (LOPES, 2019)

Nesse sentido, podemos inferir que houve sim um papel positivo da FCP na implementação das políticas culturais para os afro-latinos e que em alguma medida as ações que foram desenvolvidas pela FCP no período indicado (2003/2010)

influenciaram positivamente tanto as instituições culturais de alguns países latino-americanos como organizações da sociedade civil, a exemplo do que ocorreu na Colômbia, Equador, Peru, México, resultando inclusive em trocas de experiências e intercâmbio cultural entre instituições e entidades, o que propiciou a redução do distanciamento histórico existente entre as políticas culturais desenvolvidas pela FCP no Brasil em defesa do reconhecimento das manifestações culturais de origem negra. Esse mesmo esforço era desenvolvido em países latino-americanos onde a cultura negra se faz presente.

Mais que isso, também influenciou positivamente o próprio Ministério da Cultura do Brasil, conforme afirmou o ex-secretário de Identidade e Diversidade Cultural do MinC, Sérgio Mamberti, que também era responsável pelo fortalecimento da diversidade cultural nas políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura:

A questão da diáspora afro-latino-americana teve na gestão da Palmares nos anos 2003-2010 uma importante contribuição e articulação observada nos órgãos multilaterais da região, tais como Mercosul Cultural, Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, onde foram realizadas parcerias, tratados, convenções e declarações que permitiram ampliar as ações relacionadas à participação e contribuição da África na América Latina. (MAMBERTI, 2020)

Outro aspecto importante de ser abordado neste trabalho é a possibilidade de ter havido sobreposição das ações das instituições vinculadas, como a Fundação Palmares, com os órgãos centralizados do MinC. Miguez, que era um dos responsáveis pela articulação dessas ações, indica que o papel que o Ministério da Cultura exerceu para que instituições como a Palmares pudessem desenvolver seu trabalho sem sobreposições com outras áreas do MinC que também desenvolviam trabalhos na América Latina, não só foi importante, como contribuiu positivamente. Observação esta acentuada por Mamberti, secretário nacional da Identidade e da Diversidade Cultural, instituição com a qual a Palmares mantinha estreitas relações de trabalho. Ambos afirmaram em seus depoimentos que houve muito mais complementariedade do que sobreposição nessas ações, demonstrando assim que, ao menos, havia a preocupação e a busca de integração das ações do MinC no campo afro-latino e da diversidade cultural.

Eu diria que, no frígido dos ovos, houve mais complementariedade, ou pelo menos buscou-se mais a complementariedade, e correu-se

menos o risco de sobreposição. Porque, da nossa parte, em especial da Secretaria de Políticas, estava muito claro, e isso foi uma discussão que tivemos dentro do Ministério, às vezes com dificuldade com a Secretaria Executiva.

Embora que o ministro compreendeu muito bem isso, que nós não iríamos substituir o IPHAN, não iríamos substituir a Biblioteca Nacional, não iríamos substituir a Funarte e não iríamos substituir a Fundação Cultural Palmares. Nosso papel era de outra natureza. Era a construção de um ambiente possível de elaboração e de interlocução das políticas culturais. Portanto, eu não vi sobreposição, vi muito mais a perspectiva da complementaridade. (MIGUEZ, 2019)

E Mamberti complementou,

Não considero sobreposição, mas complementariedade, visto que a missão da SID era relacionada à inclusão dos segmentos da diversidade cultural brasileira ainda invisibilizados nas políticas culturais. A SID também estava respaldada pela Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que até 2010 teve a participação de 12 segmentos: indígenas, culturas populares, afro-brasileiras, rural, ciganos, LGBTQ+, infância, juventude, idosos, pessoas com transtornos psíquicos, pessoas com deficiências, trabalhadores. Sem dúvida que os afro-brasileiros estavam presentes em quase todos os segmentos e, portanto, atendidos pela Palmares e pela SID, o que considero um privilégio nesse momento histórico pelo qual a política cultural passou. (MAMBERTI, 2020)

Portanto, para melhor compreensão do papel dessa política cultural desenvolvida pela FPC no campo afro-latino e suas interfaces com as ações do Ministério da Cultura analisaremos, daqui por diante, algumas delas, consideradas relevantes, de forma mais detalhada, para que assim possamos identificar de como elas contribuíram ou não para a presença institucional da FCP na América Latina. Também para promover o seu reconhecimento enquanto interlocutora dos interesses da cultura afro-brasileira no plano internacional, tendo em vista que também Lopes indicou em sua entrevista problemas que, no seu entendimento, travaram a possibilidade de um alcance maior dessas ações no campo afro-latino, conforme podemos inferir no texto abaixo:

Acho que o grande problema é que essa estratégia não foi uma estratégia de governo e sim estratégia da Fundação Cultural Palmares, na visão de Zulu. Eu acho que é uma estratégia inteligente, que tem uma tendência a ser muito eficiente, porém se ela fosse comprada como uma estratégia de governo e de outros ministérios, outros órgãos que se articulassem também nessa direção, aí a gente ganharia muita força.

Percebo que tinha uma questão da Palmares com a estratégia afro-latina e o Ministério da Cultura com uma visão muito mais voltada para os países de língua portuguesa, apenas os países da CPLP. Se essa estratégia fosse mais alinhada, os resultados poderiam ter sido mais pungentes, para o Ministério e para a Palmares. (LOPES, 2019)

Essas observações realizadas por Lopes são importantes para que entendamos que apesar de haver uma diretriz maior no sentido de nos aproximarmos da América Latina, havia olhares distintos de como deveria ser essa abordagem e de como a presença dessas políticas culturais que estavam sendo realizadas pelo MinC, por meio das suas vinculadas, poderiam ou deveriam chegar no plano internacional. Havia, sim, uma disputa, mesmo que velada, entre aqueles que defendiam o aprofundamento das relações culturais com o primeiro mundo (Europa e Estados Unidos) e aqueles que consideravam importante a ampliação e o fortalecimento das relações culturais do Brasil com a África e a América Latina. E foi por meio dessa brecha que a Fundação Palmares buscou consolidar sua intervenção na América Latina.

### **3.1 Intercâmbios Afro-Latinos**

Os primeiros passos da FCP no caminho da América Latina ocorreram em 2004, quando a então chefe de gabinete Martha Rosa Queiróz esteve presente, no período de 6 a 9 de janeiro de 2004, em Havana/Cuba, participando do VIII Seminário Cultural Afro-Americano de Antropologia Social e Cultural, organizado pela Casa da África, instituição cubana. Lá, a mesma expôs o trabalho “Religião afro-brasileira no Brasil e o combate à intolerância religiosa” (PALMARES, 2004), visto que esta era uma questão que afligia tanto os afro-brasileiros quanto os afro-cubanos. O segundo momento se deu quando o então presidente da instituição, Ubiratã Castro de Araújo, foi convidado para participar em Bogotá, na Colômbia, no período de 19 a 22 de maio, do II Encontro de Parlamentares Afrodescendentes das Américas, cujo tema era O Papel do Parlamento e dos Parlamentares Afrodescendentes na Formulação das Políticas e na Superação do Racismo, que contou com a participação de representantes de 15 países latino-americanos. Outro tema do debate foi o avanço da legislação em favor dos afrodescendentes enquanto ferramenta para o crescimento regional. Do Brasil, estiveram presentes, além do presidente da FCP, os integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade

Racial, deputados federais: Luiz Alberto (PT-BA), Carlos Santana (PT-RJ), João Grandão (PT-MS) e Isaías Silvestre (PSB-RJ). (CÂMARA, 21.5.2004)

O presidente da FCP participou desse encontro como palestrante abordando o tema “Um olhar sobre a nossa cultura afrodescendente”, além de ter representado o Ministério da Cultura do Brasil na Comissão Técnica do Convênio Andrés Bello, que discutiu o marco lógico dos projetos na área cultural na América Latina (PALMARES, 2004). Ou seja, apesar do encontro estar voltado para o tratamento de questões no âmbito legislativo, a presença da FCP indicava a importância que os parlamentares afrodescendentes latino-americanos davam à dimensão cultural na abordagem da questão racial, sob a ótica cultural. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, o deputado Isaías Silvestre disse que a Carta de Bogotá (declaração conjunta publicada ao final do encontro) além de propor medidas para a promoção de políticas para os afrodescendentes na região, também lembrava que os afrodescendentes não queriam favor, mas apenas o reconhecimento de um povo que tinha uma história arraigada na construção da América Latina. (CÂMARA, 21.5.2004)

Ainda no ano de 2004, no período de 20 e 21 de dezembro, o presidente da FCP Ubiratã Castro, acompanhando a delegação brasileira coordenada pelo ministro das Relações Exteriores Celso Amorim para a assinatura de três projetos de cooperação técnica entre o Brasil e o Haiti, participou do segundo evento latino-americano em Porto Príncipe/Haiti: Projeto Intercâmbio Cultural Brasil/Haiti. Desse projeto derivou-se a visita de uma delegação de artistas haitianos do grupo Je Bateau à Bahia e São Paulo, no ano seguinte, onde juntamente com artistas afro-brasileiros realizaram-se várias atividades com trocas de experiências mútuas, particularmente no campo da arte religiosa.

No ano de 2005, a FCP manteve suas incursões na América Latina ao participar do projeto: Cooperação e Intercâmbio Internacional na XIV Feira Internacional do Livro, realizada em Havana/Cuba, no período de 3 a 13 de fevereiro de 2005, e deu sequência ao Intercâmbio Cultural Brasil/Haiti recepcionando quatro integrantes da comunidade artístico/cultural haitiana (do grupo Je Bateau) no Brasil, por meio da realização de oficinas para trocas culturais na cidade do Salvador. Um diálogo com grupos culturais afro-baianos, com o objetivo de trocar experiências na luta contra a intolerância religiosa que alcançava

as duas comunidades afro-religiosas. Essa ação contou com o apoio e a parceria do Ministério das Relações Exteriores e era parte da aproximação do Brasil com o Haiti, tendo em vista a presença de forças militares brasileiras naquele país, como parte da presença das Nações Unidas, por meio da missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti ou MINUSTAH, missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 10 de setembro de 2004, por meio da Resolução nº 1.542, e que buscava restaurar a ordem no Haiti, sendo comandada por um general das Forças Armadas brasileiras.

Duas outras ações foram desenvolvidas pela Fundação Palmares junto ao Haiti, na América Latina. O projeto: Intercâmbio Cultural Brasil/Porto Príncipe, participando do seminário sobre a contribuição das religiões de matrizes africanas para a construção da paz nas Américas, de 20 a 24 de agosto de 2005, realizado na cidade de Porto Príncipe, por meio da concessão de quatro passagens aéreas para religiosos baianos. E o projeto: Porto Príncipe – Haiti, realizado no período de 11 a 15 de julho, que contou com a minha presença enquanto diretor de Promoção, Estudos, Pesquisas e Divulgação da Cultura Afro-Brasileira, integrando a missão do Ministério das Relações Exteriores, enquanto representante do Ministério da Cultura, para averiguar as condições logísticas para a realização de um grande espetáculo musical com expoentes da música popular brasileira no Festival Internacional de Música, em comemoração ao “Dia da Amizade Brasileira-Haitiana pela Paz”, que foi realizado no dia 18 de agosto de 2005.

Dessa missão, a FCP gerou alguns produtos. A organização de duas exposições fotográficas no Haiti: Olhares Cruzados, coordenado pela jornalista Dirce Carrion (fotos de crianças quilombolas brasileiras e crianças haitianas), e a Arte Naif Brasil/Haiti (pinturas de artistas brasileiros e haitianos), que foram exibidas na sua primeira etapa nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Também aconteceu a confecção de um grande mural no Haiti, celebrando o dia da Amizade Brasil/Haiti, no dia 18 de agosto de 2005, e a realização do Seminário Contribuição das Religiões de Matriz Africana para a Paz nas Américas, que contou com a participação de sacerdotes, intelectuais e autoridades brasileiras e haitianas, no período de 18 a 22 de agosto de 2005.

O que podemos inferir desses dois primeiros anos (2004/2005) no tocante às ações da FCP na América Latina é que as mesmas se concentraram em dois países



com os quais tínhamos pouco ou quase nenhum diálogo, Cuba e Haiti, ambos por razões da geopolítica mundial e regional. Cuba – apesar de todas as semelhanças com o Brasil do ponto de vista cultural e mais ainda afro-cultural, tendo em vista as semelhanças do processo de colonização –, por ser parte do bloco comunista e objeto de um ferrenho boicote norte-americano vigente até os dias atuais, era algo absolutamente distante dos nossos diálogos, visto que o Brasil, enquanto país-satélite político dos Estados Unidos, também se mantinha isolado das relações com o país, até aquele momento.

Já com o Haiti, os temores eram mais profundos e arraigados. O Brasil, melhor dizendo, a elite política e econômica brasileira, hegemônica pelos não negros, sempre manteve distância política e cultural, desde os tempos da sua independência ou Revolução Haitiana (1791/1804), devido aos temores de que a vitoriosa libertação do povo haitiano da escravidão e sua consequente independência pudesse influenciar a comunidade negra brasileira a adotar os mesmos métodos e princípios que levaram o Haiti a ser a primeira República no mundo a ser governada por ex-escravizados. Embora esses fatos não tenham sido planejados, a postura diplomática do Brasil para com os países latino-americanos, a partir da gestão do presidente Lula, contribuiu positivamente para a aproximação das políticas culturais brasileiras para com a América Latina; e a FCP acabou por também se beneficiar desse novo momento político e assim construir relações produtivas no campo cultural com esses dois países.

Em 2006, a FCP começa efetivamente a pensar e se articular para uma intervenção mais consistente e organizada, voltada para afro-latinos e para a difusão das manifestações culturais de origem negra na região. Reuniões internas na FCP, coordenadas pelo seu presidente Ubiratã Castro, trataram desse tema com os demais diretores da instituição. Também o Ministério da Cultura, por meio da sua Diretoria de Relações Internacionais, criada para estreitar as relações entre o MinC e o MRE, passou a dedicar maior atenção ao Mercosul Cultural, assim como à América Latina. Por conta disso, o ministro da Cultura Gilberto Gil passou a ter presença mais constante nas atividades culturais dos países latino-americanos, a exemplo da Colômbia, Equador, Argentina, Venezuela, Uruguai e Peru, e as representações da FCP passaram a acompanhar a sua comitiva com maior

regularidade, tendo como responsabilidade mapear e identificar ações referentes à cultura afro-latina.

Em 2007, já como presidente da Fundação Palmares, fui convidado a participar na cidade de Bogotá do Seminário Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad” no período de 17 a 19 de 2007, promovido pela Universidad Pedagógica Nacional da Colômbia, com a palestra “Ações afirmativas para a população negra”. O seminário contou ainda com a participação da professora Cláudia Miranda (Unirio), professora Catherine Walsh, diretora do Doutorado em Estudos Culturais da América Latina na Universidade Andina Simón Bolívar, professor Wilmer Villa, da Universidade Distrital da Colômbia, professora Fanny Milena Quiñones, da Universidad Pedagógica Nacional, professor Ramón Grosfoguel, da Universidade de Berkley, Luiz Eduardo Garzón, prefeito de Bogotá, Sr. Marcelo Scaronne, representante da Unesco e o professor José Jorge de Carvalho da Universidade de Brasília, dentre outros (SEMINÁRIO..., 2007). Esta participação funcionou como se fosse a estreia formal da FCP nas ações afro-latinas, visto que havia sido um convite direto à instituição, sem intermediação do MinC ou do Ministério das Relações Exteriores, e que colocava a FCP na relação direta com organismos multilaterais que desenvolviam ações junto à comunidade negra na América Latina.

Na palestra, foi tratado, pela primeira vez fora do Brasil, sobre as políticas de ações afirmativas que estavam sendo implementadas no país por parte de instituições do governo federal e que eram objeto de forte polêmica e contestações. Em particular no campo educacional, em relação às cotas raciais para o ensino superior no Brasil, afirmei: *“A igualdade de oportunidades é o que norteia as políticas de ações afirmativas. Elas visam, na verdade, estabelecer e solidificar uma verdadeira democracia racial”*. (PALMARES, 2007). E resaltei que não bastava o Brasil simplesmente copiar os modelos de outros países, fossem eles da Europa, da América do Norte ou da América Latina, mas que precisava adaptá-los à realidade brasileira. *“Deveremos desenvolver nosso próprio modelo de ação afirmativa, tendo em vista as especificidades do país”* (PALMARES, 2007). Com essas afirmações, buscava-se apresentar a Fundação Palmares junto à comunidade afro-latina não apenas como mera intermediária de eventos artísticos/culturais, mas

como porta-voz de anseios e demandas da comunidade negra brasileira de forma mais abrangente.

Àquela altura, a FCP estava atuando ativamente nas discussões sobre a implantação das cotas raciais no ensino superior no Brasil, e por conta dos seminários que vinha realizando pelo país (*O Negro na Universidade: O Direito à Inclusão*), com renomados integrantes do campo educacional e jurídico do país, o sistema de cotas nas universidades brasileiras já alcançava 41 universidades públicas, beneficiando mais de 200 mil jovens afrodescendentes; e possuía uma iniciativa da sociedade civil que era singular para a realidade brasileira: a criação da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, majoritariamente negra, e “*A primeira no Brasil idealizada e dirigida por negros, com uma presença de 83,7% de alunos afrodescendentes*” (PALMARES, 2007). Percebi, naquela minha visita à Colômbia, que a forma incisiva com que a Palmares estava se posicionando em relação à temática das cotas raciais e ao reconhecimento das terras remanescentes de quilombos, problemas também candentes na Colômbia, havia sido o elemento motivador para o reconhecimento do trabalho da instituição e o seu convite para participar do referido seminário.

Mas também era perceptível que, a experiência acumulada do movimento negro brasileiro e a própria trajetória da FCP, única instituição dentre os países latino-americanos voltada exclusivamente para tratar das questões culturais com vistas à integração plena dos negros na sociedade brasileira, assim como a vontade política demonstrada pelo ministro da Cultura Gilberto Gil ao tratar dessa questão, tinham uma singularidade na América Latina que acentuava a assimetria entre o estágio de desenvolvimento da luta contra o racismo no Brasil e a posição do governo brasileiro e dos demais países latino-americanos. Daí a necessidade de deixar claro para os nossos vizinhos, assim como para nós mesmos, que não havia uma receita pronta e acabada a ser seguida, mas táticas e estratégias que deveriam ser construídas de forma participativa com as organizações da sociedade civil e dos governos, respeitando o estágio organizacional e político de suas comunidades.

A professora Cláudia Miranda, à época consultora do seminário em questão, em artigo publicado posteriormente pela FAPERJ intitulado *O Movimento Negro Afro-colombiano e a Educação Própria: Agendas Emergentes*, afirmou:

Podemos supor que, juntamente com outros países como o Brasil, a Colômbia apresenta aspectos relevantes para os estudos sobre a agência política dos movimentos sociais latino-americanos por impor uma pauta reivindicatória em consonância com as disputas por espaços de representação já bem avançadas, desestabilizando setores importantes da sociedade pelo modo de mobilização adotado nas zonas de maior concentração da luta.

Do ponto de vista da crítica pós-colonial, a América Latina tem contribuído para sua historiografia e para a ampliação dos pressupostos advindos da sociologia das desigualdades, dos estudos subalternos, além de conceber um pensamento mais crítico e menos eurocentrado sobre si mesma. Por conseguinte, torna-se um imperativo estabelecermos diálogos interculturais comprometidos com racionalidades emergentes.

E foi mais adiante:

Podemos considerar haver aí uma mudança nos modos de se reconhecer a Diáspora Negra na América Latina. Para este estudo, chamou a atenção os processos iniciados no Brasil e na Colômbia, considerando a visibilidade dos dados sobre o caso específico da América Latina. (MIRANDA, 2007)

No escopo do conteúdo desse seminário, a coordenadora geral do evento, professora Fanny Milena Quiñones e presidente da Rede de Maestros Afro-Colombiana, não deixava dúvidas quanto à busca para uma articulação latino-americana mais forte, e pela primeira vez o Brasil se fazia presente. Segundo Fanny Quiñones, “docente da UPN,

el evento está pensado en el marco de la declaración que se le hizo a Bogotá, como Ciudad Cultural de Latinoamérica”. Se contará con la participación de invitados internacionales, expertos en multiculturalidad y políticas públicas, y de maestros con experiencia en inclusión positiva dentro de la escuela. Así mismo está dirigido a maestros, instituciones distritales y nacionales, ONG’s, entre otros. El Seminario pretende arrojar insumos para una maestría de educación en estudios interculturales.

Em que pese a ênfase estar no campo educacional, o fato da FCP estar sendo convidada enquanto experiência positiva no campo cultural indicava não só um avanço da Palmares em sua presença latino-americana, mas também a necessidade do trabalho articulado e conjunto entre cultura e educação, também entre os afro-latinos, ser algo positivo.

### 3.2 Programa Intercâmbio Afro-Latino

Ao retornar ao Brasil, estava convencido, enquanto presidente da FCP, da urgência e necessidade da instituição buscar aproximar-se do movimento negro latino-americano, de construir ações planejadas, com metas e objetivos claros para dialogar com a realidade afro-latina e assim poder contribuir com dois movimentos: o primeiro, de inserir o Brasil na realidade afro-latina de forma pró-ativa; e o segundo, de romper com o preconceito dos afro-latinos para conosco, visto que ainda éramos vistos como muito pró-afro-americanos do norte. E, a meu ver, essa ação deveria se dar a partir da Colômbia, país onde a compreensão era mais avançada e estruturada. Foi com esse objetivo que criamos o programa Intercâmbio Afro-Latino. Esse programa realizou suas primeiras atividades ainda no ano de 2007. Foram três seminários internacionais (um na Colômbia, realizado em Bogotá, e dois no Brasil, realizados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, sempre articulados com instituições de caráter educacional (universidades) e com organismos multilaterais do sistema ONU, para que tivéssemos nossa credibilidade reconhecida para além do nosso ambiente interno.

Portanto, para a FCP, o programa Intercâmbio Afro-Latino resgatava uma dívida histórica do Brasil, e mais particularmente da comunidade negra brasileira, para com nossos vizinhos latino-americanos, que apesar de terem uma língua muito próxima a nossa, estarmos no mesmo continente e termos sofrido praticamente o mesmo processo de colonização por via do escravismo indígena e africano, possuía relações de intercâmbio cultural muito frágeis e rarefeitas.

A primeira ação do programa foi a realização do Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos, no período de 31 de julho a 3 de agosto de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, e de 7 a 10 de agosto de 2007, na cidade do Salvador. O tema foi Diagnósticos e Perspectivas para a Comunidade Negra na América Latina. Na apresentação da programação, por meio do seu folder de divulgação, o objetivo se anunciava com clareza:

As conquistas alcançadas pelo movimento negro brasileiro organizado ao longo dos últimos 40 anos já são notícia e exemplo no âmbito da diáspora africana. O Brasil tem apresentado resultados importantes ao implementar as ações afirmativas que visam a inclusão plena dos negros na sociedade brasileira. Nesse sentido, o governo brasileiro, através de várias instituições como

a Fundação Cultural Palmares, vem contribuindo para essas conquistas.

No caso da Colômbia, que possui a terceira maior população negra da América Latina, atrás apenas do Brasil e Cuba, a situação é um pouco diferente. Enquanto no Brasil já se discutia diversidade cultural, na Colômbia ainda busca-se a afirmação da comunidade negra na sociedade. Na extensão do Pacífico sul-colombiano se localizam grupo afrodescendentes em condições de exclusão efetiva, apesar da ampla legislação para proteger os direitos humanos das populações afro-colombianas, incluindo normas e um discurso oficial alertando para a necessidade do seu cumprimento.

Assim surge o I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos, que tem por finalidade ampliar o diálogo entre os países da América Latina, em especial Brasil e Colômbia, que busca destacar o empenho dos movimentos políticos, culturais e acadêmicos na implantação de ações afirmativas para a população afrodescendente latino-americana. (SEMINÁRIO..., 2007)

Esse evento contou com o apoio e participação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (primeira universidade brasileira a implantar o sistema de cotas raciais no ensino superior), da Prefeitura Municipal de Salvador e do Ministério da Cultura. Participaram das mesas de debates professores de diversas instituições universitárias brasileiras, a exemplo de Marcelo Paixão (UFRJ), Cláudia Miranda (Unirio), Júlio César Tavares (UFF), José Carlos Félix (UFRJ), Elielma Machado (PUC/RJ), Amaury Mendes (UERJ), Samuel Vida (UFBA), Paula Barreto (UFBA), Jocélio Telles (UFBA), Florentina Silva (UFBA). Da Colômbia, Fanny Millena Quiñones (Universidad Pedagógica Nacional), Wilmer Villa (Universidad Distrital); dos Estados Unidos, Mbare Ngon (Morgan State University), além da embaixadora do Brasil do Departamento Cultural do Itamaraty, Maria Elisa Luna.

Os temas versaram sobre aspectos das relações afro-latinas que ainda eram inaugurais para o trabalho da Fundação Palmares, tais como: enunciação e perspectiva afro-latina, práticas diaspóricas e alternativas frente à globalização, cultura política e sociedades multiculturais, negritude e formação para sociedades multiculturais, agenda política e perspectivas para a América Latina. Ou seja, era a FCP buscando por meio do diálogo entre a militância e os seus intelectuais orgânicos e a academia, as reflexões, os conceitos e os caminhos que nos levassem

a produzir ações que integrassem a luta dos movimentos negros latino-americanos, tendo como eixo fundamental a dimensão cultura.

O I Encontro Ibero-Americano: Agenda Afrodescendente nas Américas realizado pelo Ministério da Cultura da Colômbia, na cidade de Cartagena, no período de 16 a 18 de outubro de 2008 – e que contou com a presença de 12 ministérios da Cultura da América Latina, dentre eles: Brasil, Colômbia, Guatemala, Equador, Jamaica, Bahamas e de organismos internacionais como Unesco, OIM (Organização Internacional das Migrações), SEGIB (Secretaria Geral Ibero-americana) –, foi a consequência das sementes plantadas nesse primeiro seminário internacional. O encontro tinha como objetivo maior a formulação de políticas públicas de cultura para os afrodescendentes na América Latina, tendo organismos multilaterais não mais como meros apoiadores, mas como formuladores e coordenadores dessas políticas culturais, juntamente com os Estados nacionais. Ali já se vislumbravam os primeiros resultados positivos da ação da FCP com o seu programa Intercâmbio Afro-latino, lançado em 2007.

Esse encontro ibero-americano foi gestado quando da visita do ministro da Cultura Gilberto Gil à Colômbia, em outubro de 2007, no qual estive presente, juntamente com o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Brasil, Sérgio Mamberti, acompanhando a comitiva ministerial enquanto presidente da FCP para a assinatura de acordos de cooperação técnica no campo da cultura. Nessa visita, além do ministro ter sido recebido pelo presidente da República da Colômbia Álvaro Uribe, acompanhado da ministra da Cultura da Colômbia Paula Marcela Moreno Zapata (primeira ministra negra da história da Colômbia, até aquele momento), com quem nos reunimos para tratar de agenda pertinente ao setor cultural, também tratamos do estreitamento das relações brasileiras no campo afro-cultural com a área cultural colombiana. Foram realizadas várias reuniões, tanto com instituições governamentais como com entidades da sociedade civil afro-colombiana, a exemplo da Fundação Colômbia Negra e do Programa Acua – Fundación de Activos Culturales Afros.

Nesse sentido, foi assinado um acordo de intercâmbio, sob a chancela do Itamaraty, conforme publicado no jornal *O Globo*, de 23 de outubro de 2007, com declarações da própria ministra da Cultura da Colômbia, no qual um dos destaques era o eixo destinado a “articular esforços para o desenvolvimento de programas e

projetos que promovam a interculturalidade em favor da diversidade étnica e cultural, além da promoção e divulgação da cultura de origem africana, afirmando assim a importância para a América Latina de erradicar a discriminação, o racismo e a xenofobia”.

*Gilberto Gil assinará acordo de intercâmbio na Colômbia*

O ministro da Cultura Gilberto Gil, na próxima segunda-feira, irá a Bogotá para assinar com sua colega colombiana, Paula Marcela Moreno, um convênio de cooperação e intercâmbio cultural e artístico, anunciaram hoje fontes do governo da Colômbia.

Segundo a nota, a cultura afrodescendente será um dos eixos do compromisso.

"A ideia é unir esforços para promover ações que contribuam para o reconhecimento, respeito e valorização da diversidade", disse a ministra colombiana, em declarações divulgadas por seu escritório.

O Ministério de Cultura colombiano explicou em comunicado que o convênio "articulará esforços para o desenvolvimento de programas e projetos que promovam a interculturalidade a favor da diversidade étnica e cultural".

Um dos artigos do acordo dará preferência à "promoção e divulgação da cultura de origem africana, afirmando assim a importância para a América Latina de erradicar a discriminação, o racismo e a xenofobia".

A nota destacou que o Brasil compartilhará com a Colômbia a experiência da Fundação Cultural Palmares, que desde 1988 trabalha pelo fortalecimento dos "valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra, superando todas as formas de discriminação".

A Universidade Pedagógica da Colômbia será a parceira em Bogotá da Fundação Palmares. As duas entidades trabalharão de maneira conjunta para "promover o reconhecimento da diversidade étnica e cultural, e formular políticas públicas destinadas a gerar países mais equitativos". (O GLOBO, 23/10/2007)

As negociações do convênio começaram em julho, em Brasília, durante uma visita oficial da ministra da Colômbia.

Também o site da Fundação Palmares repercutiu a notícia, tendo em vista sua importância para aquele trabalho inaugural e os para os objetivos inscritos no programa Intercâmbio Afro-Latino:



*Presidente da FCP/MinC cumpre agenda internacional na Colômbia, Equador e Cabo Verde*

O presidente da Fundação Cultural Palmares/MinC Zulu Araújo cumpre agenda internacional na Colômbia, Equador e Cabo Verde a partir desta quarta-feira (24). Em Bogotá, Colômbia, Zulu Araújo estará reunido no Ministério da Cultura da Colômbia para tratar do Protocolo de Intenções acerca de ações para a população afrodescendente a ser firmado ente Brasil e Colômbia. Também na capital colombiana participa de reunião com representantes do Ministério da Cultura da Colômbia e representantes da comunidade afro-colombiana. Em Cartagena, Colômbia, nos dias 26 e 27 de outubro próximos, Zulu Araújo visita o Palenque de San Basílio, onde faz contato com lideranças locais. No dia 28 de outubro se reúne com representantes da Universidad Pedagógica Nacional. No dia 29 acompanha o ministro da Cultura, Gilberto Gil, em visita oficial à Colômbia. Nos dias 30 e 31, acompanha o ministro Gilberto Gil em visita oficial ao Equador. (PALMARES, 2007)

Um ano após esses primeiros passos na Colômbia, chancelados pelo ministro da Cultura Gilberto Gil, estávamos em Cartagena das Índias, Colômbia, assinando a Declaratória de Cartagena, documento histórico assinado por 12 representantes de países latino-americanos e de representações do sistema das Nações Unidas tais como: Unesco, OIM – Organização Internacional para as Migrações e a OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos, e aprovando a criação do Observatório Afro-Latino, uma iniciativa da Fundação Palmares apresentada no referido encontro e aprovada por unanimidade por todos os seus participantes. O sucesso da proposta foi tão expressivo que a Declaração de Cartagena incluiu a seguinte recomendação no tocante à proposta do Observatório: *“Apoiar a criação e os planos de ação do Observatório Afro-Latino do Brasil como ponto focal para monitorar e coordenar os avanços dos projetos sub-regionais que decorram da presente declaração”*.

Com esta declaração de Cartagena das Índias (**Anexo VII**, p. 144), onde era firmado o compromisso dos Estados presentes, a Fundação Palmares firmava-se definitivamente como uma interlocutora importante no campo das políticas públicas de cultura para os afro-latinos, afinal tanto o encontro quanto as propostas nele aprovadas, assim como a principal ferramenta para manter a articulação afro-latina viva, tinham sido não só aprovadas por unanimidade como eram fruto do trabalho conjunto entre a FCP, o MinC e o MRE, por meio do programa de Intercâmbio Afro-Latino.

Ao retornar da viagem à Colômbia, escrevi um artigo que foi publicado na *Revista Palmares – Cultura Afro-Brasileira*, sob o título “América Latina revisitada”, onde justificava a iniciativa que estávamos tomando e ressaltava que o caminho adotado pela FCP no sentido de fortalecimento das relações entre os afro-latinos estava cumprindo com seu objetivo. Vale a pena transcrever, como testemunho da correção com que a política cultural da Palmares estava sendo conduzida.

Conhecer melhor os nossos vizinhos que passaram por situações semelhantes, dialogar com suas experiências, disponibilizar as nossas e fazer avançar a luta pela igualdade de direitos, acessos e oportunidades na América Latina deve ser um objetivo prioritário. Afinal, os afro-equatorianos, afro-colombianos, afro-venezuelanos etc. buscam tanto quanto nós o reconhecimento e o direito de serem tratados enquanto cidadãos plenos de direitos nos seus respectivos países e não com um erro que precisa ser corrigido. A imaginária América Latina, que durante mais de quatro séculos foi dominada, esquadrihada e escravizada por portugueses e espanhóis, e construída e desenvolvida pelo trabalho escravo, precisa ser revisitada pelos brasileiros no geral e pelos afro-brasileiros no particular.

É com esse espírito que a Fundação Cultural Palmares, que também celebra 20 anos de existência em 2008, pretende contribuir nas reflexões sobre os 120 anos da Abolição, com algo novo e instigante: O Programa de Intercâmbios Afro-Latinos. Em verdade, o programa já se encontra em andamento, ações já foram realizadas em vários países como o Brasil, Colômbia e Equador, e todas elas confluíram para a necessidade de trabalharmos de forma articulada e permanente. O I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos – Diagnósticos e Perspectivas para a Comunidade Negra na América Latina, que ocorreu no mês de julho de 2007, realizado pela Fundação Cultural Palmares, no Rio de Janeiro e na Bahia, foi o primeiro passo nesse sentido.

Ali identificamos o quanto estamos próximos na dor e no sofrimento, frutos das discriminações produzidas pelo crime de “lesa--humanidade” que foi a escravidão e o quanto estamos distantes uns dos outros na análise e nos processos para a sua superação. O próximo passo dessa longa caminhada ocorrerá em breve, quando do lançamento do Observatório Afro-Latino em parceria com o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. O Observatório será um poderoso instrumento para a promoção e a divulgação da cultura afro nos países da região, tanto no campo das ideias que estão em gestação no rico e variado mundo da cultura afro-latina quanto nas experiências e conquistas sociais das comunidades negras em cada um dos seus países. Além disso, o Observatório Afro-Latino será um excelente canal para a interlocução qualificada entre intelectuais, pesquisadores, estudiosos e ativistas afro-latinos.

O Programa como um todo é ambicioso, amplo e desafiador, pretende trabalhar os mais diversos campos: literatura, cinema, artesanato, música, teatro etc. Mas terá como foco central de suas ações a difusão da enorme contribuição civilizatória que os descendentes de africanos trouxeram para a América Latina, apesar das condições trágicas em que viveram por quase quatro séculos. Enfim, uma das muitas maneiras afirmativas que celebraremos os 120 anos da Abolição, ou seja, compartilhando com os nossos vizinhos afro-latinos a dor e a delícia de sermos o que somos: seres humanos. Axé! (REVISTA PALMARES, 2008)

Outros frutos vingaram a partir do programa Intercâmbios Afro-Latinos. Tivemos a assinatura de dois protocolos de intenções (Colômbia e Equador), a realização de uma turnê do bloco afro Ilê Aiyê durante o carnaval do Equador, no ano de 2008, nas cidades de Quito, Ambato e Esmeraldas, sendo que, no ano seguinte, 2009, o Ilê Aiyê escolheu como tema para o seu desfile carnavalesco a cidade de Esmeraldas: “Esmeraldas – a Pérola Negra do Equador”, visto que possuía uma história singular e dialogava com as diretrizes da entidade negra baiana que são de valorizar a negritude e suas experiências exitosas. Esmeralda é uma cidade portuária, com aproximadamente 100 mil habitantes, rica em petróleo, localizada ao norte do país e cuja população é majoritariamente negra, com um percentual acima de 90%. A história conta que, em 1533, um navio espanhol com mercadorias e escravos afundou na região. Salvaram-se 17 homens e seis mulheres, que entraram pela selva. Mais tarde, uniram-se a eles outros escravos fugidos da Nicarágua. Isolados do resto do país, os negros de Esmeraldas mantiveram a cultura de seus ancestrais intacta por muitos anos. A comunidade só foi descoberta dois séculos mais tarde, mantendo ao longo desse período, à semelhança dos quilombos no Brasil, grande parte de suas características culturais de origem africana.

Durante as comemorações dos seus 21 anos, a FCP deu prosseguimento ao seu programa de Intercâmbios Afro-Latinos e apoiou a convocatória do Programa Regional de Apoio às Populações Rurais de Ascendência Africana na América Latina – ACUA, coordenada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Convênio Andrés Bello (CAB). Além disso, a FCP cofinanciou a apresentação de grupos apoiados pelo Programa ACUA, da Fundación Activos Culturales Afros, que é uma instituição criada em 2007 como um Programa da FIDA e tem como principal objetivo a promoção do empoderamento sustentável dos ativos culturais das comunidades afrodescendentes rurais da Colômbia. Essa fundação administra vários projetos na América Latina

para o desenvolvimento das referidas comunidades com o objetivo de melhorar as condições de vida das populações rurais afrodescendentes. (PROGRAMAACUA.ORG, 2019)

Nesse sentido, promovemos o intercâmbio do grupo “Benkos Kusuto” da comunidade do Palenque de San Basílio, da Colômbia (território fundado por escravos fugidos principalmente de Cartagena das Índias no século XV e liderados por Benkos Biohó, com população aproximada de 4.000 habitantes, e registrada pela Unesco como “Patrimônio Intangível da Humanidade”, sendo considerado o primeiro povo livre da América) e o “Entre dos mares: ensamble musical de Colômbia, Ecuador y Panamá”, formado por artistas desses países e que se apresentaram no Distrito Federal e na cidade do Salvador. (PALMARES, 2009)

### **3.3 Observatório Afro-Latino**

Por fim, no ano de 2009, dando cumprimento a uma política de governo brasileiro e ao que havia sido decidido no I Encontro Ibero-Americano: Agenda Afrodescendente nas Américas, que tratava da aproximação do Brasil com os países da América Latina, foi lançado oficialmente o site do Observatório Afro-Latino. Essa ferramenta tecnológica, hospedada no site da FCP, facilitou e aprimorou o contato com os nossos vizinhos latino-americanos no que tange às questões relacionadas às comunidades afro-latinas, difundindo informações, trocando experiências e servindo de referência para pesquisadores, intelectuais e militantes afro-latinos. Enfim, gerando intercâmbios e articulações institucionais e comunitárias.

Vale lembrar que o Observatório Afro-Latino foi motivado a partir da realização e participação da FCP em vários eventos artísticos e científicos na região, tais como: a turnê do grupo Ilê Aiyê no Equador; o Seminário Interculturalidade, Diversidade e Construção de Cidade, na Colômbia; o Seminário Intercâmbios Afro-Latinos; o Seminário Populações Afrodescendentes na América Latina, no Panamá; e a assinatura de dois protocolos de intenções com o Equador e a Colômbia. As discussões originadas mostraram o quão distante nos encontrávamos da história, cultura, assim como das articulações que os movimentos afro-latinos produziam na região. Enfim, das manifestações que eram produzidas

pelos nossos vizinhos latino-americanos e que tinham a matriz africana como herança comum.

Essa iniciativa foi apresentada inicialmente pelo ministro da Cultura Juca Ferreira no I Encontro Ibero-Americano e se concretizou ao ter sido aprovada por unanimidade pelos representantes dos países presentes, em outubro de 2008. Surgiu com o objetivo de incrementar o diálogo entre as nações latino-americanas por meio da rede mundial de computadores, disponibilizando informações das comunidades negras latino-americanas e constituindo uma base de dados que permitiria a reflexão, a troca de experiências, a divulgação de eventos e a construção de projetos e parcerias entre comunidades negras da América Latina. O Observatório, portanto, era parte das demandas da Declaração de Cartagena e visava à disponibilizar e intercambiar as informações relativas à América Latina e ao Caribe, representados pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Durante o seu período de vigência, até o ano de 2011, o Observatório era dirigido pelo Centro Nacional de Informação e Referência Negra da FCP, que, conforme o art. 16 do Estatuto da FCP, tinha como competência,

Art. 16 - Ao Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra compete:

I - coordenar, orientar, fomentar e executar atividades de estudo, pesquisa e referência da cultura afro-brasileira;

II - mapear, sistematizar, disponibilizar e atualizar informações, registros, cadastros nacionais e conhecimentos sobre a cosmologia afro-brasileira;

III - apoiar a produção e disseminação de informações e conteúdos sobre a cultura afro-brasileira;

IV - propor diretrizes, critérios e padrões técnicos para preservação do acervo bibliográfico, documental e arquivístico da FCP;

V - propor, assistir e acompanhar processos de registro de bens culturais das comunidades tradicionais de matriz africana; e

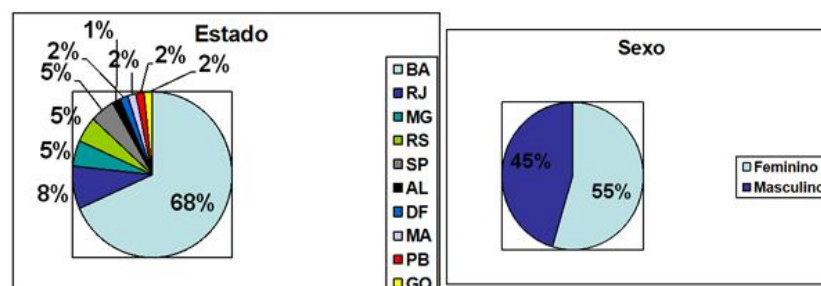
VI - proceder ao mapeamento das manifestações culturais das comunidades identificadas como remanescentes dos antigos quilombos, bem como dos bens culturais de natureza material e imaterial das comunidades tradicionais de matriz africana. (PALMARES, 2009)

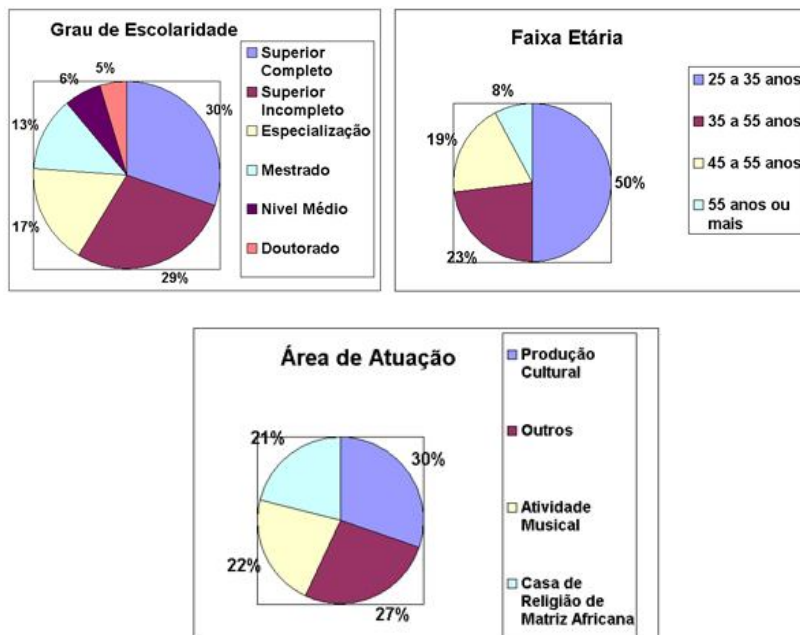
Até o encerramento das suas atividades, o Observatório estava cumprindo seu papel integrador de maneira plena, segundo registro do CNIRC da Fundação Palmares, conforme publicação, no seu site no ano de 2010, indicando que o uso era crescente e qualificado. Mas, lamentavelmente, sem que houvesse qualquer explicação, o Observatório Afro-Latino foi desativado na gestão seguinte, que tinha como ministra da Cultura Ana de Holanda e como presidente da FCP Elói Araújo. É importante registrar que não houve qualquer explicação ou justificativa pública para o encerramento das atividades do Observatório, apesar da referida gestão ser, em tese, uma continuidade da gestão anterior, visto que eram oriundas do mesmo agrupamento político. Nesse sentido, a decisão de desativação do Observatório Afro-Latino, além de causar enorme prejuízo a dezenas de pesquisadores e de ter interrompido uma experiência exitosa, foi mais uma daquelas ações típicas da descontinuidade administrativa que faz parte da cultura política do Estado brasileiro, onde cada gestor que assume ignora a produção do seu antecessor.

#### *Aumenta procura ao site do Observatório Afro-Latino*

“O acesso de internautas ao Observatório Afro-Latino e Caribenho, da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, aumentou cerca de 50% no mês de maio. De acordo com informações do CNIRC (Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra), gerenciadora do programa virtual, a busca por informações do Observatório se intensificou após a reformulação da página, ocorrida em março, e a realização do II Encontro Afro-latino, promovido pela Palmares, na cidade de Salvador, em maio deste ano.

Segundo dados coletados pelo CNIRC, a maioria das pessoas (68%) que busca o Observatório é do estado da Bahia e 55% são do sexo feminino. Do total de usuários, 30% possuem o curso superior completo, 50% têm entre 25 e 35 anos e os que trabalham com produção cultural somam 30%. Fatores como o cadastramento dos visitantes e a consolidação da prática diária de responder os e-mails encaminhados para o Centro são também considerados importantes para o aumento dos acessos ao site. (PALMARES, 2010)





O Observatório Afro-Latino e Caribenho é um programa colaborativo para conexões, intercâmbios e diálogos das culturas afro-latinas e caribenhas. O objetivo principal é possibilitar uma maior compreensão das semelhanças e diferenças da história e dos processos de integração social dos afrodescendentes nos países da América Latina e Caribe.

“Conhecer, reunir, socializar e divulgar informações sobre as diferentes culturas de raízes negras latino-americanas e caribenhas, bem como identificar, mapear e formar uma base de dados e informações de modo a ampliar o diálogo e a troca de experiências culturais e sociais e, ainda, contribuir para a promoção de uma reflexão crítica sobre a realidade das comunidades afro-latinas e caribenhas, que busque a erradicação do racismo e a garantia dos direitos dos afrodescendentes do ponto de vista da cultura, é a nossa meta”, explica a coordenadora do CNIRC, Mércia Queiroz.

O Observatório, que está sob os cuidados do Centro desde 2009, é um espaço aberto às contribuições das populações afrodescendentes, de pesquisadores e estudiosos do tema, que buscam manter e estimular relações entre comunidades afrodescendentes e outros grupos étnicos. As contribuições podem ser enviadas em formatos de artigos, dissertações e teses, livros, vídeos, áudios, fotos e/ou revistas e devem tratar de um dos seguintes eixos temáticos: políticas públicas; cultura e patrimônio; manifestações artísticas, religiosas e socioculturais; biografias; gastronomia e culinária; saúde e medicina preventiva; e turismo étnico-afro. Todo material enviado será analisado previamente por curadores credenciados pela Fundação Cultural Palmares.

# OBSERVATÓRIO AFRO LATINO

<http://afro-latinos.palmares.gov.br>

## 3.4 II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente das Américas, ou II Encontro Afro-Latino e Caribenho



Esse encontro, realizado na cidade de Salvador, no período de 25 a 28 de maio de 2010, foi fruto de um compromisso assumido em 2008, na Colômbia, durante o I Encontro Ibero-Americano, cujo tema foi “A Força da Diáspora Africana”. O objetivo do evento era avançar na elaboração de uma agenda afrodescendente para as Américas, pautada na reflexão sobre políticas públicas de ações afirmativas por meio da cultura para a igualdade racial e em projetos e



propostas de cooperação entre os países envolvidos, baseado na articulação da cooperação, do intercâmbio, da promoção e da divulgação da cultura afro nos países da América Latina e do Caribe, consolidando propostas que subsidiassem um plano de ações estratégicas delineadas a partir do encontro.

O II Encontro Afro-Latino teve uma ampla participação de vários segmentos sociais e culturais brasileiros. Estiveram presentes representantes políticos de seus países, artistas e intelectuais que desenvolveram nos três dias uma agenda que envolvia encontro de ministros da Cultura, encontro de pensadores, oficinas musicais e shows. Na ocasião, ficou definido que a FCP seria a secretaria *pro tempore* até o próximo encontro, a ser realizado em 2012.

Dentre os frutos colhidos a partir do II Encontro está o acordo de cooperação cultural entre a Fundação Palmares e a Fundação de Apoio às Populações Rurais de Ascendência Africana na América Latina – ACUA (Colômbia). O acordo foi assinado em 10/11/2010, durante a abertura da exposição “Herança Africana: Retratos das Mulheres Africanas e Afro-Colombianas”, da premiada fotógrafa Angèle Etoundi Essamba, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares (Câmara dos Deputados), copatrocinada pelas duas fundações. Foi acordado na ocasião que o próximo produto do termo de cooperação seria a realização de um boletim trimestral com informações da cultura afro-latina e caribenha, com a primeira edição prevista para 21 de março de 2011.

*Declaração de Salvador estabelece 19 pontos para uma agenda afrodescendente nas Américas*

“O documento (**Anexo VIII**, p. 147), fruto do II Encontro Afro-Latino, a Declaração de Salvador visa aprofundar o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas e ações específicas para a implementação da Agenda Afrodescendente nas Américas.”



O texto foi elaborado por ministros, autoridades e representantes dos ministérios e de instituições de cultura de Barbados, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Venezuela, e os representantes da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), da SEGIB (Secretaria Geral Ibero-americana), da AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento) e o ACUA-FIDA (Programa de Apoio aos Povos Afrodescendentes Plurais da América Latina e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola).

Dentre os 19 pontos da carta, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Zulu Araújo, destaca:

“O encontro foi extremamente positivo, tivemos grandes avanços em relação ao encontro anterior e construímos uma ferramenta de trabalho que vai nortear ações de políticas públicas no campo da cultura para os afrodescendentes. Vamos fortalecer o Observatório Afro-Latino, vamos criar no âmbito da Fundação uma secretaria *pro tempore* da Agenda Afrodescendente nas Américas para trabalhar até o terceiro encontro e fomentar a coprodução audiovisual e sua circulação, para recuperar a memória histórica e social das populações afrodescendentes nos países da América Latina e do Caribe. Para isso, o Brasil já tem o compromisso de aportar R\$ 3 milhões”.

Para o ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira, o encontro teve um aspecto muito positivo: “Saímos do campo da retórica, estabelecemos ações claras, maduras. Assumimos que os afrodescendentes querem o protagonismo da sua

história. Acredito que o próximo passo seja a participação dos africanos, já que nesse encontro trouxemos para a parceria o Caribe”.

Dentre todas as ações realizadas pela FCP no campo afro-latino, no período de 2003 a 2010, podemos afirmar que os dois encontros afro-latinos realizados em Cartagena das Índias, na Colômbia, e em Salvador, Brasil, foram os mais importantes tanto do ponto de vista institucional como do ponto de vista dos seus resultados e compromissos gerados – por reunir por duas vezes consecutivas organismos internacionais como a Unesco, a OIM (Organização Internacional das Migrações), OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), SEGIB (Secretaria Geral Ibero-americana), AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), além de mais de uma dezena de ministros da Cultura dos países latino-americanos a exemplo do Brasil, Colômbia, Equador, Peru, México, Venezuela, Cuba, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Uruguai. As duas declarações geradas a partir desses encontros são referências positivas que, apesar das dificuldades e entraves interpostos para a implementação de políticas culturais para os afro-latinos na região, a Palmares conseguiu indicar caminhos que poderiam ser percorridos para sua superação, conforme indica a declaração de Lopes, um dos coordenadores-gerais dessas duas ações:

Eu acho que a Palmares foi o grande elo de concretização desses dois eventos – tanto o de Cartagena quanto o que aconteceu na Bahia. Foi fundamental a sua concretização. Só se teve dimensão da riqueza e do peso deste Intercâmbio Afro-Latino quem esteve presente e quem acompanhou as mesas e discussões. A potência e a capacidade gigantescas e a falta de oportunidades e linhas de trocas e produção estabelecidas. A gente conseguiu levantar as demandas, mas não conseguiu concretizá-las em linha de apoio que pudesse viabilizar essas trocas.

Resumindo: a gente levantou uma bola muito grande e não tínhamos suporte para alicerçar todas essas trocas. Eram muito níveis de troca. Não só de elaboração científica sobre a cultura, mas de produção e difusão dessas linguagens. A gente tinha cultura popular, tinha teatro, a música, a literatura, a ciência... todas essas linguagens e expressões levantando demandas e a gente não tinha como sustentar isso. A religião, a culinária, a moda... a força disso é muito grande, mas a capacidade de abarcar isso, dentro da estrutura do Ministério da Cultura que é dividido entre diversas instituições. E essa divisão não se fez presente, na forma, no volume e no peso que seria necessário para que esse intercâmbio efetivamente se concretizasse.

Se essa ação não fosse uma ação da Palmares, e sim uma ação do Ministério da Cultura, tendo a Funarte, tendo o IPHAN, tendo todas as instituições abraçadas no intuito de fazer esse intercâmbio acontecer, acho que teríamos tido um resultado mais pungente. Mas acho que o papel de levantar essa questão, levantar essa lebre, botar essa bola no ar, a Palmares cumpriu com muita eficiência. (LOPES, 2010)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o primeiro momento que apresentei este projeto de pesquisa aos professores com quem mantive contato na pós-graduação, após a aprovação na seleção para o mestrado no Programa de Cultura e Desenvolvimento da UFBA, que ouvi de todos eles, sem exceção, inclusive do meu orientador, professor Paulo Miguez, de que eu deveria reduzir o escopo do trabalho assim como a amplitude do seu objeto, e restringir o período da pesquisa. Embora instigante, o tema era muito amplo e não haveria condições de dar conta do mesmo, diante do exíguo tempo que se impõe para a elaboração de uma dissertação para o mestrado. Inexperiente e teimoso, resisti o que pude, pois considerava que o fato de ter sido parte integrante das políticas culturais desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares, no período pesquisado (2003/2010), isso facilitaria a pesquisa, não sendo tão difícil alcançar os objetivos que perseguia conforme os professores indicavam.

Ledo engano. É forçoso registrar que não só os professores estavam corretos como tenho que agradecer a todos aqueles que me alertaram para o “poço” sem fundo em que eu estava me aventurando, pois com o aprofundamento da pesquisa e as dificuldades encontradas para acessar os dados que corroborassem as minhas conjecturas, pude perceber o quão escassa são as informações sistematizadas no campo das pesquisas sobre as políticas culturais voltadas para os afrodescendentes na América Latina. Ficou claro também o tanto de tempo que precisaremos não só para pesquisar, mas sobretudo para estimular todos aqueles que de alguma forma lidam com a cultura de origem negra no Brasil e na América Latina, para que produzam dados e informações qualificadas, as guardem adequadamente e facilitem o acesso.

Por isso mesmo, graças a esses alertas, mas também por conta da minha teimosia, pude perceber como essa área de pesquisa ainda é relegada a um plano de quase invisibilidade, notadamente quando buscamos informações nas instituições oficiais do aparelho do Estado, em que pese a população afrodescendente representar mais de 30% dos habitantes da América Latina, o que em números absolutos significa mais de 150 milhões de pessoas. Também pude perceber a profundidade com que o processo de colonização escravista permeia toda a

sociedade latino-americana, assim como toda e qualquer abordagem sobre a população afrodescendente na região. No plano da cultura, isso se manifesta de forma mais evidente e nociva.

O cenário político atual, tanto no mundo quanto na América Latina, e mais particularmente no Brasil, onde as forças conservadoras, racistas, homofóbicas e fascistas alcançaram protagonismo sem igual na história recente, fez com que ao longo da pesquisa as dificuldades e desafios para o cumprimento da missão fossem se ampliando. Fontes que inicialmente estavam dispostas a colaborar, dados que estavam disponíveis nos sites oficiais e documentos que eram de fácil acesso, foram rareando e até mesmo desaparecendo. A onda conservadora que se agiganta em todos os cantos das relações humanas tem se feito presente com mais vigor no campo da cultura, e quando nos aproximamos de temas como a cultura negra as dificuldades ficam mais visíveis e os obstáculos mais ainda. É nesse cenário que estão sendo reveladas as fragilidades e equívocos que a política cultural brasileira empreendida no período em análise cometeu, variando desde a superficialidade na abordagem de temas centrais da cultura brasileira, como o racismo e o preconceito, até a incompreensão do profundo caráter conservador e autoritário que continua presente no seio da sociedade brasileira. E assim, emergiram todos os demônios que se encontravam represados na hipocrisia da alma brasileira, dentre eles o racismo, que se apresentou com toda força, violência e letalidade.

Racionalmente, não haveria motivações para tamanha escassez de informações, visto que se abordarmos a temática afrodescendente, seja do ponto de vista econômico, social ou mercadológico, teríamos um impacto positivo significativo para o desenvolvimento não só das populações afrodescendentes, mas também para com aqueles que com elas dialogam, negociam e empreendem. Mas, ainda assim, o que persiste é o olhar e a prática preconceituosa, discriminatória e racista, sobretudo naquilo que tangenciam ou representam as manifestações culturais de origem negra, seja no Brasil ou na América Latina.

Às vezes, essas manifestações de exclusão se materializam, ora numa visão idílica ou folclórica (no seu sentido mais pejorativo), ora de forma absolutamente desqualificadora do papel e da importância que essas manifestações culturais possuem para a sociedade como um todo; assim como impera a desnecessidade de elaboração e implementação de políticas públicas de cultura que atendam a esse

espectro importante da sociedade latino-americana que tanta contribuição tem dado para a formação sócio/histórica/econômica e cultural da região.

As pesquisas, os trabalhos ou publicações sobre a realidade da cultura afro-latina, apesar dos esforços de um punhado de abnegados pesquisadores e ativistas do movimento negro, ainda estão muito distantes das reais necessidades que a temática exige, em particular no Brasil, para que possamos contribuir por meio de políticas públicas para a redução das desigualdades raciais existentes. Quando agregamos a essa dificuldade histórica o fato do Brasil se recusar a ser percebido ou entendido enquanto país latino-americano, as complicações e dificuldades se ampliam, em particular para a realização de um trabalho com este escopo, no qual a cultura e as políticas culturais ganham centralidade.

Aquilo que no primeiro momento identificamos como meras resistências comportamentais para com os nossos vizinhos geográficos e linguísticos, com o passar do tempo vai se consolidando para a percepção clara de que essa exclusão da percepção brasileira enquanto país latino-americano não é só exercitada por nós, brasileiros, mas também pelas demais populações vizinhas que nos cercam. Quando a temática cultural incorpora a dimensão afrodescendente, essas dificuldades se ampliam e as informações ficam mais escassas ainda.

Apesar dos importantes estudos realizados por intelectuais como Nestor Garcia Canclini, Catherine Walsh, Anibal Quijano, Edouard Glissant, Stuart Hall, Ramon Grosfoguel e Silviano Santiago sobre as políticas culturais na América Latina, sua subordinação aos interesses dos colonizadores de ontem e de hoje, sua condição de subalternidade e de simulacro, bem como as lutas e enfrentamentos que a intelectualidade da região vem travando para a superação dessas idiosincrasias, raramente o Brasil é citado ou analisado enquanto uma experiência latino-americana no campo cultural integrada a tais preocupações. Somos mais identificados pelos nossos vizinhos como parte do bloco de poder do mundo ocidental, em particular com os interesses da América do Norte, do que com as agruras, angústias e desejos que afligem a região latino-americana na busca de sua autonomia econômica, política e cultural.

Alguns historiadores, estudiosos e/ou pesquisadores creditam esse isolamento brasileiro na América Latina, no campo da cultura, ao fato de sermos o único país a falar português. Mas o português também não é uma língua de origem latina?

Outros creditam ao seu gigantismo populacional, sendo o mais populoso país latino-americano, com aproximadamente 210 milhões de habitantes. Analistas econômicos creditam à sua pujança econômica que supera de longe a maioria dos vizinhos.

A meu ver, há algo mais profundo do que números e dados econômicos nessa rejeição de parte a parte. Como este não é o objeto desta pesquisa, acredito ser uma boa pista para investigações posteriores no sentido de se encontrar respostas para esse enigma, que se apresenta tanto maior quanto mais nos aproximamos e nos debruçamos sobre as políticas culturais para os afro-latinos que foram ou estão sendo desenvolvidas na região, pois aí o abismo tende a se aprofundar e o deserto de informações passa a ser quase que intransponível.

No lado brasileiro, percebi ao longo da pesquisa que o registro analítico e os estudos sobre a pertinência, correção ou crítica sobre as políticas culturais desenvolvidas pela Fundação Palmares, primeira instituição a fazer parte do Estado brasileiro para o cumprimento de sua missão, por meio da cultura, de promover a inclusão plena do negro na sociedade brasileira, ao longo dos últimos 30 anos, também são quase inexistentes e ainda estão por serem produzidas. Por isso mesmo, as entrevistas com vários dos protagonistas dessa história recente e que ainda estão vivos e atuantes, combinadas com a investigação junto aos documentos oficiais produzidos no interior do aparelho do Estado, assim como publicações e catálogos produzidos por entidades e organizações da sociedade civil, além de matérias jornalísticas, foi o caminho encontrado para a superação dessas lacunas e dificuldades.

Esses depoimentos e análises foram fundamentais para a obtenção dos dados comprobatórios necessários para a validação daquilo que se buscava afirmar. E tudo isso se apresentou, ora como um desafio, ora como a certeza de que será preciso dar continuidade a este trabalho de pesquisa. Isso se quisermos contribuir de forma sólida para o entendimento da complexidade que tem sido a implementação de políticas públicas de cultura para os afro-brasileiros e mais ainda para os afro-latinos, além de querer também promover as correções necessárias dessas políticas culturais para que elas atendam as demandas e as expectativas desse grande contingente populacional, ainda hoje excluído de quase todos os direitos.



Os depoimentos de ex-ministros da Cultura, de ex-dirigentes da Fundação Palmares e de ativistas do movimento negro brasileiro e afro-latino além de ter sido o caminho encontrado para suprir as lacunas existentes do ponto de vista documental, foi também importante para registrar suas impressões e compreensões sobre um passado recente do qual os mesmos haviam sido protagonistas.

Ou seja, capturar depoimentos como estes e disponibilizá-los ao público é um dos caminhos que temos para a superação da dificuldade que boa parte dos gestores da cultura negra no Brasil possui para compreender corretamente a importância da memória documental das ações culturais desenvolvidas pelas instituições culturais negras em nosso país, sejam elas públicas ou privadas, e assim estimular que essa prática se torne um hábito normal e positivo, como ocorre nas demais áreas do conhecimento. Até porque, além dessa dificuldade, também tivemos que lidar com a perda de parte significativa do acervo digital da FCP, entre o período do ano 2000 a 2016, que desapareceu misteriosamente dos seus arquivos digitais, dificultando sobremaneira o recolhimento das informações pertinentes aos trabalhos realizados pela instituição nos últimos 30 anos.

Mas essa realidade de escassez de documentos e de informações qualificadas não é exclusivamente brasileira, permeia toda a América Latina, em particular quando o assunto é cultura negra. Mas, nem por isso, foi proibitiva ou inibidora para o alcance dos objetivos propostos, muito pelo contrário, foi desafiadora. Daí que o ineditismo deste trabalho, no meu entendimento, não está na temática abordada, mas no puro e simples registro daquilo que foi realizado com tanto afincamento e determinação durante um período singular da história do Brasil e da América Latina e que pode ser mais uma vez vítima do apagamento histórico que a colonização nas Américas aperfeiçoou. Nesse sentido, os dados e informações levantados nos indicam que a Fundação Cultural Palmares não só desempenhou um papel relevante para o estreitamento das relações culturais entre os afrodescendentes brasileiros e os afrodescendentes latino-americanos, inaugurando um período onde o intercâmbio cultural e a troca de experiências entre instituições, grupos e ativistas do movimento negro foi intenso, como também, pela primeira vez nos seus 30 anos de existência, conseguiu cumprir minimamente com os objetivos para os quais foi criada.

Claro que, para tanto, contou com parcerias, cumplicidades, cenário político favorável, mas contou, sobretudo, com a clareza política de dois ministros da Cultura: Gilberto Gil e Juca Ferreira, que por coincidência eram baianos, estado do maior contingente populacional de origem negra nas Américas e que não eram apenas observadores da cena cultural afro-latina ou da luta pela promoção da igualdade racial no país, mas apoiadores militantes da causa maior que é da igualdade entre os seres humanos.

Essas ações desenvolvidas pela FPC instaram tanto organismos internacionais vinculados ao sistema ONU quanto órgãos dos ministérios da Cultura de vários países latino-americanos, a exemplo do Brasil, Colômbia, Equador, Cuba, México, Peru, Argentina, Uruguai e Paraguai, a adotarem ações e assumirem compromissos no sentido do combate às distintas formas de discriminações que as manifestações culturais de origem negra encontram na região, assim como estimular a troca de experiências e o intercâmbio cultural desses grupos e instituições. Os países com os quais a FCP dialogou mais intensamente como fruto desse trabalho foram Colômbia, Cuba e Equador. Com esses países foram firmados acordos de cooperação técnica, realizadas exposições conjuntas, turnês de grupos culturais, além de debates, seminários e encontros para reflexão sobre a temática cultural afro-latina.

Portanto, a partir dos depoimentos que foram colhidos, dos documentos que foram analisados e cotejados, das publicações e matérias jornalísticas que revisitamos, podemos afirmar que a FCP desempenhou sim um papel importante na implementação das políticas culturais do MinC no campo afro-latino e que este esforço foi reconhecido não só pelas instituições de caráter nacional como pelas de caráter internacional. Ou seja, essa afirmação corresponde ao esforço e trabalho que foi desenvolvido pela instituição, no período de 2003 a 2010, registrados em documentos oficiais, e que não só levou ao reconhecimento do trabalho da Palmares junto a organismos internacionais do campo da cultura, como também ao reconhecimento interno por parte do governo brasileiro. O legado da Palmares, que pode ser comprovado por meio das referências bibliográficas utilizadas, é revelador de que o ambiente democrático vigente na maioria dos países latino-americanos no período pesquisado também foi um elemento estratégico, para que, apesar e por cima de todos os entraves históricos existentes, possibilitasse a

realização de uma política cultural que, a um só tempo, fortalecesse as manifestações culturais de origem negra no Brasil, e que de alguma forma influenciasse os países vizinhos a adotarem medidas assemelhadas para os detentores dos saberes e fazeres culturais afro-latinos.

Do mesmo modo, esta pesquisa, ora empreendida, aponta para a necessidade de ampliação e aprofundamento das investigações realizadas, para que assim possamos não apenas identificar o êxito do trabalho realizado como também registrar como essa experiência pode contribuir para o enfrentamento do recrudescimento do preconceito, da discriminação e do racismo no mundo atual.

## Referências Bibliográficas

- ACHINTE, Adolfo Albán. Conocimiento y lugar: más allá de la razón hay un mundo de colores. In: **Textiando textos y saberes: cinco hilos para pensar los estudios culturales, la colonialidad y la interculturalidad**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2008.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AROCHA, Jaime (comp.). **Utopia para los excluídos**. El multiculturalismo em África y América Latina. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, Facultad de Ciências Humanas, 2004.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.
- BHABHA, Homi K. **O local e a cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- \_\_\_\_\_. Pós-Modernismo e Pós-Colonialismo. In: **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 114-142.
- BIOHO, Esperanza (comp.). **Encuentros de africanía**. Bogotá: Fundación Cultural Colômbia Negra, jul. 2000.
- BOTELHO, Izaaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr.-jun. 2001.
- BOURDIER, P. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. Estratégias para entrar y salir de la modernidade. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). **Política Cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- CARVALHO, José Jorge de. **Las culturas afroamericanas em Iberoamerica: lo negociable y lo innegociable**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2005.
- CASTRO-GOMEZ, S.; SCHIWY, F.; WALSH, C. **Indisciplinar las ciências sociales: geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder**. Perspectivas desde lo andino. Quito: Ediciones Abya Yala, 2002.
- CONGRESSO DE CULTURA IBERO-AMERICANO, 2., 2009, São Paulo, SP. **Anais ...** Brasília: Ministério da Cultura, 2010; São Paulo: SESC, 2010. 576 p.
- CONFERÊNCIA DE INTELLECTUAIS DA ÁFRICA E DA DIÁSPORA, 2., Salvador, 2006. II CIAD: Diáspora e o Renascimento Africano: relatório final – Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 604.p
- CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIAS CORRELATAS. 1., 2001, Durban. **Declaração de Durban**. Brasília: Ministério da Cultura, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2001.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIAS CORRELATAS, 3., 2002, Brasília. MOURA, Carlos Alves; BARRETO, Jônatas Nunes (org.). **Anais...** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 1., 2005/2006, Brasília. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

CORTÁZAR, Julio. Carta a Roberto Fernández Retamar (Sobre "Situación del intelectual latino-americano"). In: CORTÁZAR, Julio. **Obra crítica/3**. Buenos Aires: Alfaguara, 1994, p. 29-43.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 125 p.

ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DA CULTURA PARA UMA AGENDA AFRODESCENDENTE NAS AMÉRICAS, 1º, 2008, Cartagena de Las Índias. Anais ... Cartagena: Fundação Cultural Palmares, 2008.

ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DA CULTURA PARA UMA AGENDA AFRODESCENDENTE NAS AMÉRICAS, 2º, 2010, Salvador. **Anais ...** Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2010.

ENCONTRO SUL-AMERICANO DAS CULTURAS POPULARES, 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

DERRIDA, Jacques. A Diferença. In: DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papirus, 1991. p. 33-63.

FERREIRA, Juca. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Belo Horizonte: 2019.

FOUCAULT, Michel. Aula 17/3/1976. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285-315.

\_\_\_\_\_. O que é a Crítica? In: **Por uma vida não fascista**. Coletivo Sabotagem (org.), 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **A Grande Refazenda, África e Diáspora pós-II Ciad**. Waldomiro Santos Júnior (org.). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Artigos institucionais. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page=7659>. Acesso em: 7 jan. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

GENTIL, Marcelo. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistado. Brasília: 2019.

GIL, Gilberto. Discurso de posse no Ministério da Cultura, 2003. In: ALMEIDA, A.; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. (org.). **Cultura pela Palavra**: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003/2010 – Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GIL, Gilberto. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Rio de Janeiro, 2019.

GLISSANT, Édouard. Cultura e identidade. In: GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. ROCHA, Enilce Albergaria (trad.). Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 71-95.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNANDEZ, Tanya Katerí. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina**: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis. SOUZA, Arivaldo Santos de; FONSECA, Luciana Carvalho (trad.). Salvador: EDUFBA, 2017.

JÚNIOR, Elísio Lopes. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Rio de Janeiro, 2019.

KALIMAN, Ricardo J. Como reconstruir la consciencia de lo subalterno. In: RODRÍGUEZ, Ileana (org.). **Convergência de tiempos**: estudios subalternos/contextos latino-americanos, estado, cultura, subalternidade. Amsterdam: Atlanta, 2001. p. 61-69.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MAMBERTI, Sérgio. Gravação de entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador. São Paulo, 2020.

MBEMBE, Achille. O devir negro no mundo. In: **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014. p. 9-22; p. 299-306.

\_\_\_\_\_. **A era do humanismo está terminando**. Disponível em: <https://www.pensarcontemporaneo.com/humanismo-mbembe/?fbclid=IwAR2BhRuDFzx6tMk7OB-23ezzG96jPHbSGehxtthFCaSVARO-bAI6kEinxpY>. Acesso em: 17 set. 2019.

MIGUEZ, Paulo César. Gravação de entrevista concedida para dissertação de mestrado do entrevistador. Salvador, 2019.

MIRANDA, Cláudia. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Rio de Janeiro, 2019.

MIRANDA, Franklin. **Hacia una narrativa afroecuatoriana**: cimarronaje cultural em America Latina. Quito: Ediciones Abya-Yala, nov. 2005.

MOSTRA PAN-AFRICANA DE ARTE CONTEMPORÂNEA. 1., mar.-abr. 2005, Salvador. Salvador: MinC/Fundação Cultural Palmares, 2005.

MOURA, Carlos Alves. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Brasília, 2020.

MUNANGA, Kabengele, Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 15-34.

MUNDO AFORA – Políticas de inclusão de afrodescendentes, Brasília, n. 8, nov. 2011, p. 31-38. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

OBSERVATÓRIO AFRO-LATINO E CARIBENHO. <http://afro-atinos.palmares.gov.br>. Centro Nacional de Informação e Referência Negra – CNIRC.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (org.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIÑONES, Fanny Millena. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Bogotá, 2020.

RIVERA, Jimmy Viera (comp.). **El pueblo afrocolombiano: una perspectiva hacia el poder!** Bogotá: Instituto del Pensamiento Liberal, s/d.

RODRIGUES, João Jorge dos Santos. Gravação de entrevista concedida para a elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Salvador, 2019.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais, entre o possível e o impossível. **O público e o privado**: revista do PPG em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, n. 9, jan.-jun. 2007. UECE, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios. **Revista Matrizes**, São Paulo, ano 2, n. 2, 1º semestre de 2009. USP, 2009.

SEMANA DA CULTURA DO BENIN NA BAHIA, Salvador, 2007. **Catálogo da exposição**: O Benin está vivo ainda lá. Curadoria de Emanuel Araújo. Salvador: Ministério da Cultura/FCP, 2007.

SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES, 1., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES, 2., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SEMINÁRIO O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO – PROJETO ESPECIAL DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO AFRO BRASILEIRA. 1. 6 a 31 jan. 2004, PE, AL, SE, MA e BA. **Anais...** Diversas cidades dos estados citados: MinC/Fundação Cultural Palmares, Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

- SAID, Edward. O Âmbito do Orientalismo. In: SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 41-82.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001. p. 103-148.
- SANT'ANNA, Márcia Genésia. Gravação de entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador. Paris, 2019.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: Ensaio sobre a dependência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura Souza. Sociologia das ausências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, out. 2002, p. 237-280. Universidade de Coimbra, 2002.
- SANTOS, Fernanda Barros dos. Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). **Tempo e Argumento**, revista de história do tempo presente, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 144-182, jul.-set. 2018. UDESC, 2018.
- SOVIK, Liv; WARE, Vron. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil. In: **Contemporânea** - Revista de Comunicação e Cultura Journal of Communication and Culture, Rio de Janeiro, p. 363-386, 2004. Garamond, 2004. ISSN: 1809-9386.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010. p. 85-126.
- XAVIER, Fabiana Guimarães. Políticas públicas para a cultura negra: a Fundação Cultural Palmares. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.
- WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II: Gritos, grietas y siembras de vida: Entretejerer de lo pedagógico y lo decolonial. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.
- ARAÚJO, Zulu. América Latina revisitada. **Revista Palmares – Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, ano IV, n. 4. 2008. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_=7659](http://www.palmares.gov.br/?page_=7659). Acesso em: 7 jan. 2020.
- ZUMBI 300 ANOS, 1995, estado de Alagoas. Programação Artística e Cultural do Evento. Cidade Livre Produções Artísticas, 1995.



**ANEXO I**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º. O programa nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, a ser executado durante o ano de 1988, será coordenado pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º. Para cumprimento do disposto no art. 1º, o Ministério da Cultura articular-se-á com os demais Ministérios, governos dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, governos Municipais e representantes da sociedade.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

José Sarney

Celso Furtado

## ANEXO II

Dispõe sobre a Comissão Nacional para as Comemorações do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Nacional para as Comemorações do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares, criada pelo Decreto de 9 de junho de 1994, terá a seguinte composição:

I - O Presidente da Fundação Cultural Palmares, que a presidirá;

II - um representante da Vice-Presidência da República;

III - dois representantes do Ministério da Cultura;

IV - dois representantes do Ministério da Educação e do Desporto;

V - um representante do Ministério Extraordinário dos Esportes.

Parágrafo único. Os representantes a que se referem os incisos II a V serão indicados pelos respectivos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

Art. 2º - A Comissão contará com o apoio técnico de um grupo assessor, constituído em ato do Ministro de Estado da Cultura e coordenado pelo Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Art. 3º - A Fundação Cultural Palmares proverá os serviços de Secretaria-Executiva da Comissão, podendo o seu Presidente, ou autoridade a quem delegar tal atribuição, assinar contratos e convênios com outras entidades da Administração Pública Federal ou da iniciativa privada, bem assim administrar os recursos destinados às atividades das comemorações.

Art. 4º - As despesas com a execução deste decreto correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas aos Ministérios da Cultura e da Educação e do Desporto.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revoga-se o Decreto de 9 de junho de 1994, que criou a Comissão Nacional para as Comemorações do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares.

Brasília, 20 de março de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Paulo Renato Souza

Francisco Weffort

Edson Arantes do Nascimento

**ANEXO III**

LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996.

Inscribe o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em comemoração ao tricentenário da morte de "Zumbi" será inscrito no "Livro dos Heróis da Pátria" que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia o nome de "Zumbi dos Palmares" (Francisco).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Nelson A. Jobim

**ANEXO IV****LEI Nº 10.678, DE 23 DE MAIO DE 2003**

Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.

Faço saber que o PRESIDENTE DA REPÚBLICA adotou a Medida Provisória nº 111, de 2003, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada, como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

## ANEXO V

### A DECLARAÇÃO DE SALVADOR

Nós, os participantes da 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – 2ª Ciad, reunidos em Salvador, de 12 a 14 de julho de 2006:

RECORDANDO a 1ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – 1ª Ciad, realizada em Dacar (Senegal), de 6 a 9 de outubro de 2004, sob o tema geral “A África no Século 21: Integração e Renascimento”;

CONCORDANDO em que o tema da 2ª Ciad, “A Diáspora e o Renascimento Africano”, agrega e enseja perfeita continuidade em relação à 1ª Ciad;

Reconhecendo a importância da participação do presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu os trabalhos da Conferência;

EXPRESSANDO à Comissão da União Africana e ao Governo da República Federativa do Brasil seu apreço pela organização da 2ª Ciad, iniciativa que lança as bases para uma cooperação permanente entre a União Africana, principal organização do continente, e os países da Diáspora;

DESTACANDO a riqueza dos debates ocorridos nas três mesas redondas e doze grupos temáticos;

Comunicamos que:

- A crescente consciência de uma cidadania africana, com suas repercussões políticas, econômicas e culturais, e o entendimento dos Estados da África, reunidos em torno da União Africana, constituem elementos essenciais ao Renascimento Africano;
- A Diáspora africana, presente em todo o globo terrestre, representa parte fundamental do patrimônio cultural e político africano e mantém viva a consciência de suas origens;
- As comunidades de origem africana enfrentam dificuldades de variada natureza em seus países e um real encontro da Diáspora com suas raízes ancestrais tem papel fundamental na superação dessas dificuldades, podendo os governos e a sociedade civil contribuir para as soluções por meio de uma maior consciência da cultura africana;
- O encontro de intelectuais, no contexto da Ciad, incentiva e contribui para a integração da Diáspora com suas origens ancestrais;
- O desenvolvimento da África será dinamizado por meio da contribuição da Diáspora Africana;

A 1ª e 2ª Ciad se apresentam como relevantes mecanismos para a compreensão global do Renascimento Africano.

Declaramos que:

- A 2ª Ciad realça a necessidade de que o diálogo entre os intelectuais africanos e da Diáspora seja mantido entre e após as reuniões;
- A União Africana deverá promover atividades da Diáspora como parte importante de seu organograma e reforçar e apoiar o Departamento da Sociedade Civil e das Relações com a Diáspora (Cido), responsável pelos contatos com as comunidades de origem africana em outros países;

- As comunidades africanas e os países da Diáspora devem apoiar o trabalho do Departamento, em particular, e da iniciativa da União Africana para a Diáspora, em geral;
- A União Africana deverá estabelecer o Comitê de Coordenação de Intelectuais para auxiliar a Comissão da União Africana nos preparativos da 3ª Ciad.
- Na melhor tradição da investigação intelectual com responsabilidade social, aspiramos a trabalhar juntamente com o Comitê de Coordenação para promover a cooperação estratégica entre os intelectuais e autoridades governamentais na África e na Diáspora, por meio de mecanismos organizados e sustentáveis. Também buscaremos desenvolver modalidades para a coordenação da pesquisa, do ensino e do diálogo, bem como outras atividades de interesse estratégico, para dinamizar o Renascimento Africano e integrar essas atividades com aquelas da União Africana e outras iniciativas multilaterais.
- O Governo da República Federativa do Brasil, anfitrião da 2ª Ciad, e a União Africana deverão considerar a criação de um Centro Internacional da África e da Diáspora que, entre outras atribuições, funcionaria como um dos pontos de referência para ampliar a cooperação entre as organizações e instituições acadêmicas, intelectuais e artísticas africanas e da diáspora, promovendo reuniões setoriais, projetos científicos, seminários, manifestações artísticas e encontros de jovens, entre outras atividades, a fim de adensar e encorajar um pensamento africano mundial.
- A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) é convidada a incluir em seu programa e orçamento para o biênio 2008-2009, e para sua estratégia a médio prazo 2008-2013, o apoio à atividade de seguimento da 2ª Ciad e outras iniciativas que promovam o estreitamento dos laços entre a África e a Diáspora;
- A 2ª Ciad é um marco das estreitas relações entre os países africanos e os países da Diáspora e testemunho da crescente importância da África no mundo;
- A concretização do Renascimento Africano é elemento essencial para que o século XXI inicie uma era em que todos os povos e países tenham acesso à riqueza e à cultura, em pleno respeito da dignidade, dos direitos e dos valores das crianças, mulheres, idosos e homens de todas as etnias e crenças.

**ANEXO VI****GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 123, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do art. 2º do Decreto de 8 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Designar os integrantes do Comissariado Brasileiro para coordenar a participação do Brasil no III Festival Mundial de Artes Negras - FESMAN:

I - pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC), Edvaldo Mendes de Araújo - matrícula SIAPE nº 1373061;

II - pelo Ministério da Cultura (MinC), Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa - matrícula SIAPE nº 0460052;

III - pelo Ministério das Relações Exteriores, Eliana Zugaib - matrícula SIAPE nº 6460664;

IV - pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), Martvs Antonio Alves das Chagas - matrícula SIAPE nº 1574972;

Parágrafo único. A coordenação do Comissariado ficará a cargo da Fundação Cultural Palmares, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 2º do Decreto de 8 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Luiz Silva Ferreira

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE SALVADOR**

“Os ministros, autoridades e representantes dos ministérios e de instituições de Cultura de Barbados, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela e os representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e do Programa de Apoio aos Povos Afrodescendentes Rurais da América Latina e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (ACUA-FIDA), reunidos em Salvador, Brasil, durante os dias 25 e 26 de maio de 2010, com o fim de aprofundar o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas e ações específicas para a implementação da Agenda Afrodescendente nas Américas 2009 – 2019 e:

Destacando a relevância conceitual e política da “Conferência mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância”, realizada em Durban, em setembro de 2001, bem como das propostas consubstanciadas em sua Declaração e Programa de Ação;

Recordando o conteúdo da Declaração de Cartagena, firmada no âmbito do I Encontro Ibero-Americano de Ministros de Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas, realizado em Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 16 e 17 de outubro de 2008;

Reconhecendo como exigência ética dos Estados, a valorização dos aportes dos afrodescendentes na formação de nossas culturas, nossas histórias e nossas nações;

Celebrando a força da diáspora africana como fonte inspiradora para estreitar laços de fraternidade e unidade cultural entre os povos da América;

Afirmando a importância da participação ativa das populações afrodescendentes nos processos de construção política e de desenvolvimento socioeconômico de seus países;

Ressaltando a necessidade do estreitamento dos laços de solidariedade entre a América Latina, o Caribe e a África, para valorizar a matriz comum africana de nossas culturas e promover os direitos dos afrodescendentes;

Destacando o protagonismo das mulheres afrodescendentes e seu papel decisivo no reencontro e no fortalecimento da Diáspora Africana;

Tendo em conta que a mídia e as tecnologias de informação e comunicação são elementos essenciais no processo de valorização das identidades afrodescendentes;

Recordando que o ano de 2010 foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas o Ano Internacional de Aproximação das Culturas;

Saudando a decisão da Assembleia Geral da ONU, que declarou 2011 o Ano Internacional das Pessoas de Ascendência Africana;

Considerando que a cooperação internacional é meio eficaz e multiplicador das experiências e potencialidades nacionais, favorecendo a consolidação de diretrizes comuns nas políticas públicas para os afrodescendentes;



**ACORDAM:**

1. Envidar esforços para a criação de mecanismos institucionais e instrumentos de cooperação que reforcem a solidariedade entre América Latina, Caribe e África, no âmbito governamental e da sociedade civil;
2. Criar a Secretaria Pro Tempore da Agenda Afrodescendente nas Américas, designando a Fundação Cultural Palmares, do Brasil, para exercer esta função até o terceiro encontro;
3. Fortalecer o Observatório Afro-Latino e do Caribe com esquemas de cooperação nacional que permitam a circulação de conteúdos, com uma plataforma interativa que maximize a difusão e o acesso à informação, bem como o seu uso para a elaboração e execução de políticas públicas;
4. Implementar iniciativas de fomento ao desenvolvimento artístico, bem como ao intercâmbio de manifestações culturais de origem afrodescendente entre os Estados-parte da Agenda, tais como bolsas, estágios, residências artísticas e participação em atividades culturais;
5. Salvaguardar as religiões e os espaços culturais de matriz africana, reconhecendo sua importância para a formação social e vitalidade cultural da América Latina e do Caribe;
6. Fomentar a coprodução audiovisual e sua circulação para recuperar a memória histórica e social das populações afrodescendentes nos países da América Latina e do Caribe;
7. Estimular a edição e distribuição de publicações e material didático-pedagógico, em suporte impresso e digital, sobre o aporte dos afrodescendentes no processo de construção das nações da América Latina e do Caribe;
8. Promover a reinterpretação e reconceitualização da história, cultura e tradições dos povos afrodescendentes para sua inclusão em programas educacionais para a infância e juventude;
9. Promover a pesquisa, o ensino local e a difusão cultural das línguas dos povos afrodescendentes;
10. Ressaltar a importância da adoção de medidas de ação afirmativa nos diferentes campos, tais como a educação, particularmente a educação superior, e o acesso ao emprego, entre outros.
11. Promover a aproximação, a troca de experiências e iniciativas de cooperação entre as instituições dos países da América Latina e Caribe dedicadas à promoção da igualdade de direitos e oportunidades e valorização da cultura de matriz africana;
12. Promover iniciativas de cooperação destinadas ao desenvolvimento de capacidades, apoio ao empreendedorismo e fomento à economia da cultura e aos mercados culturais entre as populações afrodescendentes;
13. Fortalecer iniciativas culturais que favoreçam a inserção dos afrodescendentes urbanos marginalizados, com especial ênfase sobre a juventude;
14. Adotar medidas que assegurem os direitos culturais das comunidades rurais afrodescendentes, em temas como a preservação das línguas e tradições culturais e a proteção dos conhecimentos tradicionais;

15. Aprofundar ações que favoreçam a promoção de uma imagem digna dos afrodescendentes mediante o uso dos meios de comunicação e contribuir ao desenvolvimento de linguagens que elevem sua autoestima;
16. Visibilizar o protagonismo das mulheres afrodescendentes na história de suas comunidades e da sociedade e apoiar seus projetos de fortalecimento organizativos e culturais;
17. Desenvolver iniciativas conjuntas para valorização e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial das comunidades afrodescendentes;
18. Designar a presente reunião “II Encontro Afro-Latino e Caribenho” e adotar esta denominação nos próximos encontros da Agenda Afrodescendente nas Américas;
19. Reconhecer a contribuição do trabalho desenvolvido pela UNESCO no projeto “Rota do Escravo”, para promoção da cultura e da memória africana e afrodescendente e recomendar a difusão e distribuição massiva de seus conteúdos.

Adicionalmente, recomendam aprofundar, a partir das experiências nacionais, o processo de reflexão e intercâmbio de conhecimentos sobre os temas da agenda afrodescendente, mediante a celebração de encontros e atividades acadêmicas, científicos e culturais.

Os participantes agradecem ao Ministério da Cultura do Brasil e ao Governo do Estado da Bahia pelo esforço da organização desta reunião e a excelente acolhida na cidade de Salvador.

Salvador, 26 de maio de 2010.

## ANEXO VIII

### *Declaratoria de Cartagena - Agenda Afrodescendiente en las Américas*

*Del 16 al 18 de octubre de 2008 se llevó a cabo el primer Encuentro Iberoamericano Agenda Afrodescendiente en las Américas, promovido por la Organización de Estados Iberoamericanos-OEI y el Ministerio de Cultura de Colombia en la ciudad de Cartagena de Indias. El principal objetivo fue definir las bases para la construcción de una política iberoamericana para la población afrodescendiente, donde fueron invitados los grandes exponentes en este tema a nivel mundial.*

*Uno de los puntos de la Agenda apunta a promover que los sistemas educativos revaloricen y restablezcan la memoria histórica del aporte de los afrodescendientes a la construcción de las naciones. De igual manera, avanzar en la revisión de los textos y materiales educativos sobre la historia de los países para hacer visible la contribución de los afrodescendientes al desarrollo de la región.*

*Durante una ceremonia simbólica que se realizó en San Basilio de Palenque, primer pueblo libre de América Latina, declarado Patrimonio Oral e Inmaterial de la Humanidad en 2005, los Ministros de Cultura de Colombia, Angola, Bahamas, Barbados, Brasil, Guatemala, Guinea Ecuatorial, Jamaica, México, Panamá, Paraguay y República Dominicana firmaron la 'Declaratoria de Cartagena', en la que se comprometieron a definir una agenda conjunta para las comunidades étnicas de América Latina y el Caribe.*

*Los Ministerios e Instituciones de Cultura de Angola, Bahamas, Barbados, Brasil, Colombia, Guatemala, Guinea Ecuatorial, Jamaica, México, Panamá, Paraguay y República Dominicana y los representantes de la Organización de Estados Iberoamericanos -OEI-, la Organización Internacional para las Migraciones - OIM-, la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura - UNESCO-, la Fundación Interamericana, la Alianza del Programa Regional de Apoyo a las Poblaciones Rurales de Ascendencia Africana de América Latina - ACUA - y Casa de las Américas de Cuba reunidos en Cartagena de Indias, Colombia, durante los días 16 y 17 octubre de 2008, con el fin de de examinar la situación de la población afrodescendiente en los distintos contextos nacionales, y compartir experiencias de gestión en el campo de la cultura para su reconocimiento hemos elaborado de manera conjunta la siguiente Declaración de Cartagena, Agenda Afrodescendiente en las Américas 2009 - 2019;*

*Considerando que:*

- 1. La cultura y la diversidad de sus manifestaciones constituye un elemento fundamental de la identidad, el desarrollo y el bienestar de las naciones.*
- 2. Existe en la población afrodescendiente de todos los países, una fuerza y un sentimiento común de unidad y solidaridad que se nutre de la memoria colectiva de la diáspora y de la rica herencia africana, que se expresa y recrea en la diversidad de sus manifestaciones culturales y espirituales.*
- 3. La globalización económica y cultural, así como puede traer oportunidades para los países en el plano económico y en el acceso y circulación de los bienes de la cultura, puede también generar riesgos, amenazas y cambios no deseados que se pueden traducir en pérdidas culturales irreparables y en procesos de homogenización cultural. Es un deber de los gobiernos prevenir estos riesgos y*

*valorar, apoyar y hacer visibles las manifestaciones culturales de los afrodescendientes como una fuerza vital en los procesos de desarrollo y el bienestar de nuestras naciones.*

*4. Situaciones de pobreza y exclusión social afectan amplios sectores de población afrodescendiente y que las políticas culturales deben contribuir, en el marco de las políticas públicas al cumplimiento de las Metas de Desarrollo del Milenio aprobadas por la Organización de Naciones Unidas.*

*5. El fenómeno migratorio en las Américas representa importantes cambios sociales, económicos, demográficos y culturales y que los afrodescendientes han desarrollado flujos culturales de doble vía, propiciando el diálogo intercultural y la multiculturalidad, así como han establecido lazos de solidaridad y cohesión social con otros pueblos del mundo.*

*6. En muchos países se tienen serios vacíos de información histórica, demográfica y socioeconómica sobre la población afrodescendiente, lo que dificulta su auto reconocimiento y la valoración por parte de la sociedad, así como la formulación de políticas culturales incluyentes.*

*7. Es necesario avanzar en la consolidación de un entorno institucional favorable y en la adopción de medidas que contribuyan a fortalecer de manera permanente el diálogo intercultural para asegurar la implementación de políticas públicas de inclusión social.*

*8. Los medios de comunicación e información deben jugar un papel fundamental como vehículo y expresión de la diversidad cultural incluyendo los valores culturales de los afrodescendientes y contribuir a prevenir la discriminación y la exclusión social.*

*9. La riqueza de las expresiones artísticas y espirituales del patrimonio cultural afrodescendiente es factor de desarrollo que se debe salvaguardar, fomentar y aprovechar en función del bienestar de las comunidades.*

*10. La cooperación cultural entre los países de las Américas y los de África debe contribuir a la consolidación de lazos permanentes y sostenibles de unidad, integración y solidaridad.*

*Nos comprometemos a integrar progresivamente en nuestras respectivas políticas de cultura las acciones conducentes a:*

*1. Garantizar a la mayoría de la población afrodescendiente el acceso a bienes y servicios culturales pertinentes y de calidad, con especial énfasis en las nuevas tecnologías.*

*2. Apoyar y fortalecer la generación y divulgación de estudios y sistemas de información sobre la situación de las comunidades afrodescendientes, su patrimonio cultural y espiritual, así como sus creaciones artísticas e intelectuales para la formulación de políticas culturales.*

*3. Promover que los sistemas educativos revaloricen y restablezcan la memoria histórica del aporte de los afrodescendientes a la construcción de nuestras naciones. De igual manera, avanzar en la revisión de los textos y materiales educativos sobre la historia de los países para hacer visible la contribución de los afrodescendientes al desarrollo de las naciones.*

4. *Facilitar el acceso de los afrodescendientes e investigadores del tema, a todas las fuentes de documentos, como las Historias Generales de la UNESCO, y archivos históricos pertinentes, tales como el Archivo de Indias (Sevilla, España), procurando, mediante un proceso formativo y de asistencia técnica, que cada país tenga o fortalezca al menos un centro y una red de documentación.*

5. *Crear centros y programas para el estudio, documentación y fomento de las lenguas nativas y criollas, sus ricas variaciones dialectales y la tradición oral y literaria de los afrodescendientes.*

6. *Apoyar la visibilización del aporte de la población afrodescendiente a la construcción y desarrollo de los países, sus regiones y localidades a través de los museos nacionales y comunitarios.*

7. *Conmemorar oficialmente la abolición de la esclavización.*

8. *Promover, en el marco de la presente Declaración, una campaña de sensibilización en los diferentes países que propenda al auto reconocimiento y la afirmación de la población afrodescendiente en sus valores y su patrimonio cultural y espiritual. Y recomendar a los gobiernos, incluir la variable de pertenencia étnica, por auto reconocimiento, en los censos de población y encuestas de hogar y calidad de vida.*

9. *Establecer un programa de becas, intercambios y pasantías de investigadores de la cultura, artistas, maestros y gestores culturales para el avance y conocimiento sobre las comunidades afrodescendientes.*

10. *Adoptar medidas de apoyo a las industrias y emprendimientos culturales afrodescendientes tales como la creación de portafolios de iniciativas culturales y esquemas de circulación, protegiendo sus derechos colectivos e individuales.*

11. *Estimular procesos de comunicación en diferentes medios para superar la exclusión social, a través de la producción de contenidos propios por las comunidades afrodescendientes e instando a los medios masivos de comunicación a adoptar formas de representación, apropiadas y coherentes con su cultura y aspiraciones.*

12. *Promover y contribuir desde las políticas culturales al desarrollo de programas orientados a los afrodescendientes más vulnerables que contribuyan a mejorar sus condiciones de vida.*

*Aprobado en sesión plenaria, en el Encuentro Iberoamericano Agenda Afrodescendiente en las Américas, en Palenque de San Basilio, Colombia.*

*Firman:*

*Charles Maynard  
Ministro de Cultura de Bahamas*

*Charles Blackett  
Ministro de Cultura de Barbados*

*Juca Ferreira  
Ministro de Cultura de Brasil*

*Paula Marcela Moreno Zapata*  
*Ministra de Cultura de Colombia*

*Jerónimo Lancerio Chingo*  
*Ministro de Cultura de Guatemala*

*Jerónimo Osá Osá Egoro*  
*Ministro de Información, Cultura y Turismo Guinea Ecuatorial*

*Sidney Bartley*  
*Director de Cultura de Jamaica*

*Mirna Vallejos de Crespo*  
*Viceministra de Educación de Panamá*

*Silvia Olvera*  
*Delegada del Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (CONACULTA) de México*

*Julio Saldaña*  
*Delegado del Ministerio de Cultura de Paraguay*

*Mateo Morrinson*  
*Subsecretario de Estado de Desarrollo Institucional de República Dominicana*

*Fernando Vicario*  
*Coordinador de Cultura de la Organización de Estados Iberoamericanos*

*Ndiuro Ndiaye*  
*Directora Adjunta de la Organización Internacional para las Migraciones*

*Edouard Matoko*  
*Director de la Oficina Regional de la UNESCO en Quito*

*Larry Palmer*  
*Director de la Fundación Interamericana*

*David Soto*  
*Director Alianza ACUA*

<https://www.oei.es/historico/afro03.php>.